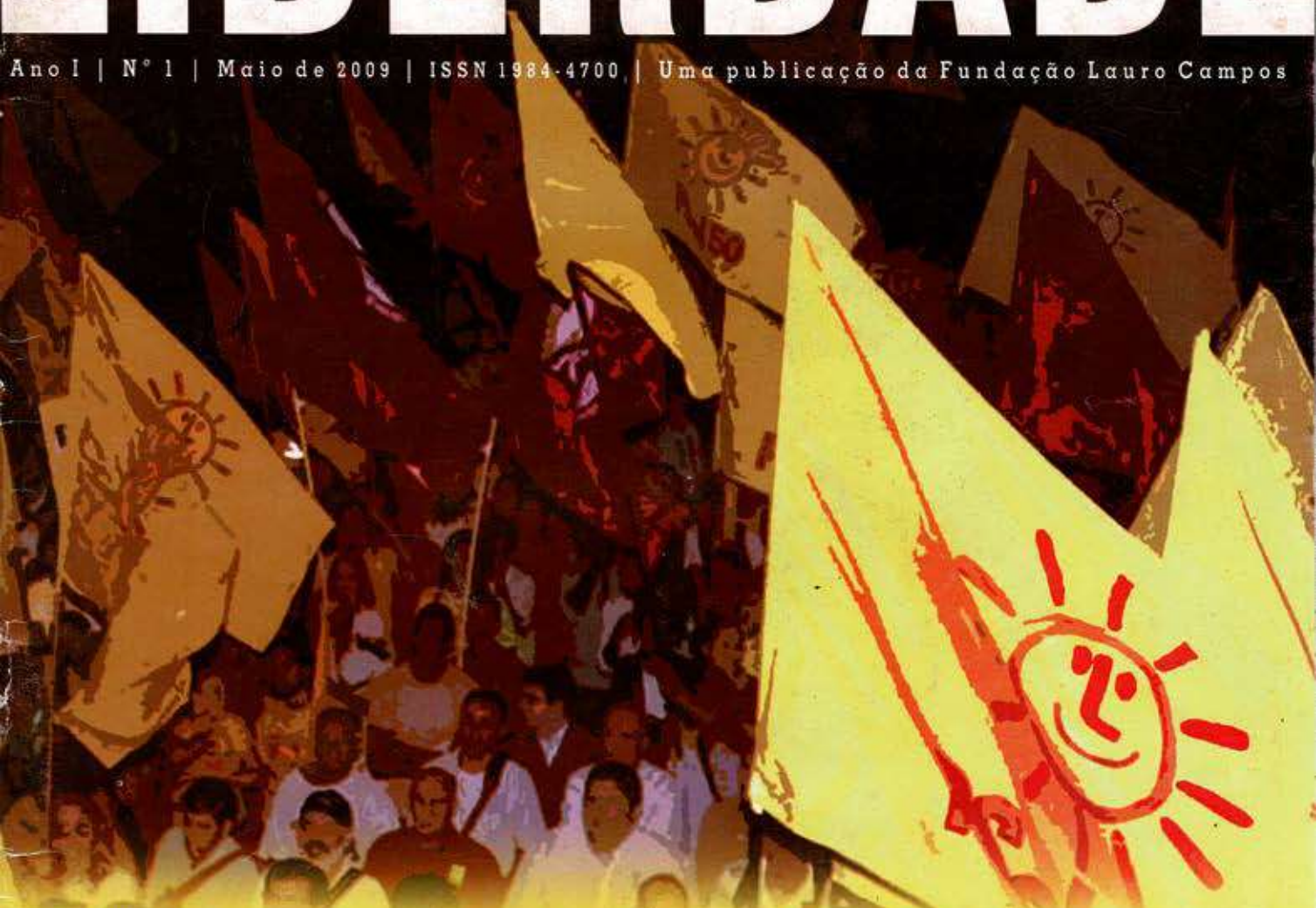


# SOCIALISMO E LIBERDADE

Ano I | N° 1 | Maio de 2009 | ISSN 1984-4700 | Uma publicação da Fundação Lauro Campos



## ENTREVISTA

**Carlos Nelson Coutinho**  
**Reformas geram Revolução?**

PÁGINA 3

## ECONOMIA

**Que país pagou**  
**mais juros da dívida?**

PÁGINA 04

## POLÍTICA

**Luciana, Chico, Ivan**  
**Nossos federais e suas lutas**

PÁGINAS 105, 107, 109



[www.socialismo.org.br](http://www.socialismo.org.br)





Fotos da capa: Antonio Jacinto e Jackson Anastácio



# REVISTA SOCIALISMO E LIBERDADE Nº 1

**C**amarad@s, aí está o primeiro número oficial da revista *Socialismo e Liberdade*, na seqüência de um número experimental levado à luz por ocasião do Forum Social Mundial. E na seqüência, também, do exitoso trabalho realizado pelo portal da Fundação Lauro Campos - [www.socialismo.org.br](http://www.socialismo.org.br) -, semanal e brilhantemente editado pelo companheiro Sérgio Granja.

*Socialismo e Liberdade* não vem obrigatoriamente submetida às novas normas ortográficas, impostas de forma bizarra aos povos de língua portuguesa. Mas vem, sem dúvida, submetida à obrigação de ser um instrumento eficaz na formação, e na formulação, política dos socialistas libertários, abrigados ou não na legenda do PSOL. Ferramenta entre as prioritárias, portanto, para o importante trabalho que os militantes vão realizar a partir da instalação até o encerramento, em agosto, do Congresso partidário onde se estabelecerão as linhas de ação para o importante período histórico que teremos pela frente, logo a seguir.

Não é tarefa simples. Vivemos um tempo em que a grande mídia,

com raríssimas exceções, é submetida a uma hegemonia avassaladora do grande capital. Por conta do que não se limita mais a apenas noticiar, mesmo distorcendo de forma truculenta, a realidade do dia a dia. Vai mais longe; já se dando ao poder de projetar cenários futuros e de criar personagens e roteiros que mais lhe convenham para manter o controle sobre as grandes massas. Um labor sem princípios de mínima conexão com a honestidade e a isenção objetiva. E que, lastimavelmente, se funda principalmente no transformismo em que mergulharam segmentos dos próprios assalariados - editores, colunistas e repórteres -, alguns até com passado vinculado à resistência contra a ditadura que nos assolou por duas décadas do passado recente, inclusive militantes de partidos clandestinos, e contra quem o patronato não tem mais - ao contrário daquele tempo - preocupação com o que produzirão em seus computadores. Será seguramente tão, ou mais, reacionário quanto o texto do próprio dono da empresa

Tal inversão de valores, no entanto, não terá vida eterna. Existem, aqui e no exterior, pensadores e mili-

tantes de uma esquerda combativa, de uma esquerda resistente, produzindo muito e com muita qualidade. Que se mantém ativa e atenta, refletindo sobre o concreto para propor passos futuros. E são alguns dos nomes dessa esquerda que trazemos neste primeiro número oficial de *Socialismo e Liberdade*.

Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Ricardo Antunes, Reinaldo Gonçalves, Gilberto Maringoni, Valério Arcary, Denise Lobato, Mauro Iasi, Paulo Henrique Costa Mattos, com suas histórias e currículos, nos honrando ao lado dos deputados Ivan Valente, Luciana Genro e Chico Alencar, e da madura juventude de quadros dirigentes do PSOL, como Roberto Robaina e Edu Alves, são os nomes dessa primeira edição de combate. Da atualidade do marxismo na conjuntura atual aos desdobramentos políticos e econômicos desejáveis, a partir do mundo do trabalho, para a crise atual do capitalismo, todos nos premiam com objetivas reflexões.

Vale a pena acompanhá-los.

---

**Milton Temer** - presidente da Fundação Lauro Campos

**SOCIALISMO E LIBERDADE** Ano I | Nº 1 | Maio de 2009 | ISSN 1984-4700

Uma publicação da Fundação Lauro Campos

Av. Rio Branco 185/1525 Centro Rio de Janeiro RJ CEP 20040-007 Tel. (21) 2215 2491

Edição Milton Temer | Sérgio Granja **Jornalista responsável** Milton Temer (MTb 26134/70)

Design Fernando Braga **Produção** Sílvia Mundstock **Impressão** Gráfica Enfoc **Tiragem** 2000



**Entrevista**

<b>Carlos Nelson Coutinho:</b>	<b>3</b>
<b>Reformas geram Revolução?</b>	
Sergio Granja	

**Questões Teóricas**

<b>Marx e a História</b>	<b>11</b>
Leandro Konder	

<b>Marx e a crise: os fantasmas, agora, são eles</b>	<b>16</b>
Mauro Luis Iasi	

**Análises&Tendências**

<b>O capitalismo não é invencível: crise econômica e turbulências no sistema internacional de Estados em perspectiva histórica</b>	<b>24</b>
Valério Arcary	

<b>As Lutas Sociais e o Socialismo no Século XXI: Uma Questão Vital para a América Latina e para a Humanidade</b>	<b>31</b>
Ricardo Antunes	

<b>América Latina: para onde vamos?</b>	<b>43</b>
Gilberto Maringoni	

<b>Um giro histórico na situação mundial</b>	<b>47</b>
Roberto Robaina	

<b>A globalização neoliberal no Brasil: o avanço do agronegócio e o papel da administração pública</b>	<b>65</b>
Paulo Henrique Costa Mattos	

**Economia**

<b>G-20, FMI e o erro de política externa de Lula</b>	<b>84</b>
Reinaldo Gonçalves	

<b>Crise econômica: mecanismos de transmissão externa e condicionantes internos.</b>	<b>91</b>
Denise Lobato Gentil	

**Política**

<b>Nada deverá ser como antes, ou: Partido e movimento; nem refém, nem subalterno. Parceiro na luta</b>	<b>99</b>
Milton Temer	

<b>Os donos do poder e a corrupção</b>	<b>105</b>
Luciana Genro	

<b>A larga porta da grande corrupção</b>	<b>107</b>
Chico Alencar	

<b>Dívida pública: o gargalo do desenvolvimento do Brasil</b>	<b>109</b>
Ivan Valente	

**Questões ideológicas**

<b>Extratos para contribuir com a construção do trabalho de formação política no PSOL</b>	<b>113</b>
Eduardo Alves	



**Entrevista**

<b>Carlos Nelson Coutinho:</b>	<b>3</b>
<b>Reformas geram Revolução?</b>	
Sergio Granja	

**Questões Teóricas**

<b>Marx e a História</b>	<b>11</b>
Leandro Konder	

<b>Marx e a crise: os fantasmas, agora, são eles</b>	<b>16</b>
Mauro Luis Iasi	

**Análises&Tendências**

<b>O capitalismo não é invencível: crise econômica e turbulências no sistema internacional de Estados em perspectiva histórica</b>	<b>24</b>
Valério Arcary	

<b>As Lutas Sociais e o Socialismo no Século XXI: Uma Questão Vital para a América Latina e para a Humanidade</b>	<b>31</b>
Ricardo Antunes	

<b>América Latina: para onde vamos?</b>	<b>43</b>
Gilberto Maringoni	

<b>Um giro histórico na situação mundial</b>	<b>47</b>
Roberto Robaina	

<b>A globalização neoliberal no Brasil: o avanço do agronegócio e o papel da administração pública</b>	<b>65</b>
Paulo Henrique Costa Mattos	

**Economia**

<b>G-20, FMI e o erro de política externa de Lula</b>	<b>84</b>
Reinaldo Gonçalves	

<b>Crise econômica: mecanismos de transmissão externa e condicionantes internos.</b>	<b>91</b>
Denise Lobato Gentil	

**Política**

<b>Nada deverá ser como antes, ou: Partido e movimento; nem refém, nem subalterno. Parceiro na luta</b>	<b>99</b>
Milton Temer	

<b>Os donos do poder e a corrupção</b>	<b>105</b>
Luciana Genro	

<b>A larga porta da grande corrupção</b>	<b>107</b>
Chico Alencar	

<b>Dívida pública: o gargalo do desenvolvimento do Brasil</b>	<b>109</b>
Ivan Valente	

**Questões ideológicas**

<b>Extratos para contribuir com a construção do trabalho de formação política no PSOL</b>	<b>113</b>
Eduardo Alves	





## CARLOS NELSON COUTINHO: REFORMAS GERAM REVOLUÇÃO?

Sergio Granja entrevista

**C**arlos Nelson Coutinho é um destacado filósofo marxista e professor de teoria política da UFRJ. Discípulo de Lukács, posteriormente incorporou Gramsci a suas referências intelectuais preferenciais e tornou-se reconhecido internacionalmente como um dos maiores especialistas no pensamento gramsciano. Com vários livros publicados, o professor Carlos Nelson coordenou a edição das obras de Antônio Gramsci em português, editadas pela Civilização Brasileira de 1999 a 2005.

Tendo militado no PCB e depois no PT, Carlos Nelson Coutinho foi um dos fundadores do PSOL e atualmente é membro do Diretório Nacional do partido.

Em novembro do ano passado, entrevistei-o para a **TV Socialismo e Liberdade**. Essa entrevista, transcrita e editada, está publicada, com ligeiras adaptações, a seguir.

**Sergio Granja** – Carlos Nelson, você publicou um ensaio, em 1979, pela Revista Civilização Brasileira, que no ano seguinte saiu em livro: “A democra-

cia como valor universal”. Esse ensaio não só alcançou grande repercussão como provocou acirradas controvérsias na esquerda brasileira. Daquela época até agora, há todo um percurso histórico, no decorrer do qual as forças de esquerda se acomodaram à hegemonia do capital. Com base nessa experiência e considerando a questão gramsciana da luta pela hegemonia, como você avalia hoje, em plena crise do neoliberalismo, esse ensaio de 1979?

**Carlos Nelson Coutinho** – Olha, eu continuo, sem dúvida, acreditando no que digo naquele artigo. Infelizmente o artigo foi, por algumas pessoas, lido mal. Eu tenho um amigo paulista que disse que muita gente que leu o artigo confundiu “democracia como valor universal” com “democracia como valor de troca”. E aí, evidentemente... É um artigo no qual digo claramente que sem democracia não há socialismo – a experiência, aliás, demonstrou isso muito claramente –, mas também digo que o socialismo é condição da plena realização da democracia. Talvez essa segunda

parte não tenha sido enfatizada tanto quanto a primeira, porque se tratava de um artigo polêmico, ao mesmo tempo contra a ditadura e contra uma leitura esquemática, “maxista-leninista”, do marxismo, do comunismo. Agora, eu acho o seguinte: a luta pela hegemonia continua existindo no mundo moderno. O que aconteceu é que o capital ganhou a hegemonia. Ao contrário do que esperávamos naquela época, sobretudo a partir do eurocomunismo, de uma proposta claramente democrática de socialismo, que teve um impacto forte não só na Europa, mas também em outros países, aconteceu um progressivo esvaziamento, digamos assim, da luta de classes – ela continua existindo, mas de uma maneira mais esvaziada – e cresceu uma hegemonia do capital nessa época que nós chamaríamos de neoliberalismo – podemos voltar a falar disso depois – e que eu espero que esteja chegando ao fim com essa crise brutal do capitalismo. Então, eu diria, continuo – 30 anos depois, praticamente – de pleno acordo com as ideias que expressei naquele artigo. Eu as desenvolvi pos-



teriormente em outros ensaios, sobretudo no meu livro "Contra a corrente", no qual tento sublinhar mais esse momento de que sem socialismo a democracia também é limitada e não realiza as suas potencialidades revolucionárias, eu diria assim.

**Sergio Granja** – Quando se fala da democratização como uma via de transformação do capitalismo em direção ao socialismo, ou seja, da radicalização da democracia, é preciso levar em conta a experiência histórica, o que aconteceu e o que está acontecendo. Uma experiência marcante foi a da Unidade Popular chilena. Essa experiência não sugeriria talvez a existência de um limite a partir do qual a via democrática imbuca num beco sem saída? Há hoje pelo menos três experiências importantes acontecendo: a da Venezuela, a da Bolívia e a do Equador. Como você as avalia?

**Carlos Nelson Coutinho** – Quanto à experiência chilena, aliás precursora do eurocomunismo – eu me lembro que Berlinguer, o secretário geral do Partido Comunista italiano, lança a idéia do eurocomunismo a partir exatamente da experiência chilena –, eu acho que ali houve uma interferência muito clara do imperialismo. Eu acho que aquele caminho que aparentemente poderia dar certo não deu porque houve uma sabotagem internacional e eu diria que a Unidade Popular foi derrubada, é

claro, também por forças internas, mas sobretudo pela pressão do imperialismo.

Olha, eu vejo com muita simpatia as experiências de Chavez, Evo Morales e Rafael Correa. Não sei o caminho que isso seguirá. Acho que ainda está pouco definido o tipo de socia-

---

**Acho que ainda está  
pouco definido o tipo  
de socialismo do século  
XXI que o Chavez  
pretende construir na  
Venezuela**

---

lismo do século XXI que o Chavez pretende construir na Venezuela, mas se isso der certo terá sido certamente uma experiência de um caminho democrático para uma nova ordem social. Aliás – é muito curioso –, eu vi outro dia no *You Tube* um discurso do Chavez para milhares de pessoas em que ele citava frequentemente Gramsci. E, veja bem, não citava mal, citava até com uma certa competência. Ele dizia o seguinte: olha, Gramsci dizia que o poder se divide entre a sociedade política, que é o estado stricto sensu, e a sociedade civil; na Venezuela nós já conquistamos o estado stricto sensu, mas ain-

da lutamos porque a burguesia é hegemônica na sociedade civil. Que é, me parece, um diagnóstico interessante do caso venezuelano. Mas eu penso que talvez Chavez não tenha lido uma outra parte da obra de Gramsci, um tópico chamado estatolatria, no qual Gramsci insiste em que na construção de uma nova ordem social nós devemos lutar pelo fortalecimento da sociedade civil. Segundo Gramsci, no comunismo, que ele chamou de sociedade regulada, a sociedade civil absorverá o estado. Eu acho que o Chavez ainda confia excessivamente no poder do estado stricto sensu para construir uma nova ordem social. Mas, eu diria, certamente, sobretudo o Chávez, que é o mais ativo dos três, é algo que nós – comunistas, socialistas – devemos olhar com carinho.

**Sergio Granja** – Você tocou num ponto aí que é a questão da transição: qual é o papel do estado, qual é o papel da sociedade nessa luta que se trava pela passagem a uma nova ordem social. Marx fala de um período de transição que seria a "ditadura revolucionária do proletariado". E o próprio Norberto Bobbio, que está longe de ser um marxista, evoca a "categoria weberiana do status nascenti" para admitir que "o método democrático é um bem precioso mas não para todos os tempos e lugares". Segundo Bobbio, "existem períodos de risco ou de cri-



se das instituições, (...) nos quais o método democrático não serve e as regras do jogo, se existem, são mandadas às favas". Você acha que existe esse problema da transição? Como você avalia essa questão?

**Carlos Nelson Coutinho** – Certamente o problema da transição é alguma coisa extremamente importante para nós que pretendemos sair do capitalismo e construir uma nova ordem social. Há um antes e um depois. Como será a transição?

---

***Ninguém imagina  
que uma mera  
vitória eleitoral pode  
conduzir um partido  
socialista ao poder  
tranquilamente.***

---

Acho que isso é muito difícil de nós determinarmos de modo abstrato. Eu me lembro que o Feola teria chamado o Garrincha e dito: olha, você faz assim, assado e tal... E aí ele perguntou: mas o beque está avisado? Para a transição nós temos que ter clareza que depende também da outra parte. Eu me lembro que, talvez em um de seus últimos textos, numa introdução a uma reedição de um livro de Marx, o Engels dizia o seguinte:

te: olha, todo estado é fruto de um contrato entre o príncipe e o povo, entre o governo e o povo; se uma parte rompe o contrato, a outra está desobrigada. E Engels tinha certeza naquele momento de que, quando o movimento social-democrata, o movimento socialista da época, avançasse muito, a burguesia ia romper com as regras do jogo. Nesse momento, dizia ele, cabe a violência revolucionária, uma violência defensiva. Eu diria: isso é uma novidade em relação à tradição dos próprios Marx e Engels, nos quais havia uma idéia de que a iniciativa da violência era da classe trabalhadora. Então, a partir da consolidação do que Engels chamou de república democrática, de instituições democráticas, a violência passa a ser, para ele, uma resposta à, digamos assim, violência da burguesia. Eu diria que isso é uma lição interessante que devemos levar em conta. Agora, como exatamente vai ser a transição? Seguramente haverá momentos de conflito. Ninguém imagina que uma mera vitória eleitoral pode conduzir um partido socialista ao poder tranquilamente. Aliás, eu acho que uma eleição leva o partido ao governo, não necessariamente ao poder. Toda a dificuldade que o Chavez está enfrentando na Venezuela é uma demonstração de que não basta chegar ao governo para exercer efetivamente uma nova relação de poder. Mas, eu diria, é difícil

determinar previamente de que modo vai acontecer. Se o beque não está avisado, quer dizer, se o outro não está avisado, nós teremos que, evidentemente, pensar em formas que serão múltiplas, plurais... Mas seguramente rupturas acontecerão. Eu não acredito mais numa ruptura, digamos, no dia X, na hora H. A ruptura mais como um processo, mas certamente haverá rupturas.

**Sergio Granja** – Então, vamos falar um pouco do momento que estamos vivendo, dessa época neoliberal. Você fez um artigo muito interessante...

**Carlos Nelson Coutinho** – Que está no saite.

**Sergio Granja** – Está no saite e está despertando muito interesse, um dos mais acessados...

**Carlos Nelson Coutinho** – É mesmo?!

**Sergio Granja** – É, provocando muita discussão... Que é justamente sobre "A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma". Aí você trabalha três conceitos gramscianos, basicamente: o de revolução passiva, o de contra-reforma e o de transformismo.

**Carlos Nelson Coutinho** – Isso.

**Sergio Granja** – E você aplica isso à nossa realidade, de certa forma. Então, eu perguntaria



o seguinte: com a crise do capitalismo aí, que nos surpreendeu agora, que se tornou muito evidente nos últimos tempos... e aí vamos pegar também a eleição nos Estados Unidos. Eu acho que há algo de significativo nessa eleição.

**Carlos Nelson Coutinho** – Concorde.

**Sergio Granja** – Você acha que há uma crise séria do neoliberalismo, de que forma essa crise se articula com a do capitalismo e que resposta a esquerda tem para dar hoje?

**Carlos Nelson Coutinho** – Olha, a distinção que fiz entre revolução passiva e contra-reforma era um pouco para tentar imaginar que existe uma revolução passiva quando há pressões de baixo e as classes dominantes fazem transformações pelo alto, mas fazendo concessões aos de baixo. No caso de uma contra-reforma, eu diria que não há concessões aos de baixo, porque a pressão de baixo é menor. Então, eu diria que essa época neoliberal – que se inicia mais ou menos no governo Reagan, governo da sra. Thatcher na Inglaterra – é mais contra-reforma do que revolução passiva, exatamente na medida em que se desconstroem direitos e não se concede alguma coisa aos de baixo. Quer dizer, enquanto o período do Welfare State, o estado do bem-estar social, foi certamente uma revolução passiva, o

período neoliberal é, a meu ver, uma contra-reforma. Mas uma coisa interessante é o fato de que em ambos os casos se dão processos de transformismo, que nós poderíamos traduzir em português como cooptação. Ou seja, as classes dominantes co-

---

**... existe uma revolução  
passiva quando há  
pressões de baixo e  
as classes dominantes  
fazem transformações  
pelo alto, mas fazendo  
concessões  
aos de baixo.**

---

optam as lideranças das classes subalternas ou até, às vezes, como diria Gramsci, inteiros segmentos das classes subalternas. Isso ocorreu no Brasil com muita clareza no governo Fernando Henrique, quando um intelectual de esquerda, uma liderança de esquerda foi cooptada pelo status quo e aconteceu no governo Lula de uma maneira ainda mais preocupante, porque, no caso do governo Lula, não só a personalidade de Lula foi submetida a um processo de transformismo mas inteiros segmentos da classe trabalhadora, direções sindicais, CUT, en-

fim... Então, isso me parece um fenômeno de transformismo que ocorre também nos processos de contra-reforma.

Quanto à crise atual, é muito difícil prever o que vai acontecer. Certamente essa crise se dá num momento em que a esquerda está tremendamente debilitada no mundo, a classe operária passiva, sem maiores reivindicações... Então, eu não creio que a saída dessa crise seja uma saída revolucionária, transformadora, que nos leve ao socialismo. Aliás, Gramsci era muito claro em dizer que crises econômicas não necessariamente têm repercussões revolucionárias no terreno da política. Agora, eu acho que o mito, a ideologia neoliberal seguramente foi atingida fortemente. Eu até brinco e sempre digo aos meus alunos: a prova de que Marx estava certo quando falou em fetichismo do mercado é essa idéia hoje de que o mercado ficou nervoso. E não adiante lexotan. O mercado... o que é o mercado? Então, eu acho que essa ideologia de que o mercado regula tudo, de que é preciso privatizar tudo, de que o estado é ruim, o estado é sempre ineficiente... eu acho que essa ideologia sofreu um sério abalo. Não sei se o que virá no lugar será uma retomada de uma proposta keynesiana, tipo Welfare State. Não me parece que isso esteja no horizonte exatamente na medida em que não há uma pressão



forte dos de baixo, das classes subalternas. Mas alguma coisa está mudando no mundo.

E, veja bem, a vitória do Obama... Eu, há muito tempo, vejo a eleição americana como uma coisa em que ganhe um ou ganhe outro vai ser uma coisa exatamente igual, como aliás tem sido na história dos últimos tempos nos Estados Unidos: uma disputa de poder que não envolve uma disputa de hegemonia e contra-hegemonia, mas de grupos de diferentes partidos – republicanos e democratas. Eu acho que essa vitória do Obama, sem nenhuma ilusão também de que o Obama vai... Ao contrário do que o McCain pensa e o acusou, ele não é socialista porque quer distribuir renda. Mas certamente há uma novidade nesse quadro da eleição americana. Quer dizer, um negro presidente da república, um negro apoiado maciçamente pelas minorias raciais e também pelos jovens, eu acho que isso pode representar o início, não evidentemente de uma transição ao socialismo, mas o início de uma nova etapa do capitalismo, menos contra-reformista do que a etapa que nós vivemos nos últimos 30, 40 anos. Vamos ver. Sem ilusões, eu acho que isso é importante. Eu sempre insisto em que, diante do nosso tempo, devemos seguir aquele conselho de Gramsci: pessimismo da inteligência e otimismo da vontade. Pessimismo da inteligência no sentido de que a análise realista

que fazemos do mundo de hoje não é uma análise que demonstre força da esquerda, avanço da esquerda, mas exatamente por isso é necessário o otimismo da vontade, ou seja, que nós lutemos fortemente para mudar essa situação.

---

### **essa vitória do Obama**

### **(...) certamente há uma novidade nesse quadro da eleição americana.**

---

**Sergio Granja** – Atualmente, existem muitas leituras de Gramsci. Lembrando o pós-modernismo de Derrida, arriscaríamos dizer que a escritura traz consigo uma traição potencial em relação à origem do discurso, digamos, um potencial parricídio do autor. Não foi à toa que Marx chegou a dizer que não era marxista. Nesse sentido, você não acha que Gramsci poderia sentir-se desconfortável em face de determinadas linhas de pensamento que reivindicam sua herança hoje?

**Carlos Nelson Coutinho** – Olha, certamente. Acho que todo autor pode ser traído quando lido, mas Gramsci tem uma característica especial: Gramsci não escreveu nenhum livro. Gramsci, preso pelo fascismo, tomou notas, apontamentos, que constituem os chamados Cadernos

do Cárcere, e, embora eu ache que há uma estrutura sistemática por trás dessas várias notas, certamente a forma com que ela se apresenta a nós é uma forma fragmentária. E isso facilita leituras absolutamente divergentes de Gramsci. Por exemplo, uma leitura hoje muito comum na Itália – sobretudo depois que o Partido Comunista italiano desapareceu, depois que os ex-comunistas se tornaram cada vez mais centristas, eu diria assim – é uma leitura de Gramsci bizarríssima, que diz o seguinte: o Gramsci pregava o americanismo como uma terceira via entre o fascismo e o comunismo. Quer dizer, um absurdo. Quem lê Gramsci sabe que Gramsci critica o americanismo, vê no americanismo uma nova etapa do capitalismo com grande capacidade expansiva, mas evidentemente não adere ao americanismo e continua sendo até o fim da vida seguramente um comunista. Mas, eu diria, embora possam existir diferentes leituras de Gramsci, eu acho que há uma clara indicação de caminho: Gramsci era um comunista. Eu até diria que um comunista crítico, na medida em que há várias indicações nos Cadernos em que ele se distancia do modelo soviético, particularmente essa nota, a que me referi antes, sobre estatolatria, em que ele diz: tudo bem que em certo momento a estatolatria seja necessária, quando o país é atrasado, mas não se pode transformar a estatolatria



tria num modelo teórico, devemos fortalecer a sociedade civil até o ponto em que a sociedade civil absorva o estado. Ou seja, retoma a velha lição de Marx e Lênin de que no comunismo o estado será extinto: o estado deperecerá, como dizem tanto Marx quanto Lênin. Ou seja, em Gramsci há também essa idéia de que o estado no comunismo é absorvido pela socieda-

---

**Gramsci era um  
comunista. Eu até diria  
que um comunista  
crítico**

---

de civil, pelo que ele chamou de sociedade regulada. Mas seguramente Gramsci tem sofrido muito na mão, veja bem, tanto de ultra-esquerdistas, se nós podemos usar a expressão, como de centristas. Porque o jovem Gramsci certamente era um revolucionário radical, que defendia o modelo de revolução que era o modelo inspirado na tomada do Palácio de Inverno. Exatamente no cárcere, ele passa a refletir porque esse tipo de revolução fracassou no Ocidente. E nesse momento é que ele vai propor uma nova estratégia revolucionária para o Ocidente, que ele chamou de guerra de posição, em contraste com a guerra de movimento. Então, há alguns leitores

de Gramsci que se fixam muito nesse momento em que ele toma o modelo de revolução bolchevique como um modelo também válido para o Ocidente. Por isso é possível também lê-lo à esquerda, assim como é possível lê-lo à direita – é possível contra o texto, contra a letra de Gramsci. Mas também é possível dizer-se, como se diz hoje na Itália, da parte de alguns membros do Partido Democrático, que culminou o velho Partido Comunista italiano, essa idéia de que Gramsci prega o americanismo como terceira via entre fascismo e comunismo. É incrível.

**Sergio Granja** – É incrível. Essa aí, realmente...

**Carlos Nelson Coutinho** – E não são poucos, não.

**Sergio Granja** – Você se declara comunista.

**Carlos Nelson Coutinho** – Sou comunista. E pretendo morrer comunista.

**Sergio Granja** – Está certo. Você se declara comunista no sentido de que aspira a uma sociedade liberta dos ditames do mercado e da relação capital-trabalho.

**Carlos Nelson Coutinho** – Isso.

**Sergio Granja** – Vale dizer, livre da alienação e da exploração.

**Carlos Nelson Coutinho** – Isso.

**Sergio Granja** – Ao mesmo tempo, você condena com veemência a experiência do chamado socialismo real.

**Carlos Nelson Coutinho** – Sim.

**Sergio Granja** – Essa é uma posição que pode ser compartilhada com os trotskistas.

**Carlos Nelson Coutinho** – É verdade.

**Sergio Granja** – Mas, ao mesmo tempo, você se declara favorável a uma estratégia de lutas por reformas revolucionárias. Não é isso?

**Carlos Nelson Coutinho** – Sim.

**Sergio Granja** – Isso é um oxímoro, não é não?

**Carlos Nelson Coutinho** – Não. Uma vez o Cid Benjamin disse: isso não é um pouco como ser ao mesmo tempo flamenquista e vascaíno? Mas como eu sou fluminense... não tem problema.

**Sergio Granja** – Eu queria que você explicasse essa sua posição.

**Carlos Nelson Coutinho** – Vamos começar pelo Trotski. Eu acho que é preciso distinguir entre o Trotski e o trotskismo. Eu acho que em nome de Trotski se criaram orientações políticas que me parecem irrealistas, frequentemente fora das tendên-



cias da realidade... O próprio Trotski também fez isso. Mas o que me fascina no Trotski, é precisamente o fato de que ele criticou duramente o que estava sendo feito na União Soviética e se manteve firmemente revolucionário e firmemente comunista. Eu acho que isso é uma coisa que tanto Trotski como os trotskistas fizeram e os admiro por isso. Veja bem, ser comu-

---

***Não é que o reformismo  
revolucionário  
dispense as rupturas,  
não. É a possibilidade  
de que as rupturas  
se dêem através de  
reformas profundas.***

---

nista... Eu diria que aquilo que aconteceu nos países do socialismo real foi uma transição bloqueada. Eu diria que nem se chegou ao socialismo; muito menos, evidentemente, ao comunismo. O comunismo continua, a meu ver, como uma proposta de transformação radical da sociedade; como você observou muito bem, na qual não exista mais alienação, inclusive a alienação política, ou seja, na qual o autogoverno, como diria Gramsci, predomine na sociedade; na qual, num primeiro momen-

to, o que existir de mercado, seja firmemente controlado; e que, no horizonte, desapareçam tanto o estado como o mercado. Eu acho que essa é a proposta de Marx, uma proposta na qual eu continuo acreditando. É difícil chegar ao comunismo? É muito difícil. Não tenho ilusões de que a nossa geração chegará ao comunismo. Temo que nem a da minha filha nem a dos meus eventuais netos. Mas certamente é uma idéia que continua nos inspirando e que deve nos inspirar. E toda luta de esquerda que efetivamente tem incidência sobre o real deve ter o comunismo como seu horizonte.

A idéia do reformismo revolucionário – veja bem, eu não diria reformas revolucionárias – é a idéia de que é possível na ordem capitalista, quando existem instituições democráticas, quando existe uma forte participação da sociedade civil, empreender um movimento de reformas que levem a rupturas revolucionárias. Não é que o reformismo revolucionário dispense as rupturas, não. É a possibilidade de que as rupturas se dêem através de reformas profundas. Veja bem, eu não sou contra a social-democracia porque a social-democracia foi reformista, não. Eu acho que ela foi insuficientemente reformista. Toda vez que a social-democracia avançava no sentido de golpear a lógica do capital, de introduzir uma economia política da classe operária, como diz

Marx a respeito da fixação da jornada de trabalho, toda vez que isso acontecia, ela recuava e acabava gerindo o capitalismo. E veja bem, fala-se muito em direitos sociais, mas há um direito social que nenhuma social-democracia até hoje pôs em prática: é o direito social à propriedade, que é a socialização dos meios de produção. Só há direitos humanos, civis e sociais quando eles são universais. E no capitalismo reina evidentemente uma completa desigualdade no direito à propriedade. A única forma de haver no mundo moderno o direito social à propriedade é com a socialização dos grandes meios de produção. E isso é a essência do socialismo, a essência do comunismo.

**Sergio Granja** – Eu acho que a gente já abordou todos os pontos que tinha em vista. Então, para encerrar, eu pediria que você fizesse uma avaliação do quadro brasileiro hoje e da política necessária que a esquerda deveria encaminhar para a situação que estamos vivendo, pensando na crise do neoliberalismo.

**Carlos Nelson Coutinho** – Se eu soubesse isso, eu estava bem. "Que fazer?", Lênin perguntou e respondeu. Eu não tenho condições de fazê-lo. Mas eu acho que nós vivemos no Brasil, como no mundo, um período muito difícil para a esquerda. E eu diria o seguinte. A ascensão do PT ao governo, os dois governos Lula fo-



ram trágicos para a esquerda. A ditadura nos reprimiu, nos prendeu, nos torturou, obrigou muitos ao exílio, mas não desmoralizou a esquerda. E esses dois governos Lula – não só pelo escândalo do mensalão, mas pelo fato de que realizam políticas clara-

---

**há um direito social  
que nenhuma social-  
democracia até hoje  
pôs em prática: é  
o direito social à  
propriedade**

---

mente a serviço do grande capital, mantêm uma hegemonia neoliberal clara – desmoralizaram a esquerda. E isso nos obriga a um esforço muito grande para recolocar na ordem do dia, particularmente nós do PSOL, uma proposta que retoma de certo modo a proposta do PT, mas que tem que ir mais além e evitar os riscos a que esta proposta conduziu. Espalha-se no mundo de hoje o que eu bricalhona-mente chamo de americanalha-mento da política. Ou seja, há disputa política entre diferentes grupos lutando pelo poder, mas com propostas muito semelhantes, repetindo claramente as políticas dominantes, que é o caso exatamente no Brasil da alternativa entre o PSDB e seus sa-

télites e o PT e seus satélites. O PSOL surgiu, à meu ver, e foi por isso que aderi ao PSOL desde o início, como uma proposta de romper com essa falsa polaridade entre o mesmo. Tomara que o PSOL cresça. Eu acho que o PSOL surge num momento difícil. Quer dizer, o PT surge num momento de ascensão do movimento social, e isso explica em grande parte o seu crescimento, a sua expansão, inclusive a sua chegada ao governo, enquanto nós nascemos num momento de refluxo do movimento social. De qualquer modo, resta-nos essa tarefa dura, difícil, de constituirmos um pólo alternativo à mesmice da política brasileira de hoje. Talvez essa crise nos ajude a recolocar na ordem do dia propostas de esquerda. Tomara que isso aconteça. Vamos ver. "Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade."

**Sergio Granja** – Então, vamos agradecer a Carlos Nelson Coutinho, nosso companheiro do PSOL.

**Carlos Nelson Coutinho** – É o meu terceiro casamento partidário: PCB, PT e PSOL. Eu é que agradeço pelo convite. E estou sempre à disposição.





## MARK E A HISTÓRIA

Leandro Konder

**M**arx sustentava que o trabalhador explorado e submetido à pressão da mais valia era uma chave para que se compreendesse o papel da alienação, interferindo nas atividades humanas e na construção do conhecimento. A sociedade não elimina a cooperação, porém seu caráter hipercompetitivo torna difícil convergir e completar-se na convergência. Divisão social do trabalho e propriedade privada "são expressões idênticas", de acordo com Marx.<sup>1</sup>

As tensões internas na sociedade agravam a alienação, na medida em que incorporam o Estado às condições em que as pessoas vivem. O Estado, segundo Marx, é a "comunidade ilusória";<sup>2</sup> ele manipula as pessoas e lhes proporciona sucedâneos de encontros humanos e ações conjuntas de sentido libertário. A alienação se torna mais aguda e aquilo que os seres humanos criam, em vez de ser dominado por eles, ergue-se como um poder estranho no caminho de seus criadores.

Na luta para vencer as unilateralidades decorrentes da alienação, é preciso enxergar o todo. Marx critica o ensino se-

---

### Na perspectiva de Marx a História tem sido o processo de modificações nas condições de trabalho dos seres humanos.

---

parado das disciplinas que nos proporcionam contato com aspectos vivos da realidade, mas mantendo-os isolados uns dos outros. Quando se estuda geografia, economia, política, direito, religião ou história tropeça-se inevitavelmente na necessidade de compreender as articulações desses diversos campos, uns com os outros.<sup>3</sup>

O conceito de alienação é um dos conceitos fundamentais da filosofia de Marx. Ele consta da *Ideologia Alemã*, que só veio a ser publicada em 1932. Embora Engels tenha publicado ainda no final do século XIX as *Teses sobre Feuerbach* apenas como apêndice de seu livro *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, não é surpreendente que grande nú-

mero de "marxistas", ao longo do século XX, tenham tido dificuldade de conhecer o conceito. Com a demora na publicação da *Ideologia Alemã* e dos *Manuscritos de 1844*, Marx ficou sujeito a julgamentos teóricos arbitrários e precipitados.

Na representação usual da História, é frequente que apareçam explicações de conflitos baseadas na idéia de que grupos humanos "tomaram" coisas uns dos outros. Os bárbaros, por exemplo, "tomaram" o império romano. Marx se diverte com essa interpretação e se pergunta se, esgotadas as coisas "tomáveis", não seria necessário que se começasse a produzir?

Na perspectiva de Marx, de fato, a História tem sido o processo de modificações nas condições de trabalho dos seres humanos. E para os seres humanos fazerem as mudanças que consideram necessárias, eles precisam **pensar e agir historicamente**.

Marx, com certeza, ultrapassava os limites da análise conjuntural e abria caminho para uma genuína **história social**, isto é, para o exame aprofundado da transformação estrutural das so-



cidades. O historiador Fernand Braudel reconheceu que Marx foi um pioneiro na análise crítica da "longa duração", e criou novos parâmetros para a compreensão dos movimentos mais lentos que também compõem decisivamente o processo histórico. Braudel admitiu: "O gênio de Marx, o segredo de seu poder prolongado, está em que ele foi o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais, e a partir da longa duração histórica".<sup>4</sup>

Entre as instituições que necessitavam de estudos adequados ao desafio da "longa duração" se incluía o cristianismo. Quando jovem, Marx havia escrito sobre os cristãos, criticando-os duramente por suas posições políticas reacionárias, porém se esforçando para pensá-los no plano de suas convicções imediatas mas também no plano do projeto que vinham adotando há tantos séculos. O pai de Karl era judeu; contudo, para escapar ao risco de perseguições (os pogroms anti-semitas não eram raros na região), converteu-se ao cristianismo. Embora a conversão fosse mais pragmática do que sincera, o menino Karl teve de estudar a doutrina cristã.

O jovem Marx escreveu (e a frase ficou famosa): "A religião é o ópio do povo". Escreveu também que ela era o suspiro da criatura esmagada num universo espiritual sem espírito; era a consciência e o sentimen-

to do homem que "ainda não se encontrou ou então já tornou a se perder"; era o coração de um mundo sem coração. Mas essas imagens não tiveram a mesma recepção da frase anterior. Em

---

**Nas condições  
históricas da segunda  
metade do século XIX,  
a Igreja se mobilizava  
no âmbito do  
movimento operário,  
disputando a  
hegemonia com os  
socialistas.**

---

sua maioria os intelectuais socialistas eram contrários à religião, especialmente ao cristianismo. Em alguns casos, eles manifestavam tendências intolerantes. Em Marx isso não aconteceu. Marx estava convencido de que, enquanto correspondesse a uma necessidade histórica que sensibilizava os crentes, a crença não desapareceria. Por isso, a propaganda contra a religião era inútil e resultava em confusão.<sup>5</sup>

Nas condições históricas da segunda metade do século XIX, a Igreja se mobilizava no âm-

bito do movimento operário, disputando a hegemonia com os socialistas. Marx impacientava-se com essa tentativa de conquista da hegemonia. Escreveu, então, um artigo que continha elementos de uma polêmica áspera com os cristãos: "os princípios sociais do cristianismo pregam a covardia, o autodesprezo, a auto-humilhação, a submissão, a falta de fibra, em suma, todas as qualidades da corja". E ainda: "Os princípios sociais do cristianismo são solertes e o proletariado é revolucionário".<sup>6</sup>

Quando se pensa no que foram os pontificados de Gregório XVI e Pio IX, compreende-se facilmente a exaltação do pensador socialista.

No *Capital*, se lê: "O reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer quando as condições das atividades práticas cotidianas dos homens manifestarem no dia-a-dia relações transparentes e racionais entre os seres humanos e deles com a natureza".<sup>7</sup>

Para Marx, a opção por descobrimentos futuros da intervenção humana nas mudanças sociais é um elemento essencial da relação entre ser humano e a História propriamente dita. É o movimento da História que permite ao homem enxergar as contradições, descrevê-las, inserir-se nelas e também empenhar-se



em superá-las. Do contrário, o homem permaneceria contemplativo, sem atuação própria, acumpliciado com os interesses conservadores. Por isso, o compromisso com a luta pelo comunismo é uma parte decisiva do pensamento de Marx.

No entanto, o conceito de comunismo traz para o estudo da obra de Marx toda uma série de complicações ligadas às tendências "socialistas libertá-

---

**o conceito de  
comunismo traz para  
o estudo da obra de  
Marx toda uma série  
de complicações  
ligadas às tendências  
"socialistas libertárias"**

---

rias" (que é como os anarquistas se chamavam).<sup>5</sup> Para Marx, o comunismo seria a sociedade sem Estado, portanto sem polícia. Nela, afinal, desapareceriam as desigualdades sexuais que permitem a exploração das mulheres pelos homens. Nela a cidade e o campo seriam harmônicos, complementares. Desapareceriam as fronteiras.

Nas condições criadas pelo comunismo, o sujeito podia ser

pintor de manhã, cientista na hora do almoço, bailarino à tardinha e filósofo à noite. Essa imagem, tão animadora, foi saudada pelos anarquistas. Marx e Engels, porém, advertiram que isso dependeria de uma longa história, que não oferecia garantias.

A concepção da História elaborada por Marx passou no teste decisivo, que foi sua aplicação ao tempo presente. Dois livros, *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850* e *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*, analisam as condições em que surgiu o fenômeno do bonapartismo, mostram como cada grupo se dispunha a tomar o poder e como diversas classes sociais distintas se impuseram um desgaste considerável no conflito entre elas.

Assim, dois partidos cristãos (orleanistas e legitimistas), um partido burguês, um partido de banqueiros e um partido do lumpenproletariado (incluindo gigolôs e prostitutas) prepararam para um aventureiro ridículo (Napoleão III) as condições em que ele pode assumir o poder com amplo apoio da sociedade, tal como ela se encontrava naquele momento. Os socialistas, que também estavam mergulhados na confusão, ficaram perplexos. E um liberal, o escritor Victor Hugo, ficou tão furioso contra Luiz Bonaparte que, como observou Marx, atribuindo ao ditador o caráter demoníaco, acabou por

favorecer uma reputação imerecida de perspicácia e inteligência, que Napoleão III queria cultivar.

Marx e Engels tinham respeito e apreço por alguns desses socialistas, tipo Fourier, Saint Simon, Flora Tristan e outros. Inicialmente Marx manifestou simpatia por Proudhon. Disse que lhe deu algumas aulas sobre dialética. Proudhon replicou publicando um livro no qual divergia de Marx em vários pontos. Marx se aborreceu com ele e redigiu às pressas e em francês (para ser lido pelo mesmo público que havia lido *Filosofia da Miséria*, título da obra de Proudhon) *A Miséria da Filosofia*.

A posição teórica de Proudhon, que teve a maior repercussão, foi a tese de que "a propriedade é um roubo". Quando Proudhon morreu em 1865, Marx replicou a essa tese (de que a propriedade é um roubo) com o argumento de que só se podia pensar o roubo quando a propriedade já existia. Curiosamente, em alguns círculos, a tese de Proudhon foi atribuída a Marx.

## II

Com Feuerbach, as relações de Marx, menos íntimas, foram mais complicadas. Feuerbach era um filósofo mais importante do que os da chamada "esquerda hegeliana".



Marx não foi acolhido por Feuerbach como esperava. Idéias dele, contudo, desempenharam um papel extremamente importante no pensamento de Marx. Feuerbach ajudou-o, no início, a se debruçar com maior atenção sobre a subjetividade humana e a se perguntar em que e de que forma os homens, seres subjetivos e condicionados pela realidade objetiva, podiam ser concretamente livres.

Depois de sua estimulante posição inicial, Feuerbach se retraiu e passou a defender um ponto de vista vacilante, que lhe valeu a crítica que Marx lhe faz na *Tese I* das duas páginas "ad Feuerbach".

A principal divergência filosófica entre Marx e Feuerbach estava na posição diferente que cada um dos dois assumiu em face da questão do alcance da materialidade do sujeito humano. Feuerbach achava que o sujeito e seu corpo eram regidos pelas mesmas leis implacáveis que regem o mundo. Embora possa haver uma grande diversidade de sentimentos poderosos num mesmo indivíduo, as conclusões podem legitimamente classificar os sentimentos em uma das duas tendências que aparentavam nos guiar: tudo é casual, tudo é livre arbítrio. Ou, então, tudo está prescrito e tudo obedece ao destino. (Mactub).<sup>2</sup>

Os socialistas que apareceram após a derrota dos jacobinos na Revolução Francesa, assumiram posições filosóficas e políticas bastante diversas. Graco Babeuf, decepcionado com o movimento revolucionário, sustentava que outras ca-

---

***A principal divergência filosófica entre Marx e Feuerbach estava na posição diferente que cada um dos dois assumiu em face da questão do alcance da materialidade do sujeito humano.***

---

beças deveriam ter sido cortadas pela guilhotina. Robert Owen, inglês, achava possível uma saída positiva e relativamente pacífica para os problemas derivados da desigualdade, que os cientistas poderiam abordar onde a revolução falhara. Henri de Saint Simon, francês, organizava os recém convertidos cristãos para cobrar reformas administrativas modernizadoras. E François Fourier, também francês, desiludido com a Revolução Francesa, passou a concentrar

suas esperanças na construção de um *falanstério*, um prédio no qual um grupo pioneiro mostraria à humanidade que a vida podia ser melhor e a sociedade podia ser mais justa.<sup>3</sup>

Marx assumia um ponto de vista bastante sutil: por um lado reiterava sua condição de revolucionário; por outro procurava conduzir os radicais à flexibilidade e ao realismo das negociações imprescindíveis da ação política. Essa combinação era difícil de ser mantida. Mesmo divergindo de Fourier, Marx o apreciava muito por sua criatividade e chegou a dizer que o pensador francês era tão forte na dialética quanto Hegel.

A perspectiva de Marx era visceralmente hostil a algumas cabeças quentes da política do seu tempo. Em alguns casos, ele realmente se encolerizava. Irritou-se muito com as posições de Weitling, que, como agitador socialista, preconizava a libertação de todos os presos que estavam cumprindo pena nas penitenciárias, alegando que eles passariam espontaneamente da condição de criminosos à condição de genuínos revolucionários. O advogado Ferdinand Lassalle, que pregava reformas moderadas, caracterizava a situação histórica da Europa como o confronto entre a classe operária e todas as outras classes, que constituíam uma massa re-



acionária mobilizada contra os trabalhadores. Marx também se aborreceu com a visão paranoica de Lassalle.

Em meio a tantas desavenças, não deixa de ser historicamente significativo que Marx

---

***Em meio a tantas  
desavenças, não deixa  
de ser historicamente  
significativo que  
Marx tenha mantido  
sempre uma atitude de  
admiração e respeito  
por Auguste Blanqui***

---

tenha mantido sempre uma atitude de admiração e respeito por Auguste Blanqui, o revolucionário francês que passou a maior parte de sua vida na cadeia. Blanqui foi um precursor da teoria do partido revolucionário centralizado, no estilo leninista, que viria a ser elaborada no século XX.

Engels, uma vez, falando por ele e, implicitamente, por Marx, entrou em polémica com críticos que se identificavam com os princípios do socialismo libertário e da crítica ao autoritarismo, disse para eles que

estavam atribuindo uma importância excessiva à questão da autoridade. E acrescentou: "Uma revolução é a coisa mais autoritária que existe".<sup>11</sup>

1 MEW: Marx-Engels Werk, volume III, página 32 - Berlim

2 MEW, volume III, página 34 - Berlim

3 MEW, volume III, página 569 - Berlim

4 Braudel, Fernand - *Ecrits sur l'Histoire* - Editions Flammarion - 1969 - Paris

5 MEW - volume I, página 378 - Berlim

6 MEW - volume IV, página 200 - Berlim

7 MEW - volume XXIII, página 4 - Berlim

8 Os anarquistas faziam deles mesmos como socialistas libertários, referindo-se ao pensamento de Marx como expressão de um "socialismo autoritário".

9 Mactub é uma expressão de origem muçumana, que designa o fatalismo, uma forma extremada de determinismo. Quando algo acontece, é que já estava programado no além.

10 Fourier procurou esclarecer todos os elementos constitutivos do falanstério, pois acreditava que o projeto era essencial na reanimação do socialismo, já que o fracasso da Revolução Francesa tinha desmoralizado o caminho revolucionário.

11 MEW, volume, página - Berlim

---

Leandro Konder - filósofo





# MARX E A CRISE: OS FANTASMAS, AGORA, SÃO ELES

Mauro Luis Iasi

A atual crise do capitalismo mundial, além das graves consequências que traz para os trabalhadores, acabou por propiciar um efeito direto no debate teórico e acadêmico: uma retomada das idéias de Marx. Por que isso ocorre? Que tipo de previsão foi realizada por Marx que o faz tão maldito, perseguido e tão renitente em nascer e renascer cada vez que o julgam morto em definitivo?

Passamos, nós marxistas, pelas décadas de 1980 e 1990 resistindo no universo acadêmico como se fôssemos dinossauros anacrônicos, insistindo em teses que desmoronam diante das "evidências" pós-modernas, que afirmavam o fim da validade da teoria do valor, o fim da centralidade do trabalho, das classes e, por consequência, das formas organizativas e dos projetos políticos próprios da classe trabalhadora.

Karl Offe<sup>2</sup> chegou a afirmar que, depois das idéias de Touraine, Foucault e Garz, o pensamento marxista não teria mais muita "respectabilidade científico-social". O próprio Keynes,

que alguns se prepararam para resgatar como balsamo benéfico contra os males da desregulação, sobre O Capital de Karl Marx decretou:

*"Como posso aceitar uma doutrina que estabelece como bíblia, acima e além de qualquer crítica, um manual econômico obsoleto que reconheço não só como cientificamente errôneo, mas também sem interesse ou aplicação para o mundo moderno?"*

Logo na sequência do mesmo texto, Keynes confirmará sua postura "científica" ao declarar preferir a burguesia que "apesar de suas falhas, representa a prosperidade" e certamente leva as "sementes de todo avanço humano", criticando aqueles que "preferem a lama ao peixe" e "exaltam o proletariado rude" contra a burguesia.

Parece que a burguesia continua, em sua incansável rota em direção ao avanço humano, cometendo "algumas falhas", que ameaçam a humanidade para garantir o avanço do capital. O proletariado rude, imerso

na lama na qual tem que viver, mais uma vez tenta compreender a natureza da vaga que ciclicamente o afoga e, mais uma vez, o velho Karl Marx se levanta de seu descanso no cemitério de Londres para assombrar os respeitáveis senhores da ciência.

Qual seria o elemento teórico que encontramos em O Capital que permite que Marx seja ainda tão contemporâneo? Primeiro, poderíamos dizer que Marx era, de certa forma, mais anacrônico em sua época do que agora. Como pensa o capital como um conceito, um movimento do real que dialeticamente transita através de suas formas e, sendo histórico, nasceu, se desenvolveu e um dia irá ser superado, Marx projeta, pela análise precisa do ser do capital, aquilo que denomina de modo de produção especificamente capitalista, ou seja, um mundo subsumido inteiramente ao metabolismo do capital, no qual reina a subordinação real do trabalho ao capital, no qual a mercadoria e o dinheiro são realidades universais, subordinando o valor de uso ao valor de troca.



Ao projetar o capital maduro e completo é que Marx pode avaliar o processo possível de sua superação. Um procedimento que os antigos, antes que os pós-modernos convencessem o mundo acadêmico a aderir a um novo agnosticismo, chamavam de ciência. Ora, este capital maduro estava longe de corresponder à realidade de meados do século XIX; no entanto, para desespero da respeitável *intelligentsia*, o capitalismo contemporâneo se parece muito mais com a previsão de Marx do que com a projeção mítica anunciada pelos arautos do liberalismo e da economia política.

Apesar de autores como Boaventura de Souza Santos afirmarem que, considerando os três gigantes clássicos do pensamento social (Marx, Durkheim e Weber), Marx teria sido entre eles o que "errou de forma mais espetacular", o desfecho do mundo burguês no início do século XXI se caracteriza inequivocamente por uma constatação: o mito liberal morreu!

Qual é a essência do mito liberal e como Marx se contrapõe a ele? O fundamento do mito liberal pode ser resumido da seguinte maneira: o capitalismo é um sistema virtuoso, pois permite que cada um, buscando seu próprio interesse egoísta, contribua para o estabelecimento do bem comum. Dessa maneira, é o único que pode articular de

maneira eficiente os valores do indivíduo, da liberdade, da propriedade e da igualdade. O capitalista busca lucro, mas para obtê-lo produz mercadorias e para tanto gera emprego. O trabalhador quer pagar suas contas e viver e por isso vende sua força de trabalho. Com seu salário compra as mercadorias oferecidas pelos capitalistas e assim se fecha o ciclo. O burguês

---

**Karl Offe chegou a  
afirmar que, depois  
das idéias de Touraine,  
Foucault e Gorz, o  
pensamento marxista  
não teria mais muita  
respeitabilidade  
científico-social.**

---

tem seu lucro, o trabalhador seu salário e a sociedade cada vez mais mercadorias com que satisfazer suas necessidades.

O sistema capitalista seria, ainda, virtuoso não apenas pelo equilíbrio entre interesses individuais egoístas e interesse geral, mas por sua dinâmica: quanto mais o capital produz mercadorias, mais contrataria, mais salários distribuídos intensificariam o consumo, que leva-

ria a nova produção, mais contratações e novos salários que induziriam ao aumento do consumo e assim por diante, da melhor forma possível e no melhor dos mundos.

Recentemente o presidente Lula conjurou o mito com todas suas letras ao afirmar que diante da crise os trabalhadores em vez de pedir aumento deveriam fazer com que suas empresas produzissem mais, para aquecer o mercado, atender as necessidades da demanda e daí garantir, não apenas empregos como a possibilidade futura de melhores salários.

Apesar da fé consagrada de muitos ao mito, Marx escreveu *O Capital* para comprovar a falácia deste argumento central do pensamento burguês. Podemos resumir desta forma as principais conclusões do pensador alemão para contrapor uma visão científica à ideologia liberal: a) quanto mais cresce a concorrência entre os capitalistas, menor é a livre concorrência e maior é a tendência ao monopólio; b) nas condições de uma concorrência entre monopólios, os capitalistas tendem sempre a investir mais em capital constante (máquinas, instalações, novas matérias primas, etc) para aumentar a produtividade do trabalho, do que em capital variável (a compra da força de trabalho) alterando drasticamente a composição orgânica do capital em favor do trabalho



morto; c) o resultado aparentemente paradoxal desse processo é uma tendência à queda na taxa de lucro, ou seja, quanto mais o capital cresce, maior é a produtividade do trabalho pela aplicação consciente da técnica e da ciência ao processo de trabalho, quanto mais o capital se torna monopolista e mundial, menor é a taxa de lucro.

Na verdade, a tautologia liberal afirma que quanto mais o capital cresce, mais ele cresce. O que Marx anunciou pela dialética do capital, compreendido pela minuciosa análise que se nega a permanecer na superfície aparente dos fenômenos, é que quanto mais o capital cresce, mais ele produz a crise que é própria à sua natureza, ou seja, de ser valor em constante processo de valorização, ou seja, uma crise de superacumulação que se combina de forma explosiva com manifestações de superprodução, subconsumo e queda tendencial da taxa de lucro.

O fato desconcertante para os adeptos dos planos de aceleração do crescimento, ou da irracionalidade exuberante como batizou Greenspan (ex-presidente do Banco Central norte-americano), é que o que causa a crise não é a carência, mas a abundância, a pletoia. Um raciocínio típico de Marx, isto é, não argumenta com o adversário teórico pela negação de sua tese, mas pela suposição de sua

plena realização. No caso concreto de nossa análise, afirma que a dinâmica do capital leva à aparente confirmação do mito liberal, levando a sociedade a uma espiral irresistível de produção, consumo e reinvestimento; no entanto este reinvestimento sempre se dá, pela pró-

---

**Ao projetar o capital  
maduro e completo é  
que Marx pode avaliar  
o processo possível de  
sua superação.**

---

pria concorrência, seja livre ou monopólica, alterando a composição orgânica em favor do capital constante e, portanto, alimentando a queda tendencial da taxa de lucro.

No momento agudo deste processo, o capital realizado ao final do ciclo, e que deveria voltar ao início como novo capital inicial, encontra todo o metabolismo do capital saturado de investimentos, muitos meios de produção instalados, muitos trabalhadores empregados, muitas mercadorias produzidas, e tudo isso com taxas de lucro menores. Em momentos normais, o capital migra para outra área, seja para produzir outro tipo de mercadoria, seja para outra região em busca de elementos

que possam baratear seus custos com força de trabalho, matérias primas ou outros elementos do capital constante. No entanto, nas épocas que antecedem às crises, considerando o capital total, é como se o capital não encontrasse onde aportar e começa a parar.

Como o capital é, antes de qualquer coisa, movimento do valor em constante processo de valorização, sua crise ocorre quando este movimento se paraliza em algum ponto do ciclo do capital: como dinheiro que não consegue virar crédito, como capacidade instalada e ociosa, como força de trabalho contratada e impedida de trabalhar, como mercadoria produzida e que não encontra o consumo na proporção de sua oferta, ou ainda pior, como consumo realizado que alimenta a fogueira da superacumulação.

Para que possamos entender o desfecho da crise e, principalmente, os efeitos sobre a classe trabalhadora, é necessário recorrer a um raciocínio essencial que Marx desenvolve ao tratar de sua tese sobre a queda tendencial da taxa de lucro no Livro III de *O Capital*: as contratendências.

Marx precisava defender sua tese em um momento no qual o mito liberal esbanjava saúde. A primeira grande crise do capital, entre os anos 1870 e 1880, ofereceu para o autor os ele-



mentos centrais de sua afirmação. No entanto, o capital estava destinado a sair dessa crise e de outras. É preciso não confundir a teoria de Marx sobre a crise com qualquer afirmação messiânica sobre uma crise final catastrófica que levaria por si mesma ao fim do capitalismo<sup>3</sup>. Para o autor, o capital desenvolveria elementos contratendências que fariam da queda na taxa de lucro uma tendência e das crises uma realidade cíclica, ou seja, em outras palavras, não se trata de uma linha descendente que culmina no fim do poço, mas de um movimento de crescimento, auge, crise e retomada até novo ápice que leva a uma nova crise.

As chamadas contratendências<sup>4</sup> seriam todas as ações empreendidas pelo capital no sentido de se contrapor à queda na taxa de lucro. Podemos resumí-las da seguinte maneira: a) aumento do grau de exploração da classe trabalhadora, seja pelo aumento da jornada de trabalho, seja pela intensificação do trabalho; b) redução dos salários; c) redução dos preços dos elementos do capital constante, tais como buscar matérias primas mais baratas, máquinas mais eficientes, subsídios para insumos e serviços essenciais como aço, mineração, energia, armazenamento, transporte e outros; d) formação de uma superpopulação relativa, ou seja, reunir um contingente de força de trabalho mui-

to além das necessidades do capital e mesmo além do exército industrial de reserva como forma de pressionar o valor da força de trabalho para baixo; e) ampliação e abertura de mercado externo como forma não apenas de desovar o excedente produzido, como de encon-

---

**O fato desconcertante  
(...) é que o que causa a  
crise não é a carência,  
mas a abundância,  
a plethora.**

---

trar fontes de matéria prima e recursos abundantes, barateando seus custos; d) o aumento do capital em ações, isto é, buscando compensar a queda na taxa de lucro com juros oferecidos pelo mercado de papéis oferecidos por empresas ou por títulos do Estado.

Notem que todas as contratendências escondem um sujeito oculto. Trata-se, já no final de O Capital, de mais um embate, este decisivo, contra a ideologia liberal. Quem administra os limites da exploração do trabalho, seja pelo tamanho da jornada, seja pelas condições gerais da contratação? Quem determina os limites legais da compra da força de trabalho e seu valor? Quem pode baratear os ele-

mentos do capital constante por meio de subsídios, créditos facilitados, isenções e outros meios conhecidos? Quem assume o custo de administração, manutenção e controle sobre uma superpopulação relativa cujo papel é nunca entrar no mercado de trabalho? Quem representa os interesses das corporações monopolísticas na ampliação, conquista e manutenção de mercados em disputa com outros monopólios? Finalmente, quem se presta ao papel de oferecer títulos que remuneram com taxas de juros generosas sem se preocupar em perder dinheiro ou comprar de volta títulos podres e sem valor?

Esse sujeito, que mal se oculta, só pode ser o Estado! Eis que se desmorona a mãe de todos os mitos liberais: o Estado não deve intervir na livre concorrência entre os indivíduos pela disputa de riquezas e propriedades, resumido na tese da não intervenção estatal na economia. Para Marx, o Estado sempre foi um fator determinante no sócio-metabolismo do capital, em seu nascimento na acumulação primitiva de capitais, na garantia das condições gerais chamadas de extra-econômicas (garantia da propriedade, subordinação legal e institucional da força de trabalho ao capital, defesa da ordem, etc.) no período de ouro do liberalismo, na representação dos monopólios na partilha e repartilha do mundo, fazendo dos in-



teresses das corporações o interesse nacional; e, por fim e mais importante, nos momentos de crise em que o custo da exuberância irracional, que levou à apropriação indecente da riqueza socialmente produzida na forma de acumulação privada, tem que ser socializado por toda a Nação.

Além do evidente papel do Estado no comando e gerenciamento das contratendências, fica evidente o caráter de classe destes mecanismos, o que nos ajuda a entender os efeitos que recairão sobre os trabalhadores. A intensificação da exploração, que leva ao aumento do desgaste da força de trabalho e à intensificação dos acidentes e das doenças profissionais; a redução de salários, assim como a precarização das condições de contratação, com relativização e perda de direitos; o aumento da superpopulação relativa, que tem por base a intensificação da expropriação dos camponeses e de todos que ainda conseguem manter seus meios diretos de trabalho, e que leva à explosão urbana com todas suas consequências conhecidas no campo da habitação, dos serviços essenciais como educação e saúde, mas também no que se refere a questão da violência e da criminalidade.

Mesmo as ações que aparentemente não se relacionam diretamente com o agravamento das condições de exploração

e a precarização das condições de vida dos trabalhadores acabam por ter efeitos muito sérios sobre a vida de quem trabalha. Os subsídios e isenções ao ca-

---

**É preciso não confundir  
a teoria de Marx sobre  
a crise com qualquer  
afirmação messiânica  
sobre uma crise final  
catastrófica que levaria  
por si mesma ao fim  
do capitalismo**

---

pital, para baratear os elementos do capital constante ou ajudá-los a manter seus patamares de venda, só podem sair do fundo comum do Estado e, portanto, à custa de cortes dramáticos em serviços públicos duramente conquistados. Só em uma semana, o governo brasileiro gastou R\$50 bilhões para manter o valor do dólar, enquanto durante todo o ano anterior foram gastos um pouco mais de R\$ 20 bilhões com a saúde, apenas para ficar em um exemplo. As fortunas gastas para manter bancos em funcionamento só podem sair do recurso público numa clara expressão de privatizar a pequena parte da produção social da riqueza que ficou no espaço

público, sem que em nenhum momento se questione o volume da riqueza que no ciclo de crescimento permaneceu na esfera da acumulação privada.

Talvez o mais grave quanto aos efeitos da ação do Estado na gestão das contratendências para os trabalhadores e a própria humanidade seja um aspecto para o qual Marx não deu maior atenção: a expansão do mercado externo. Quando Marx escrevia o último livro de *O Capital*, a ordem monopolista mal fazia sua estreia histórica. Para o autor, tratava-se apenas de encontrar mercados para os produtos e encontrar fontes de matérias primas. Ocorre que com o pleno desenvolvimento dos monopólios passa a ser decisivo, como estudou mais tarde Lenin, a exportação de capitais, e daí a necessidade de controle das áreas de influência, levando à constante partilha e repartilha do globo, primeiro entre os monopólios e depois entre as nações que os representam, levando à guerra.

A fase imperialista e a prática da guerra, que lhe é inseparável, fizeram desta contratendência quase que a síntese da ação do Estado em defesa do capital e da manutenção de suas taxas de lucro contra a tendência das mesmas em cair. Não apenas pela enorme destruição material que a guerra causa, abrindo campo para novas investições em condições de



lucratividade retomada em patamares aceitáveis para o capital, como pelo próprio estabelecimento de um complexo industrial-militar que vende ao Estado mercadorias que terão que ser substituídas quer sejam ou não usadas (como no caso do arsenal nuclear), como teorizou de forma precisa Mészáros.

Podemos resumir, afirmando que, na dinâmica das contratendências, as vítimas são os trabalhadores, os beneficiários a burguesia monopolista e o instrumento o Estado, não apenas como aparato técnico, jurídico-administrativo, mas também e principalmente pela capacidade que lhe é própria de apresentar como universal um interesse que é particular. Nesse campo, o da luta política, a crise é o momento de retirar da gaveta do arsenal da política burguesa a tese do pacto social.

No momento da crise se re-apresentam todas as alternativas em disputa. Podemos resumí-las em três posições: a) a afirmação de que tudo não passa de um incidente, mais ou menos grave, mas de qualquer forma um incidente que não compromete a estrutura do mito, ou seja, basta voltar a crescer que os empregos voltam, o consumo cresce, e tudo volta ao círculo virtuoso do capital; b) a retomada da crítica keynesiana, que aparece simultaneamente como afirma-

ção da ordem do capital com todos os elementos que lhe são próprios (inclusive a livre concorrência), mas que afirmará a necessidade de retomar

---

**Só em uma semana  
o governo brasileiro  
gastou R\$50 bilhões  
apenas para manter  
o valor do dólar,  
enquanto durante todo  
o ano anterior foram  
gastos um pouco mais  
de R\$ 20 bilhões  
com a saúde**

---

mecanismos de regulação, ou seja, não se trata de evitar a livre concorrência, mas de regular certos aspectos para que suas consequências inevitáveis não gerem condições catastróficas que possam levar ao questionamento do sistema; c) a alternativa socialista, ou seja, aquela que se fundamenta na afirmação sobre a necessidade da produção social da riqueza ser gerida também de forma social, levando à acumulação social da riqueza ser concebida como valor de uso e não mercadoria.

No presente quadro, a primeira, um pouco na defensiva e sem a arrogância que caracterizou o último ciclo, não desaparecerá. Ela se inscreverá na afirmação que basta o Estado dar os elementos para que o capital volte a crescer, sem que interfira na disputa econômica direta, por exemplo, através das estatizações. A segunda, de corte keynesiana, será a mais ativa e, portanto, mais enganosa e perigosa para os trabalhadores. Sob o manto de uma necessidade comprovada de maior regulação, que deverá se inscrever nos limites do mundo financeiro, pode chegar até a defender, como aliás já está acontecendo, algumas ações estatizantes. No entanto, esta opção mal esconde uma enorme luta política que marcou o século XX. Foi preciso ceder a determinadas demandas dos trabalhadores, por direitos e condições de vida, frente à ameaça de superação revolucionária da ordem, representada pelo advento da revolução Russa de 1917.

A solução keynesiana, que não se revestiu no século XX necessariamente com a forma de um Welfare State social-democrata de perfil europeu, nos EUA prevaleceu como New Deal, mantendo a base de uma economia de mercado fundada na livre concorrência, e na América Latina, por exemplo, a regulação estatal se deu na forma de ditaduras militares



mais preocupadas com o Estado do que com o bem-estar. No quadro conjuntural atual, de inflexão política, de desmonte e isolamento das tímidas alternativas de transição socialista iniciadas no século XX, os regulacionistas tendem a se comportar mais como liberais contidos e responsáveis do que como social-democratas.

Aos trabalhadores cabe uma outra ordem de tarefas. Primeiro: resistir, não aceitando que o ônus da crise recaia sobre o setor que mais se penalizou no ciclo de crescimento. Não apenas lutando para que nenhum direito lhe seja retirado, como se recusando à proposta do tipo redução de jornada com redução de salário ou qualquer precarização de suas já precárias condições de contrato e de trabalho. Segundo: forçar o Estado para que se recuse a usar o recurso público para dirimir perdas ou incentivar produtividade de um setor da economia monopolizada, que lucrou fortunas e as acumulou privadamente. Enquanto o governo se regozija com a informação de que os 20% mais pobres passaram de U\$ 1,00 por dia pra U\$ 2,00, de maneira que saíram de uma posição que os colocava abaixo da linha da miséria para uma condição de dignidade duvidosa na linha da miséria, as 500 maiores empresas do Brasil, entre 2002 e 2007 viram seus lucros saltarem de R\$ 2,9 bilhões para R\$43 bilhões.

Em terceiro lugar, está na hora da classe trabalhadora deixar de optar entre qual é a ortodoxia burguesa que mais lhe convém, se a liberal ou a keynesiana, e di-

---

**a alternativa  
socialista, ou seja,  
aquela que se  
fundamenta na  
afirmação sobre  
a necessidade da  
produção social  
da riqueza  
ser gerida também**

---

zer a pleno pulmões que as previsões liberais ou regulacionistas, que prometiam que o crescimento econômico levaria a uma parlatina diminuição das desigualdades sociais e a um mundo justo e equilibrado, naufragaram triunfalmente. Depois os marxistas é que são acusados de "determinismo econômico"! O que é a tese de que os problemas sociais só se resolverão com o crescimento econômico de tipo capitalista senão a mais mecânica afirmação economicista?

O Brasil tinha como modelo os EUA e a Europa. Queríamos, na expressão de Galeano,

ser como eles. Pois bem, já somos. Somos parte integrante do sistema capitalista mundial, no papel que nos cabe, como área de saque do imperialismo. Uma área especial que, devido ao grau de investimento imperialista dos grandes monopólios, constituímos como uma formação social com um capitalismo moderno e completo que inclusive ensaia seus primeiros movimentos no sentido do imperialismo tupiniquim, como tem teorizado Virgínia Fontes, sem, contudo, nunca sair de baixo das asas dos centros hegemônicos do imperialismo mundial.

Devemos recusar o papel miserável de entrar no debate que busca "como sair da crise". Devemos pautar o debate, o único que interessa aos trabalhadores, sobre qual forma de sociabilidade atende os interesses reais dos trabalhadores e da humanidade e pode, de quebra, evitar que ciclicamente todo o esforço produtivo seja destruído por uma nova crise que, para salvar o capital e suas taxas de lucro, destrói produtos, fábricas e seres humanos em uma escala genocida. Para nós, marxistas, existe essa alternativa: é necessário e urgente que a produção social da vida liberte-se das relações sociais de produção de tipo capitalista, superando a propriedade privada dos meios de produção e desenvolvendo as forças produtivas materiais como recursos coletivos e



patrimônio da humanidade, e não propriedade dos monopólios burgueses, de maneira que possamos caminhar para a superação da forma mercadoria e afirmar a centralidade do valor de uso.

Nossa meta socialista pode ser compreendida por aqueles que nos interessam que a compreendam? Em grande parte esta é a arte da política, como disse Bourdier: a política é a arte de "fazer crer que se pode fazer o que se diz"<sup>7</sup>. Nós acreditamos que sim e que podemos expressar os fundamentos de nossa proposta através de três afirmações muito simples: 1) ninguém pode se apropriar de recursos necessários à produção das condições que garantem a existência coletiva da humanidade; 2) ninguém pode se apropriar em caráter privado da força de trabalho humana, pois ela é a principal força de produção e o principal recurso comum da espécie para garantir sua existência, não podendo assumir a forma de uma mercadoria; e 3) a riqueza coletivamente produzida não pode ser acumulada privadamente.

Como dizia Brechet, "uma coisa muito simples, difícil de ser feita". No entanto, nesse ponto a crise nos ajuda. Nunca ficou tão didático o caráter destrutivo da atual forma do capitalismo monopolista e imperialista, nunca ficou tão evidente

a falácia do mito liberal, nunca foi tão urgente dotar a humanidade de uma alternativa para além da ordem do capital.

---

**Aos trabalhadores  
cabe uma outra ordem  
de tarefas. Primeiro:  
resistir, não aceitando  
que o ônus da crise  
recaia sobre o setor que  
mais se penalizou no  
ciclo de crescimento.**

---

Os liberais, velhos, neos e recentes; os pós-modernos, pós-industriais, pós-socialistas; todos timidamente voltam ao "refúgio das livrarias vermelhas", ao qual Keynes havia condenado a leitura marxista como nada tendo de aplicabilidade prática para os tempos modernos, para discretamente voltar a ler Marx e entender o que se passou e o que seus ideólogos não conseguem lhes explicar. Marx, hoje, volta a rondar a Europa, os EUA, a Ásia, nossa América Latina. Não somos mais um mero espectro. Somos cada vez mais de carne, osso, sangue e sonhos, enquanto eles se transformam a cada dia em fantasmas.

1 Apresentado inicialmente no Seminário sobre a Crise Econômica Mundial, promovido pelo PCB São Paulo em novembro de 2008 e modificado para a publicação.

2 Offe, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 195.

3 Keynes, John Maynard. *A short view of Rússia* [1925]. Apud Meszáros, Istvan. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 16.

4 "Max Weber e Durkheim falharam menos estrondosamente que Marx nas suas previsões". (Santos, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999, p. 34.) Do mesmo autor podemos citar a seguinte passagem: "Se o marxismo é uma ciência tem que se submeter à prova dos fatos e os fatos não vão no sentido previsto por Marx" (idem p. 25)

5 Para uma análise crítica sobre a tese sobre uma crise final, ver O encontro da revolução com a História de Valério Arcary (São Paulo: Xamã/ Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2006)

6 Ver o capítulo XIV, do livro III, volume 4 de *O Capital* de Karl Marx.

7 Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1998, p. 185.

---

**Mauro Luis Iasi** – professor adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ. Membro do Comitê Central do PCB.





# O CAPITALISMO NÃO É INVENCÍVEL: CRISE ECONÔMICA E TURBULÊNCIAS NO SISTEMA INTERNACIONAL DE ESTADOS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Valerio Arcary

*Todavia – e dentro de determinados limites – o capital pode compensar a queda da taxa de lucro mediante o aumento da massa de lucro. Sobre isso, lemos nos Grundrisse: “Na média, a massa de lucro – ou seja, a mais-valia considerada à margem de sua relação formal, não como proporção, mas sim como simples magnitude de valor, sem relação com nenhuma outra magnitude – crescerá não conforme a taxa de lucro, mas sim conforme o volume do capital. A taxa de lucro evolui em relação inversa ao valor do capital, mas o lucro total evolui em relação direta com ele.”<sup>1</sup>*

Roman Rosdolsky

A crise econômica mundial deu um salto de qualidade em 2008 com a falência do Lehmann Brothers. Desde então se confirmou que a economia mundial entrou em recessão. O perigo de uma depressão é grave. O capitalismo, como todos os modos de produção que o precederam, corresponde a um período histórico e está condenado a desaparecer. Mas a burguesia não vai cometer “suicídio coletivo”. Vive, pode-se presumir, muito satisfeita o usufruto de seus privilégios, e não renunciará às suas riquezas sem uma luta encarniçada. A epígrafe em que Rosdolsky cita Marx fala por si mesma: “A taxa de lucro evolui em rela-

ção inversa ao valor do capital, mas o lucro total evolui em relação direta com ele”. Em relação direta significa que quanto mais capital, maior o lucro, embora o processo de acumulação seja mais lento, porque a taxa de lucro é menor.

Um animal envelhecido fica mais perigoso e, quando ferido ou ameaçado, reage com ferocidade. A história sugere que uma ordem econômico-social senil não perde a truculência. O Estado feudal sobreviveu séculos à decadência do feudalismo. Quando as relações político-sociais mergulham em declínio, a violência reacionária de uma classe dominante acossada se

agiganta. Os elementos de barbárie que nos cercam devem aumentar.

Como sempre, diante de novos acontecimentos, estamos diante de dois perigos: subestimá-los ou sobreestimá-los. Entre os que procuraram diminuir o significado da crise se destacaram os que defenderam a idéia mirabolante de que o Brasil e outros países periféricos estariam blindados. Já foram desmoralizados pelos acontecimentos. A maior retração industrial da história econômica do Brasil, desde que há dados disponíveis, aconteceu nos últimos três meses de 2008. Outra interpretação pitoresca foi a que procurou ex-



plicar a crise pela ganância dos executivos que especularam no mercado financeiro, expondo os bancos a riscos excessivos pela ausência de regulação. Atribuir a maior crise econômica mundial desde 1929 à cobiça dos gestores de fundos, ou à avareza dos investidores, ou seja, às flutuações dos humores do mercado, parece hoje anedótico.

Uma greve de trinta dias em Guadalupe sinaliza que a crise pode fomentar uma avalanche de lutas sociais em qualquer lugar. Governos já caíram na Islândia e na Letônia, e ninguém poderia garantir que outros não cairão em breve. Hungria e Polônia são Estados em bancarrota, e outros Estados no Leste Europeu poderão ter que recorrer a empréstimos de emergência junto ao FMI. A história do século XX deixou como lição que as crises econômicas, quando transbordam em crises sociais e políticas, abrem a possibilidade de mudar o mundo. A crise contemporânea confirma que o *Capital*, mais uma vez, se aproxima dos seus limites históricos. Mas, o capitalismo não terá morte natural.

### A hipótese da crise final não passou a prova da história

Uma antiga e exaustiva e, sobretudo, inconclusa polêmica procurou esclarecer se existiria ou não, em Marx, uma interpretação do capitalismo que pode-

ria sugerir uma teoria do colapso. Haveria em Marx a previsão de uma crise final? São inúmeros os autores que, ao longo dos anos, retomaram o fio de Ariadne para tentar sair deste labirinto: seria razoável prever que um desmoronamento econômico derrubaria o capitalismo?

O assunto é hemorrágico no marxismo, se considerarmos a quantidade de estudos. Rosdolsky, por exemplo, que se localiza entre os comentaristas que atribuem a Marx um prognóstico favorável à crise final, destaca, também, as mediações feitas pelo próprio Marx:

*Na realidade, porém, a queda da taxa de lucro "é apenas uma tendência, como ocorre com todas as leis econômicas", sendo inibida por numerosas influências que atuam em sentido contrário". Lemos nos Grundrisse: "No ciclo do capital desenvolvido, existem fatores que retardam esse movimento [ou seja, a queda da taxa de lucro], além das crises; por exemplo, a contínua desvalorização de uma parte do capital existente; a transformação de grande parte do capital em capital fixo que não presta serviços como agente da produção direta; o gasto improdutivo de grande parte do capital etc. [...] A queda [da taxa de lucro] é retardada também pela criação de novos setores produtivos, nos quais se*

*exige mais trabalho imediato em proporção ao capital, ou nos quais a força produtiva do trabalho ainda não está desenvolvida. [...] (Há também os monopólios).[...] Além disso, pode-se retardar a queda na taxa de lucro pela supressão de fatores que são subtraídos ao lucro, como por exemplo a diminuição de impostos e da renda da terra etc"*<sup>2</sup>

As palavras de Marx são claras. A mão que escreve não treme: uma tendência histórica abre o caminho para a transformação. Alerta, também, que a tendência pode ser neutralizada por muito tempo. Inúmeros fatores ajudaram à preservação do capitalismo: objetivos e subjetivos. Não basta a caducidade do capitalismo, é necessário, também, superar as limitações subjetivas e imaturidade política do proletariado e de seus aliados. A história não se faz a si mesma. A pressão da necessidade histórica estabelece as condições das escolhas que as classes terão que fazer.

Não obstante, sempre foi necessária uma vontade humana para cruzar o Rubicão. São os sujeitos sociais explorados e oprimidos que transformam o mundo. Enquanto os trabalhadores não se mobilizarem e organizarem, em especial nos países centrais, para derrotá-lo, o *Capital* permanecerá. Não importa quantos tsunamis econômicos. As hecatombes econô-



cas são o momento de máxima vulnerabilidade do capitalismo, porém, ao mesmo tempo, é nelas que germinam as condições para uma recuperação do sistema. Mesmo nas mais difíceis situações, sempre houve uma saída econômica para as classes proprietárias. Mesmo que o custo destrutivo ameace os alicerces do que entendemos como civilização.

Não será uma turbulência econômica que resolverá, por si só, os problemas ainda hoje pendentes no movimento socialista. Nem mesmo uma megacrise como a que estamos atravessando será suficiente para abrir o caminho de uma transição socialista consciente. Não há como negar que o marxismo dos anos noventa do século XX parecia uma zona de guerra: mortos, feridos e mutantes por todos os lados.

### **Um sistema internacional de Estados mais estável durante a guerra fria**

A previsão marxista da III Internacional de que o século XX seria uma época de guerras e revoluções foi confirmada pela história. Mas, não exatamente como Lenin e Trotsky tinham antecipado. Os marxistas que se uniram aos bolcheviques e se lançaram à tarefa de transformar o internacionalismo em um força política de massas acreditavam que o capital estava condenado a er-

---

## **Na primeira metade do século XX o capitalismo foi seriamente ameaçado por três vagas revolucionárias no centro do sistema internacional de Estados.**

---

guer uma capacidade produtiva que entraria em choque, mais cedo ou mais tarde, com as fronteiras nacionais. Sendo impossível um ultra-imperialismo à la Kautsky – uma ordem mundial capitalista estável e pacífica, para além da competição entre os monopólios e entre os Estados –, concluíram que o destino do capitalismo seria a deflagração crônica de guerras comerciais, uma ante-sala de possíveis guerras que seriam, necessariamente, mundiais. Esse prognóstico, de fato, foi confirmado, porém, somente até 1945. A contra-revolução aceitou a liderança incontestada dos EUA no sistema internacional de Estados. E a dinâmica da revolução mundial assumiu um curso inesperado: deslocou-se, depois da Segunda Guerra Mundial, do centro para a periferia.

Na primeira metade do século XX o capitalismo foi seriamente ameaçado por três vagas revolucionárias no centro do sistema internacional de Estados. Duas depois das guerras mundiais, e uma depois da crise de 1929. Desde 1945, a história do imperialismo seguiu um curso diferente. As rivalidades inter-imperialistas passaram a ser de baixa intensidade, predominando a complementaridade econômica, entre os EUA e o Japão, e a colaboração política entre Washington e as burguesias da Europa Ocidental, sobretudo, depois do Plano Marshall.

Uma conclusão se impõe: a frente contra-revolucionária mundial esteve mais sólida na segunda metade do século do que na primeira. Ou seja, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com a fundação da ONU, a política da contra-revolução burguesa passou a ser mais "internacionalista" – um acordo que explica a tolerância da coexistência pacífica com a URSS até 1991 –, mas as direções mais influentes do movimento socialista, a social democracia e o estalinismo, retrocediam para o nacionalismo.

### **O campismo socialista entrou em crise, mas ainda vive**

A idéia das crises é inseparável da crise das idéias. Entre as idéias em crise, uma inter-



pretação do mundo ainda influente no início dos anos 80, o campismo "socialista" desmoronou no início da década de 90. Desmoronou, mas não morreu. Uma maioria da esquerda latino-americana, órfã do campismo da URSS, aderiu ao campismo da Venezuela. Amplamente defendida nos círculos de esquerda, e com ecos nos mais expressivos centros universitários do mundo, o campismo pró Moscou, pró Pequim, ou outras variantes como o pró Cuba, afirmava que o mundo estaria dividido em dois blocos político-militares: o campo capitalista e o campo socialista – sendo este último a retaguarda estratégica das lutas de classes contra o imperialismo.

Mas, o campismo não é marxismo, é nacionalismo. Mesmo com retórica socialista e políticas radicais, o campismo não é internacionalista. É o nacionalismo de um Estado. O nacionalismo de um Estado opressor é o imperialismo. Se, contudo, o nacionalismo de um estado periférico é progressivo na luta contra o imperialismo, é regressivo em relação à luta proletária e popular contra o capitalismo.

A crise já colocou no desemprego 10% da população economicamente ativa dos EUA, e o perigo de uma catástrofe recessiva poderá significar taxas ainda maiores na Europa, porque o BC europeu, ao contrário do norte-americano, ainda não baixou

---

## **A crise contemporânea**

**colocará de novo**

**na ordem do dia**

**discussões estratégicas.**

**Campismo ou**

**internacionalismo,**

**e gradualismo**

**reformista ou ruptura**

**revolucionária são**

**duas delas.**

---

a taxa de juros básica do euro para próximo de zero. Um plano inédito do governo Obama levou o FED à emissão de mais US\$1 trilhão de dólares para resgatar os títulos tóxicos. O perigo de uma depressão mundial já levou Gordon Brown a tirar do esquecimento a famosa declaração de Nixon: "agora somos todos keynesianos". O governo dos EUA prefere o perigo da inflação à ameaça do desemprego. Os governos da Europa não se entendem, mas, por enquanto, a orientação do Banco Central dirigido pelos alemães prefere o perigo do desemprego à ameaça da inflação. Se, contudo, a desmoralização dos áulicos dos ajustes neoliberais dos anos noventa é progressiva, isso não significa que o keyne-

sianismo regulador não seja regressivo. Os trabalhadores não precisam ter que escolher entre aqueles que querem empurrá-los do 25º andar, e aqueles, mais "humanitários", que querem empurrá-los do 10º andar. Não tem sentido a escolha entre a morte "súbita" e a morte "lenta". Com inflação keynesiana ou com desemprego neoliberal, com mais estatismo ou mais ultraliberalismo, ou combinações variadas, serão sempre os trabalhadores a pagarem o preço da crise.

A crise contemporânea colocará de novo na ordem do dia discussões estratégicas. Campismo ou internacionalismo, e gradualismo reformista ou ruptura revolucionária são duas delas. Análises inspiradas no marxismo sempre tiveram que enfrentar uma questão metodológica chave. A compreensão da dinâmica política mundial exige que se articulem duas dimensões de análise: por um lado, o estudo das relações de forças na luta de classes na esfera nacional não pode desconhecer, evidentemente, que as classes se posicionam para a luta pelos seus interesses – e, quando em crises revolucionárias, pelo poder – dentro de fronteiras. Mas estas relações de forças entre as classes dentro de cada país são condicionadas, fortemente, pela relação de forças entre Estados na dimensão internacional. Esta pode favorecer um desenlace revolucionário – como de-



pois das duas guerras mundiais – ou torná-lo mais difícil, como quando da revolução espanhola nos anos trinta.

Por outro lado, a consideração das relações de forças entre as classes não deveria desconhecer, também, que as classes não lutam na arena mundial em um corpo a corpo direto. Porque existe a mediação das fronteiras, ou seja, dos Estados, que disputam posições no interior de um sistema mundial hierarquizado, e estes conflitos incidem sobre as relações entre as classes em cada país.

Vejamos três exemplos: seria impossível explicar a permanência do regime que nasceu da revolução de Outubro em 1917, sem considerar as seqüelas da I Guerra Mundial e a fragilização do sistema de Estados na Europa: afinal, a Alemanha ansiava por uma paz em separado e a conseguiu. Seria muito difícil, também, explicar a decisão de Mao e da direção do PC da China de levar a guerra contra Chiang Kai Chek em 1949 até ao fim, sem considerar o quadro das relações de forças no sistema internacional de Estados após a entrada do Exército russo em Berlim. Seria, também, impossível compreender a decisão de Fidel Castro – até então, essencialmente, um líder nacionalista – de não aceitar os ultimatos norte-americanos em 1961, sem considerar que a perspectiva de alinhamento

---

**Uma maioria da  
esquerda mundial  
no século XX foi  
campista. Considerou  
que o destino da causa  
socialista estava,  
indissolúvelmente,  
associado ao futuro do  
governo da URSS.**

---

com a URSS oferecia um bloco de alianças para Cuba.

Tão ou mais verdadeiro, foi uma ironia da história a permanência tardia do regime burocrático na URSS até 1991, ou seja, não somente a rapidez da Perestroika, mas a lentidão do processo de restauração capitalista entre 1956 e 1985. A força do estalinismo explica a influência do campismo, a ideologia que presumia que o mundo estava dividido entre o campo capitalista e o campo socialista, e a transição ao socialismo seria garantida pela superioridade econômico-social da URSS. A luta de classes, segundo o estalinismo, tinha se transformado em luta entre Estados.

Este processo só pode ser compreendido, plenamente, se

considerarmos que o triunfo das revoluções do pós-guerra – que escapou à iniciativa de Moscou, porque Tito, os albaneses e Mao desafiaram Stalin – fortaleceu a posição internacional da URSS, retirando-a do isolamento. A vitória das revoluções anticapitalistas pós-1945, inclusive Cuba em 1959, bloqueou os planos restauracionistas durante o governo Kruschev, mas a derrota do imperialismo americano no Vietnam não foi suficiente para bloquear os mesmos planos de Deng Xiao Ping, na China, vinte anos depois.

Uma maioria da esquerda mundial no século XX foi campista. Considerou que o destino da causa socialista estava, indissolúvelmente, associado ao futuro do governo da URSS. Este “nacionalismo” da URSS – ou da China, de Cuba, hoje, da Venezuela – ou campismo socialista não deve ser confundido com o internacionalismo socialista. A experiência histórica confirmou que a força das pressões nacionais, socialmente hostis ao proletariado, levou os Estados pós-capitalistas a sacrificar os interesses da luta contra o imperialismo em função da defesa da sua estabilidade interna.

Outros exemplos nunca faltaram: Stalin sacrificou a luta anti-fascista ao firmar o Pacto Molotov-Ribentrop com a Alemanha nazista; Mao negociou com Nixon, desde o início dos



anos setenta, contra a URSS, em plena guerra no Vietnã; Fidel apoiou a invasão da Tchecoslováquia em 1968, da Polônia em 1981, e silenciou diante do massacre na Praça Tian An Men em 1989; Chávez continuou vendendo petróleo aos EUA depois da invasão do Iraque.

A tradição marxista nunca deixou de sublinhar que, se a luta entre as classes era um combate que se iniciava dentro de fronteiras, se decidiria na arena mundial. Toda revolução socialista nacional, mais cedo ou mais tarde, teria que medir forças com a contra-revolução internacional. E o que não avança, inexoravelmente, recua. Essa perspectiva histórica sempre pesou de forma significativa nos cálculos políticos das organizações que em cada país, e em cada situação revolucionária, tinham que avaliar não somente, se havia condições de lutar pelo poder, mas se havia condições de preservar o poder. A história confirmou o prognóstico: o internacionalismo socialista teria que ser um internacionalismo revolucionário, porque se fundamentava na apreciação de que as necessidades políticas da época de transição ao socialismo seriam mais elevadas que as transições anteriores. Ela teria que enfrentar uma contra-revolução, também, mundial. Por isso colocava como prioridade a construção de uma Internacional.

---

## **Marx compreendia que os governos europeus do seu tempo não eram iguais.**

---

### **Uma ordem imperialista mais instável**

Não foi por outra razão que Marx procurou construir interpretações da dinâmica do que acontecia na França ou na Alemanha usando a escala europeia – considerando, por exemplo, o peso do czarismo na Rússia – senão mundial. Marx compreendia que os governos europeus do seu tempo não eram iguais. Analisou que, no marco da ordem europeia erguida depois do Tratado de Viena em 1815, o centro da contra-revolução era Moscou. No entanto, nem Marx nem Engels eram campistas. Não defenderam a monarquia inglesa parlamentar-democrática, contra a monarquia russa, autocrática e arcaica. Eram inimigos irreconciliáveis de ambas. Seus herdeiros dentro da II Internacional, Lênin, Trotsky, e Rosa Luxemburgo construíram, em seu tempo, análises da situação internacional considerando os posicionamentos e contradições entre os diferentes imperialismos, e o estatuto dos mais variados países no mundo periférico, mas não abandonaram a perspectiva de classe.

As posições de força de cada imperialismo no sistema internacional de Estados dependeram, historicamente, de um conjunto de variáveis: (a) as dimensões de suas economias, ou seja, os estoques de capital, os recursos naturais – como o território, as reservas de terras, a auto-suficiência energética, etc... – e humanos – entre estes, o peso demográfico, e o estágio cultural da nação – assim como a dinâmica maior ou menor de desenvolvimento da indústria; (b) a estabilidade política e social maior ou menor dentro de cada país, ou seja, a capacidade de cada burguesia imperialista de garantir a governabilidade de seu regime, diante de seu proletariado; (c) as dimensões dos seus impérios, e a capacidade de cada império manter o controle de suas colônias e áreas de influência; (d) a força militar de cada Estado, que dependia não só do domínio da técnica militar ou da qualidade das Forças Armadas, mas do maior ou menor grau de coesão social da sociedade; (e) as alianças dos Estados imperialistas uns com os outros, e o equilíbrio de forças que resultavam dos blocos formais e informais, etc...

As lutas dentro do sistema europeu de Estados pela supremacia levaram Amsterdã a entrar em guerra com Londres no século XVII, Londres com Paris no XVIII, Paris com Berlim no XIX, e Berlim com Londres no XX. As vantagens relativas dos



---

**Seria impossível  
explicar as semi-  
insurreições no  
Equador em 2000, na  
Argentina em 2001, na  
Venezuela em 2002 e na  
Bolívia em 2003/2005,  
sem considerar o  
choque externo da crise  
de 2000/2001.**

---

EUA, a partir de 1945, explicam a sua supremacia no sistema de Estados, e Obama não deixará de defendê-la a qualquer custo. Mas, a estabilidade do sistema de Estados que garante a segurança dos negócios capitalistas é muito menor que antes de 1991. A restauração capitalista na ex-URSS e na China foram derrotas do proletariado mundial – derrotas históricas, em especial, dos trabalhadores russos e chineses – mas, paradoxalmente, o sistema de Estados era mais estável entre 1945 e 1989/91.

O lugar dos EUA no mercado mundial diminuiu ao longo das mais de seis décadas que nos separam das negociações de Bretton Woods em 1944. Sua

posição no sistema mundial de Estados, todavia, permaneceu incólume. Essa contradição se manifestará com máxima intensidade durante a crise. O papel que cabe a Washington na coordenação internacional da resposta à crise do capitalismo, preservando o privilégio de ser o Estado que pode emitir a moeda de reserva mundial, será colocado à prova.

Não existem, nem remotamente, possibilidades para uma renegociação do alcance de Bretton Woods, ou seja, a refundação de um novo sistema monetário internacional. Não existem, porque não interessa a Washington, e sua liderança permanece intacta. Não haverá refundação do capitalismo. Não haverá New Deal nos EUA. O plano de trilhões de Obama não é senão um Proer para salvar o capital financeiro de Wall Street.

Não haverá, tampouco, negociações para uma reconstrução de um novo Welfare State, enquanto a resistência dos trabalhadores, e o perigo de revoluções político-sociais não mudar a situação mundial. Porque, historicamente foi, o perigo de revoluções anticapitalistas que acelerou a possibilidade de reformas do capitalismo. As pulsações da luta de classes tiveram estreita relação com os impactos das crises econômicas. Seria impossível compreender os anos oitenta

no Brasil e na Argentina, sem considerar o choque da moratória mexicana de 1982. Seria impossível contextualizar o Caracazo de 1989 na Venezuela e a queda de Collor, sem considerar o crack da Bolsa de Nova York de 1987, e a recessão norte-americana entre 1990/92. Seria impossível explicar as semi-insurreições no Equador em 2000, na Argentina em 2001, na Venezuela em 2002 e na Bolívia em 2003/2005, sem considerar o choque externo da crise de 2000/2001.

Agora, outra vez, as lutas já começaram. Incipientes, isoladas, até rudimentares, mas começaram. Guadalupe voltou ao mapa da política mundial, e não foi pelas belas praias do Caribe. Marchas contra o desemprego e a precarização levaram centenas de milhares às ruas em Dublin, Lisboa, Roma e Barcelona. A França já teve dois dias de greve geral em 2009. Tudo isso não foi senão o início. As lutas decisivas são as que o futuro nos reserva, não as que ficaram para trás.

[1] ROSDOLSKY, Roman, *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2001, pág. 318.

[2] ROSDOLSKY, Roman, *Ibidem*, pág. 317.

---

**Valerio Arcary** – professor do IFEC&T/SP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia), doutor em história pela USP.





# AS LUTAS SOCIAIS E O SOCIALISMO NO SÉCULO XXI: UMA QUESTÃO VITAL PARA A AMÉRICA LATINA E PARA A HUMANIDADE

Ricardo Antunes

## I. Algumas considerações sobre os empreendimentos socialistas no século XX.

No limiar do século XXI, a busca de um novo projeto socialista encontra-se novamente na ordem do dia. Hoje estamos em condições de fazer um balanço mais conclusivo da experiência vivida no século XX: derrotadas as suas mais importantes experiências, com a URSS à frente, é possível constatar que estes projetos não foram capazes de derrotar o sistema de metabolismo social do capital. Esse sistema, constituído pelo tripé capital, trabalho e Estado, não pode ser superado sem a eliminação do conjunto dos elementos que o compreende. Como diz István Mészáros (1995), não basta eliminar um ou mesmo dois de seus pólos. O desafio é superar o tripé, nele incluída a divisão social hierárquica do trabalho que subordina o trabalho ao capital.

Por não ter avançado nesta direção, os países pós-capitalistas, com a URSS à frente, foram

incapazes de romper a lógica do capital. Fenômeno semelhante ocorre hoje com a China, que oscila, por um lado, entre uma abertura ampla para o mercado mundial sob o comando do capital e, por outro, fortalece o controle político rígido exercido pelo Estado e pelo Partido Comunista Chinês. Penso que a reflexão deste ponto é um primeiro e decisivo desafio.

Vamos para um segundo ponto: a experiência do "socialismo num só país" ou mesmo num conjunto limitado de países foi um empreendimento também derrotado no século que se foi. Como disse Marx, o socialismo deve ser concebido como uma processualidade histórico-mundial; as revoluções políticas podem inicialmente assumir uma conformação nacional, mais limitada e parcial. Mas as revoluções sociais tem um intrínseco significado universalizante.

Na fase do capital mundializado, conforme caracterização de Chesnais (A Mundiali-

zação do Capital, Xamã, 1996), marcada por um sistema global do capital desigualmente combinado, o socialismo somente poderá ser concebido enquanto um empreendimento global/universal. Sua efetividade no espaço nacional dependerá, decisivamente, de seu desenvolvimento em outros espaços nacionais, o que lhe confere tendencialmente uma processualidade histórico-mundial. E, nesse movimento, quanto mais ele puder atingir o coração do capital (EUA, Europa Unificada e Japão em primeiro plano), maiores serão suas efetivas possibilidades.

Do mesmo modo, a preservação dos elementos de mercado durante a transição socialista do século XX mostrou-se um caminho certo para que o sistema de capital pudesse ser reinstaurado. Assim, a constituição de uma associação livre dos trabalhadores, gestando um novo sistema de metabolismo social fundado no trabalho autônomo e autordeterminado é incompatível com as engrenagens do



mercado<sup>1</sup>. Os "conceitos" apolo-  
géticos e justificadores do tipo  
"economia socialista de merca-  
do" ou "mercado socialista" são  
eufemismos usados para enco-  
brir o retorno e o comando do  
sistema do capital, em seu pro-  
cesso de restauração.

Os casos da China e da an-  
tiga URSS são fortes demais.  
Muitos acreditaram que a abe-  
rtura econômica soviética, junto  
com sua abertura política, fosse  
condição para a preservação  
do que ali se denominava, tam-  
bém de modo equívoco, como  
"socialismo real". O desmoro-  
namento do sistema soviético já  
é parte da nossa história recen-  
te e só muita ingenuidade pode  
imaginar que o "socialismo chi-  
nês" possa controlar o sistema  
de capital (Mészáros, 1995) que  
se esparrama de modo inten-  
so pela China, cuja degrada-  
ção do trabalho passou a ser o  
patamar utilizado pelo sistema  
global do capital para dilapidar  
ainda mais a força de trabalho  
em escala global.

A diferença maior, quando  
se comparam os casos chinês  
e soviético, é de que o primei-  
ro realizou uma monumental  
abertura econômica para o ca-  
pital, hipertrofiando o aparato  
político do estado e seu contro-  
le sobre a sociedade de classes  
que hoje existe na China. Ou  
seja, realizou a abertura econô-  
mica mantendo ultracentraliza-  
do o controle do Estado, através  
do Partido Comunista e do Exér-

cito na China. Exemplo destas  
mutações e do avanço do siste-  
ma de capital está presente no  
fato de que o Partido Comunista

---

**a história crítica  
do experimento  
socialista do século XX  
é fundamental  
para o exercício  
efetivo do socialismo  
no século XXI.**

---

Chinês já permite, dentre seus  
membros, a filiação dos empre-  
sários. Não é difícil imaginar o  
que resultará desse quadro nos  
próximos anos e décadas.

Desconsiderar essa proces-  
sualidade, quando se pensa no  
Socialismo do século XXI, se-  
ria o mesmo que desconside-  
rar a história. E a história críti-  
ca do experimento socialista do  
século XX é fundamental para o  
exercício efetivo do socialismo  
no século XXI.

Nesse contexto, as possibili-  
dades do socialismo na Améri-  
ca Latina devem ser pensadas  
como parte de uma processua-  
lidade que não se esgota em  
seu espaço nacional. Como vi-  
mos anteriormente, ao longo do  
século XX, a tese do "socialismo

num só país" teve um resultado  
trágico. O desafio maior, por-  
tanto, é buscar a ruptura com a  
lógica do capital em escala si-  
multaneamente nacional, con-  
tinental e mundial. Países como  
Brasil, México, Argentina, Vene-  
zuela, Bolívia, Colômbia podem  
ter papel de relevo neste cená-  
rio, visto que se constituem em  
pólos importantes da estrutura-  
ção mundial do capital e, por  
outro lado, tem um contingente  
significativa de forças sociais e  
políticas do trabalho, tem lutas  
e movimentos sociais de extre-  
ma importância.

Economicamente, vários des-  
tes países são dotados de signi-  
ficativo parque produtivo, como  
Brasil, México; outros têm impor-  
tância política estratégica, co-  
mo é o caso da Venezuela, que  
conjuntamente com a Bolívia e  
o Equador, buscam alternativas  
contrárias à lógica destrutiva do  
capital hoje dominante.

Junto com a eclosão de lu-  
tas e levantes populares na Índia,  
Rússia, Coreia, Indonésia,  
entre outros países que não  
estão diretamente no centro  
do mundo capitalista, consti-  
tuem uma gama de forças so-  
ciais populares e do trabalho,  
capazes de impulsionar um  
projeto que tenha como ho-  
rizonte uma organização so-  
cietal socialista de novo tipo,  
renovada e radical, bastante  
diferente dos empreendimen-  
tos revolucionários tentados  
no século XX.



Nesta quadra da história, o desenvolvimento de movimentos sociais e políticos de esquerda e de massas, capazes de enfrentar alguns dos mais agudos desafios deste final de Século, mostram-se também presentes. Desde o movimento social e político dos Zapatistas, no México, em 1994, contra o domínio imperial norte-americano, passando pela comuna de Oaxaca, que abalou o poder oligárquico no México recentemente, ou ainda pelo advento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) no Brasil, pela retomada das lutas operárias e sindicais na América Latina e pelas explosões sociais dos trabalhadores desempregados em tantas outras partes do mundo. Sem falar nas batalhas de Seattle, Nice, Praga, Gênova, nos encontros do Forum Social Mundial, na luta dos "piqueteros" na Argentina, nas lutas sociais pelas questões vitais como as batalhas contra a privatização e a "mercadorização" da água, do gás e petróleo, como vem ocorrendo na Bolívia, Venezuela, Uruguai e tantos outros países do nosso continente.

Estamos vivenciando importantes mudanças sociais e políticas que vem ocorrendo com a Revolução Bolivariana na Venezuela, com o advento dos governos populares de Evo Morales na Bolívia e de Rafael Correa no Equador, dentre tantas outras ações e batalhas que estão em curso na América Latina, den-

---

**Nesta quadra  
da história, o  
desenvolvimento de  
movimentos sociais e  
políticos de esquerda e  
de massas, capazes de  
enfrentar alguns dos  
mais agudos desafios  
deste final de Século,  
mostram-se também  
presentes.**

---

tre tantos outros movimentos de massa e de esquerda que emergem no mundo contemporâneo, dos mais episódicos aos mais abrangentes, são todos exemplos de novas formas de organização dos trabalhadores e dos precarizados do mundo, dos novos trabalhadores e povos do mundo, da nova morfologia do trabalho e das lutas sociais que se rebelam contra o sentido destrutivo do capital e sua forma mundializada, que atinge, neste início do século XXI sua forma mais agressiva e brutal contra a humanidade que trabalha.

Estas lutas cada vez mais assumem a forma de movimentos contra a completa mer-

cantilização do mundo, contra a totalizante (e totalitária) "mercadorização" de tudo que se produz e ampliam-se intensamente, procurando atingir de modo cada vez mais persistente o capital em sua própria materialidade. Sua força maior está ao indicar a centralidade de suas lutas no próprio espaço do capital e de seu sistema, sendo por isso lutas centralmente extra-parlamentares e extra-institucionais.

Como nos ensina Mészáros (1995), sendo o capital um sistema de metabolismo social essencialmente extra-parlamentar, qualquer tentativa de superá-lo que se atenha à esfera institucional e parlamentar, estará impossibilitada de realizar a difícil empreitada de destruir o sistema de capital e seus pilares de sustentação. O maior mérito destes novos movimentos sociais e políticos que acima indicamos, aflora na centralidade que conferem às lutas sociais de perfil essencialmente (ou predominantemente) extra-parlamentar. O desafio maior do mundo do trabalho e dos movimentos sociais de esquerda é criar e inventar novas formas de atuação autônomas, capazes de articular e dar centralidade às ações de classe contra o capital e sua lógica destrutiva. Isso numa fase em que nunca o capital foi tão destrutivo em relação ao trabalho, à natureza e meio-ambiente, em suma, à humanidade.



A recusa da separação, introduzida pelo capital, entre ação econômica, realizada pelos sindicatos e ação político-parlamentar, realizada pelos partidos, entre luta social e luta política concebidas separadamente, é absolutamente imperiosa e mesmo imprescindível quando se pretende derrotar de fato o poderoso sistema de metabolismo social do capital, estruturado a partir do tripé Estado, Capital e Trabalho assalariado. (Mészáros, 1995) A ação contra o domínio do capital em busca do socialismo deve articular luta social e luta política num complexo indissociável.

O mundo do trabalho e as lutas sociais de classe, em suas complexas relações com a luta ecológica, de gênero, étnica, geracional, em suma, pela igualdade substancial, têm cada vez mais uma conformação mundializada. Com a expansão do capital em escala global e a nova forma assumida pela divisão internacional do trabalho, as respostas do movimento dos trabalhadores assumem cada vez mais um sentido universalizante. Cada vez mais as lutas de recorte nacional devem estar articuladas com uma luta de amplitude internacional.

A transnacionalização do capital e do seu sistema produtivo obrigam ainda mais a classe trabalhadora e as lutas populares a combaterem as privatiza-

ções da água, do petróleo e gás, pelo direito ao trabalho, pela redução de seu tempo e jornada de trabalho, pela ampliação dos direitos sociais, enfim, pelas questões vitais. Para tan-

---

**a classe trabalhadora**

**no mundo**

**contemporâneo, em**

**sua nova morfologia,**

**é mais complexa e**

**heterogênea do que**

**aquela existente**

**durante o período de**

**expansão do fordismo**

---

to é imperioso uma forte articulação internacional nas ações e lutas, tanto pela solidariedade, como para fortalecer as formas de confrontação. A mundialização dos capitais corresponde, portanto, cada vez mais e de modo intransferível uma mundialização das lutas sociais e do trabalho.

Isso por que a classe trabalhadora no mundo contemporâneo, em sua nova morfologia, é mais complexa e heterogênea do que aquela existente durante o período de expansão do fordismo, como pude desenvol-

ver nos livros *Adeus ao Trabalho?* e em *Os Sentidos do Trabalho*. O resgate do que Alain Bihr chamou de sentido de pertencimento de classe, contra as inúmeras fraturas, objetivas e subjetivas, impostas pelo capital, é um dos seus desafios mais prementes (Bihr, 1998). E devemos ter, ainda, uma concepção ampliada de trabalho, que não nos leve à tese equivocada e eurocêntrica do mito do fim do trabalho. (Antunes, 2003 e 2005).

Impedir que os trabalhadores precarizados fiquem à margem das formas de organização social e política de classe é um desafio imperioso no mundo contemporâneo. O entendimento das complexas conexões entre classe e gênero, entre trabalhadores "estáveis" e trabalhadores precarizados, entre trabalhadores nacionais e trabalhadores imigrantes, entre trabalhadores de etnias diferentes, entre qualificados e sem qualificação, entre trabalhadores jovens e velhos, entre empregados e desempregados, enfim, entre tantas fraturas que o capital impõe para a classe trabalhadora, torna-se fundamental responder através de um movimento social e políticos dos trabalhadores e das trabalhadoras, na busca e realização efetiva de um novo projeto societal socialista neste século XXI.

Uma vez mais o resgate do sentido de pertencimento de classe (o que implica em enten-



der as conformações da classe trabalhadora hoje e sua nova morfologia) é questão crucial nesta viragem de século.

## II. A América Latina entre a barbárie e a busca da felicidade social

Nas últimas décadas a América Latina vivenciou um verdadeiro genocídio neoliberal que se abateu sobre a quase totalidade de seus países, com a única exceção de Cuba. Genocídio caracterizado pelos enormes índices de indigência social, concentração da riqueza, preservação e ampliação do latifúndio, da propriedade concentrada da terra e do agronegócio. A tendência destrutiva da lógica do capital atingiu seu ponto mais intenso, desertificando (quase de modo irreversível) o rico e potente continente latinoamericano e caribenho.

Período que se caracterizou ainda pela expansão do grande capital transnacional, sob a hegemonia financeira e seus enormes mecanismos de lucro e acumulação, pelo papel servil dos governos e suas burguesias locais associadas e cada vez mais transnacionalizadas e pela ação dos modelos econômicos e de políticas de governo que seguem a cartilha do FMI, que "integra" para fora (para os capitais globais) e se desintegra socialmente para dentro.

Pela vigência de parlamentos degradados e de poderes judiciários coniventes com as classes dominantes e responsáveis pela ampliação dos cânceres da corrupção.

E, se tudo isso não bastasse, o neoliberalismo (forma ideopolítica das mais agressivas na dominação do capital nas últimas décadas) nos ofereceu ainda uma mídia cúmplice, com seus reality show que se "dedicam ao que há de mais vulgar, embotando o espírito e os senti-

---

### **Nas últimas décadas a América Latina vivenciou um verdadeiro genocídio neoliberal**

---

dos para as impressões do belo e do perfeito", oscilando entre o "frívolo e o insulto", para lembrar o genial Goethe em seu clássico Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister.

Mas o neoliberalismo vem dando mostras de exaustão, especialmente desde os fins da década de 1990 do século que se foi. Não é por outro motivo que a "grande imprensa" tem dito, com alguma frequência, que os países andinos e latinoamericanos estão viven-

ciando uma fase de "instabilidade democrática": Venezuela, Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, vários seriam os exemplos capazes de inquietar e tirar o sono dos senhores da América.

É como se, uma vez desenhada a arquitetura institucional eleitoral, os povos indígenas, camponeses, os trabalhadores dos campos e das cidades devessem cumprir o ritual eleitoral e, como consequência do ato, aceitar todas as mazelas, embustes e estelionatos nos anos seguintes, esperando as próximas eleições, quatro ou cinco anos depois, para legitimar os processos eleitorais latinoamericanos preservadores das novas e velhas oligarquias.

A história, porém, é outra. Nos Andes, responsável por uma cultura indígena milenar, cujos valores, sentimentos e modo de vida são muito distintos daqueles valorizados pelo capitalismo do nosso tempo, ressurge um novo ciclo de rebeliões, dando claros sinais de recusa, confrontação e revoltas contra o neoliberalismo e suas políticas destrutivas, contra a "democracia institucional" cada vez mais geradora da conservação, cada vez mais acomodada aos mercados globais, cada vez mais coniventes com a miséria e vilipêndio, brutalidade e barbárie, desemprego e flagelo.



No Peru, por exemplo, há alguns anos atrás saiu pelos fundos o pequeno bonaparte Fujimori, corrupto até a alma, e subiu Toledo, aparência de índio e cabeça de ianque, para manter o receituário da barbárie. Acumulou índices de completa e cabal rejeição popular. Novas eleições garantiram, entretanto, o poder das velhas oligarquias.

No Equador, Gutiérrez, um ex-líder militar que encabeçou um levante popular e indígena em 2000, tornou-se presidente pelo voto e metamorfoseou-se num vil gendarme, responsável por um governo corrupto e abjeto. De representante eleito pelo povo tornou-se representante das "elites" e foi posto para fora do país. E o movimento indígena e popular, que o apoiou nas eleições presidenciais, pediu desculpas ao povo pelo erro. Manteve-se na oposição e teve papel central no levante que depôs o governo Gutiérrez e permitiu a eleição de Rafael Correa.

Renasce, então, a democracia popular, de base e de massa, que começa, como na Venezuela, a recuperar o espírito comunal, essa talvez a mais genial arquitetura do verdadeiro poder popular que nasceu na belíssima Comuna de Paris (1871) que, vale lembrar, tinha como consigna o generoso lema: "Estamos aqui pela Humanidade". Esse efetivo ex-

perimento vem aumentando a consciência e a repulsa popular em relação às formas burguesas da velha dominação.

---

**o governo bolivariano  
é vivo exemplo de algo  
verdadeiramente novo  
e em construção na  
nuestra América.**

---

Na Revolução Bolivariana, contra as várias tentativas de golpe sofridas pelo governo de Hugo Chavez, os trabalhadores pobres dos morros de Caracas desceram as ruas para recuperar o poder do povo e recolocar Chavez na presidência da República, depois de um ignóbil golpe civil-militar, pró-imperialista, ao qual se seguiu um locaute da empresa petrolífera que ia se locupletar com a privatização. Na Venezuela, em todas as partes do país, percebe-se a forte organização popular que lá está se gestando, o que é suficiente para exasperar as "elites" que querem a preservação da barbárie e do poder das oligarquias, na América Latina em particular.

Ampliando a base popular, acentuando seu traço anti-imperialista, aproximando-se cada vez mais das alternativas de inspiração socialista, o go-

verno bolivariano é vivo exemplo de algo verdadeiramente novo e em construção na nuestra América. Cada vez mais ancorado em forte impulsão popular, tornou-se uma pedra na política de dominação e terror dos Estados Unidos junto ao continente latino-americano. Por isso sofre enorme oposição da direita, interna e externamente, e só a força popular poderá avançar e impedir retrocessos.

E sabe que precisa articular laços de solidariedade com os povos latinoamericanos para impedir o isolamento com que, por décadas, o domínio imperial procura – e não consegue – derrotar a majestosa Revolução Cubana de 1959.

Na Bolívia, os povos indígenas derrotaram a "institucionalidade" e "governabilidade" da conservação e da submissão. Um presidente foi deposto faz alguns anos atrás (Gonzalo Lozada) e o que lhe sucedeu, Meza, seu vice, herdava a mesma política da privatização que traz mais privação. Herdeiro de uma tradição revolucionária, o povo boliviano tem dado mostras de muita força e rebeldia, sinalizando que o levante popular é cada vez mais intenso e que os rearranjos dos governos latinoamericanos para preservar a "governabilidade" dos governos anti-populares parecem fadados ao fracasso. Lá também está pre-



sente um outro traço dos descontentamentos: além da revolta popular dos indígenas, camponeses e operários, setores das classes médias assalariadas – que num certo período deram sustentação ao neoliberalismo – aproximam-se das lutas populares e participam dos levantes. Foi esta contextualidade rebelde e insurgente que permitiu a vitória eleitoral e popular de Evo Morales.

Na Colômbia, apesar da ingerência política e militar direta do imperialismo dos EUA, a guerra civil se mantém intensa e, apesar da presença norte-americana, é forte a resistência armada. Ingerência ianque que tem como bandeira o combate ao narcotráfico, mas que de fato quer impedir a vitória da esquerda armada colombiana, temendo um novo ciclo de rebeliões e revoluções em nosso continente que está cansado de tanta espoliação.

Junto com os andinos, outros povos latinoamericanos também vêm se rebelando, como se pode visualizar nessa fase de resistência e avanço das lutas sociais em toda a América Latina.

Na Argentina, por exemplo, presenciamos já há alguns anos a organização dos trabalhadores desempregados, denominados “piqueteros”, que depuseram, junto com as classes médias, no levante de dezembro de 2001, tanto o gover-

no De La Rúa quanto os vários pretensos usurpadores-presidentes, nos dias que abalaram a Argentina. Vimos também a

---

**Na Colômbia, apesar  
da presença norte-  
americana, é forte a  
resistência armada.**

---

ampliação de um importante processo de ocupação de fábricas pelos trabalhadores (as “fábricas recuperadas”), exigindo trabalho e emprego, num país que chegou ao fundo do poço e do servilismo em relação ao FMI e sua política destrutiva.

Tratou-se, então, da viva resposta popular ao neoliberalismo que desmontou os direitos públicos e sociais, privatizou tudo que funcionava na res pública argentina, arrebentando as condições de trabalho cuja informalidade e desemprego atingiram o grosso da população trabalhadora e financeirizou ao limite a sua economia, tornando-a ainda mais servil ao FMI e aos EUA, durante o governo mafioso dirigido por Menen.

A resistência zapatista no México, que teve papel decisivo nas lutas sociais e políticas dos anos 1990, quando muitos acreditavam que a histó-

ria tinha encerrado seu ciclo. A recente Comuna de Oaxaca desnudou a barbárie da submissão política aos grandes capitais e seus interesses, fazendo desmorrar a farsa da “democracia” tutelada e recuperando de modo excepcional o espírito da comuna como forma avançada de poder popular.

A resistência heróica do povo de Cuba que desconcerta o bloqueio tenaz do gigante colonial e imperialista do Norte e que há quase 50 anos desafia o domínio norte-americano no continente; o MST e sua luta persistente contra o Brasil do latifúndio, da concentração fundiária e da propriedade privada no campo, são vivos exemplos dos impulsos que brotam das lutas sociais e políticas da América Latina.

Alguns podem, então, perguntar: são “antidemocráticos” estes movimentos e estas manifestações? Querem a volta das horripilantes ditaduras militares na América Latina?

Talvez fosse interessante, ao contrário, fazer outra indagação: será que a chamada “institucionalidade” e “governabilidade” vigentes não têm se tornado freqüentemente antípoda da efetiva democracia, do real poder popular?

Não estarão os povos andinos, amazônicos, indígenas, negros, homens e mulheres



trabalhadores dos campos e das cidades a estampar que a América Latina não está mais disposta a suportar a barbárie, a subserviência, a iniquidade, que em nome de "democracia das elites" e do capital transnacional destrutivo, assume de fato a postura do império, da truculência, da miséria e da indignidade?

---

***será que a chamada  
"institucionalidade"  
e "governabilidade"  
vigentes não  
têm se tornado  
frequentemente  
antípodas da efetiva  
democracia?***

---

Não estaremos presenciando o esgotamento dos rearranjos "pelo alto" das classes dominantes e o afloramento no solo latino-americano de uma nova forma de poder popular, comunal, construído pela base, desenhada pela nova morfologia do trabalho, dada pelos camponeses, indígenas, operários industriais, assalariados médios urbanos, trabalhadores empregados e desempregados que começam novamente a sonhar com uma

sociedade livre, verdadeiramente latino-americana, socialista e emancipada?

### **III. A nova morfologia do trabalho, as lutas sociais e as forças sociais da emancipação humano-social**

Apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora latinoamericana (e também aquela existente hoje nos países capitalistas centrais), as possibilidades de uma efetiva emancipação humana e social, pela conquista da alternativa socialista, podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente (e não exclusivamente) no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente do trabalho, no trabalho e pelo trabalho. Esta formulação não exclui nem suprime outras formas importantes de rebeldia e contestação. Mas, vivendo numa sociedade que produz mercadorias, valores de troca, cuja lógica é voltada para a valorização do capital e seu ciclo perverso, as revoltas do trabalho acabam tendo estatuto de centralidade no combate direto ao capital. Todo o amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, mais os trabalhadores "terceirizados", os trabalhadores do mercado in-

formal, os "trabalhadores domésticos", os sub-empregados e os desempregados somam-se decisivamente aos trabalhadores diretamente produtivos, atuando enquanto parte constitutiva da classe trabalhadora hoje, configurando-se no pólo social e político dotado de maior potencialidade e radicalidade anticapitalista.

Do mesmo modo, a luta ecológica, os movimentos feminista, étnicos (dos indígenas, dos negros, dos imigrantes etc), dentre tantos outros movimentos, encontram maior pujança e vitalidade quando conseguem articular suas reivindicações singulares e autênticas, como nos movimentos ecologistas contra a lógica destrutiva do capital (que destrói em escala global a natureza) e, como no caso da luta das mulheres contra o caráter fetichizado, estranhado e "des-realizador" do domínio patriarcal que as subordina, em seu duplo espaço, familiar e de trabalho, ao controle patriarcal, que é também incentivado pela lógica societal do capital, ou ainda a lutas entre os diversos povos, etnias e culturas pela igualdade substancial (Mészáros).

As recentes greves e as explosões sociais, presenciadas pelos países capitalistas, constituem-se em importantes exemplos das novas formas de confrontação social contra o capital, dada a nova morfo-



logia do trabalho e seu caráter multifacetado. Elas mesclam elementos destes pólos diferenciados do que venho denominando como a classe-que-vive-do-trabalho e se constituem em importantes exemplos destas novas confrontações contra a lógica destrutiva que preside a (des)sociabilidade contemporânea que o século XXI vem presenciando em intensidade e abundância. Essas lutas nos levam, por fim, a pensar em alguns pontos importantes, quando se pensa no desenho de um projeto societal socialista neste século que se inicia.

#### **IV- A autodeterminação do trabalho e a produção de bens socialmente úteis como o sentido essencial do projeto socialista.**

O empreendimento socialista não poderá efetivar um outro modo de vida se não conferir ao trabalho algo radicalmente distinto, tanto da subordinação estrutural em relação ao capital, quanto em relação ao seu sentido heterônomo, subordinado a um sistema de mando e hierarquia, como se deu durante a vigência do sistema soviético e nos países do chamado "bloco socialista" ou do "socialismo real", eufemismo para esconder as mazelas que impediam a autonomia do trabalho fora das engrenagens do capital e seu sistema de mando.

---

### **As recentes greves e as explosões sociais constituem-se em importantes exemplos das novas formas de confrontação social contra o capital**

---

Com isso entramos em outro ponto crucial, quando se trata de entender o verdadeiro significado do trabalho no socialismo e sua profunda diferença em relação à forma social do trabalho sob o sistema de capital. Conforme desenvolvemos no livro *Os Sentidos do Trabalho* uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo verdadeiramente livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará maculada pela desefetivação que se dá no interior da vida laborativa.

Como o sistema global do capital, em nossos dias atuais, abrange intensamente também as esferas da vida fora

do trabalho, a desfetichização da sociedade do consumo tem como corolário imprescindível a desfetichização no modo de produção das coisas. O que torna a sua conquista muito mais difícil, se não se inter-relaciona decisivamente a ação pelo tempo livre com a luta contra a lógica do capital e a vigência do trabalho abstrato.

Se o fundamento da ação coletiva for voltada radicalmente contra as formas de (des)sociabilização do mundo das mercadorias, a luta imediata pela redução da jornada ou do tempo de trabalho torna-se importante e inteiramente compatível com o direito ao trabalho (em jornada reduzida e sem redução de salário). Desse modo, a luta contemporânea imediata pela redução da jornada (ou do tempo) de trabalho e a luta pelo emprego, ao invés de serem excludentes, tornam-se necessariamente complementares. E o empreendimento societal por um trabalho cheio de sentido e pela vida autêntica fora do trabalho, por um tempo disponível para o trabalho e por um tempo verdadeiramente livre e autônomo fora do trabalho – ambos, portanto, fora do controle e comando opressivo do capital – convertem-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade socialista não mais regulada pelo sistema de metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação.



## **V. Por um novo sistema de metabolismo social: a busca de um novo (e original) modo de vida**

A invenção societal de uma nova vida, autêntica e dotada de sentido, recoloca, portanto, neste início do século XXI, a necessidade imperiosa de construção de um novo sistema de metabolismo social, de um novo modo de produção fundado na atividade autodeterminada. Atividade baseada no tempo disponível para produzir valores de uso socialmente necessários, na realização do trabalho socialmente necessário e contra a produção heterodeterminada, que caracterizou o capitalismo, baseada no tempo excedente para a produção exclusiva de valores de troca para o mercado e para a reprodução do capital.

Os princípios constitutivos centrais, que devem estar presente desde o início da construção do socialismo do século XXI, devem pautar-se pelos seguintes fundamentos: 1) o sentido essencial da produção e da vida societal serão voltados exclusivamente para o atendimento das efetivas necessidades humanas e sociais; 2) o exercício do trabalho deverá ser sempre sinônimo de autoatividade, atividade livre, baseada no tempo disponível, de modo profundamente articulado com o princípio anterior, fundado nas necessidades humano-sociais.

Durante a vigência do capitalismo (e de modo mais amplo, do próprio sistema do capital), o valor de uso dos bens socialmente necessários subordinou-se ao seu valor de troca, que passou a comandar a lógica do

---

### **Durante a vigência do capitalismo o valor de uso dos bens socialmente necessários subordinou-se ao seu valor de troca**

---

sistema de produção do capital. As funções produtivas básicas, bem como o controle do seu processo foram radicalmente separadas entre aqueles que produzem (os trabalhadores) e aqueles que controlam (os capitalistas e seus gestores). Como disse Marx, o capital operou a separação entre trabalhadores e meio de produção, entre o caracol e a sua concha. (Marx, O Capital), aprofundando-se a separação entre a produção voltada para o atendimento das necessidades humano-sociais e as necessidades de auto-reprodução do capital.

Tendo sido o primeiro modo de produção a criar uma lógica

que não leva em conta prioritariamente as reais necessidades sociais, e que também por isso diferenciou-se radicalmente de todos os sistemas de controle do metabolismo social anteriormente existentes (que prioritariamente produziam visando suprir as necessidades de auto-reprodução humana), o capital instaurou um sistema voltado para a sua auto-valorização, que independe das reais necessidades auto-reprodutivas da humanidade.

Desse modo, a recuperação societal de uma lógica voltada para o atendimento das necessidades humano-sociais é o primeiro desafio mais profundo da humanidade, neste novo século que se inicia. Como disse István Mészáros, "O imperativo de ir além do capital enquanto controle do metabolismo social, com suas dificuldades quase proibitivas, é um predicamento que a sociedade como um todo compartilha". (Mészáros, op.cit.)

Ou nas palavras de Alain Bihr: "... o modo de produção capitalista em seu conjunto, ao submeter a natureza aos imperativos abstratos da reprodução do capital, engendra a crise ecológica. Dentro do universo do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas convertem-se em desenvolvimento das forças destrutivas da natureza e dos homens. De fonte de enrique-



cimento, converte-se em fonte de empobrecimento, onde a única riqueza reconhecida não é o valor de uso, mas essa abstração que é o valor. E, neste mesmo universo, a potência conquistada pela sociedade converte-se em impotência crescente dessa mesma sociedade...". (Bihr, Da Grande Noite à Alternativa)<sup>2</sup>

O segundo princípio societal imprescindível é conceber o trabalho como atividade vital (Marx), atividade livre, auto-atividade, com base no tempo disponível. O que significa dizer que a nova estruturação societal socialista deve recusar o funcionamento com base na separação dicotômica entre tempo de trabalho necessário para a reprodução social e tempo de trabalho excedente para a reprodução do capital.

Uma sociedade somente será dotada de sentido e efetivamente emancipada quando as suas funções vitais, controladoras de seu sistema de metabolismo social forem efetivamente exercidas autonomamente pelos produtores associados e não por um corpo exterior e controlador destas funções vitais. Enquanto o tempo disponível, da perspectiva do capital, é concebido como algo a ser explorado no interesse da sua própria expansão e valorização (Mészáros, 1995), do ponto de vista do trabalho vivo mostra-se como

condição para que a sociedade possa suprir seus carecimentos e necessidades efetivamente sociais e desse modo fazer aflorar uma subjetividade dotada de sentido dentro e fora do trabalho.

Isto porque o tempo disponível será aquele dispêndio de atividade laborativa auto-determinada, voltada "para ati-

---

**Como disse István  
Mészáros,  
"O imperativo de  
ir além do capital  
enquanto controle do  
metabolismo social,  
com suas dificuldades  
quase proibitivas, é  
um predicamento que  
a sociedade como um  
todo compartilha".**

---

vidades autônomas, externas à relação dinheiro-mercadoria", negadoras da relação totalizante dada pela forma-mercadoria e contrárias, portanto, à sociedade produtora de mercadorias. (Robert Kurz, O Colapso da Modernização)

Como conclusão: uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, dada pela felicidade social e pela omnilateralidade humana, somente poderá efetivar-se através da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente (Mészáros) e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade. Tecida por indivíduos (homens e mulheres) sociais e livremente associados, onde ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e otium, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem as condições para a efetivação da identidade entre indivíduo e gênero humano, na multilateralidade de suas dimensões. Em formas inteiramente novas de sociabilidade, onde liberdade e necessidade se realizem mutuamente.

O exercício do trabalho autônomo, eliminando o dispêndio de tempo excedente para a produção de mercadorias, eliminando também o tempo de produção destrutivo e supérfluo (esferas estas controladas pelo capital), possibilitará o resgate verdadeiro do sentido estruturante do trabalho vivo, contra



o sentido (des)estruturante do trabalho abstrato para o capital. Isto porque o trabalho que estrutura o capital, desestrutura o ser social, isso é, o trabalho assalariado que dá sentido ao capital, gera uma subjetividade inautêntica, alienada/estranhada no próprio ato de trabalho. Numa forma de sociabilidade autenticamente socialista, o trabalho, ao reestruturar o sentido humano e social da produção, desestruturará o capital e seu sistema de mercado. E esse mesmo trabalho auto-determinado que tornará sem sentido o capital, gerará as condições sociais para o florescimento de uma subjetividade autêntica e emancipada, dando um novo sentido ao trabalho.

Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e decisivamente) através da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do otium, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo. O que será um belo intento do socialismo do século XXI.

1 A leitura de Mészáros (1995) é aqui mais uma vez decisiva.

2 Um análise decisiva entre as conexões existentes entre a crise ecológica e a lógica destrutiva do capital, empreendimento imprescindível hoje, encontra-se em Bihr, 1991, capítulo V e em Mészáros, 1995, especialmente capítulos XV/XVI.

## BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. (2002) *Os Sentidos do Trabalho (Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho)*, Ed. Boitempo, São Paulo, 6ª edição.

\_\_\_\_\_. (2002) *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*, Ed. Cortez/Ed. Unicamp, São Paulo, 8ª edição.

GOETHE, *Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister*, Ed. Ensaio, São Paulo.

KURZ, Robert. (1992) *O Colapso da Modernização*, Ed. Paz e Terra, São Paulo.

MÉSZÁROS, István. (2005) *Para Além do Capital*, Boitempo, São Paulo.

**Ricardo Antunes** – professor titular de Sociologia do Trabalho na Universidade de Campinas (UNICAMP). Autor de *Adeus ao Trabalho?* (Ed. Cortez); *Os Sentidos do Trabalho* (Ed. Boitempo) e *A Desertificação Neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula* (Ed. Autores Associados), entre outros livros. É também Coordenador da *Coleção Mundo do Trabalho* (Ed. Boitempo) e *Trabalho e Emancipação* (Ed. Expressão Popular).





## AMÉRICA LATINA: PARA ONDE VAMOS?

Gilberto Maringoni

*Apesar da consolidação de governos que vão do centro à esquerda, crise econômica e avanços da direita acendem sinal de alerta para as forças progressistas*

O panorama latino-americano nos próximos dois anos será marcado por pelo menos três fatores de enorme relevância. O primeiro é a crise econômica internacional. O segundo é o governo Barack Obama, na Casa Branca. E o terceiro é representado por um conjunto de 14 processos eleitorais que acontecem até o final de 2010, em vários países.

A crise aprofunda-se na região. Iniciada nas hipotecas residenciais dos Estados Unidos ela chegou ao continente embalada especialmente em uma grande redução do crédito internacional e pela contração dos mercados para as exportações. No caso brasileiro, ela é agravada por políticas monetária e fiscal contractionistas.

Uma das características da crise é a queda acentuada dos preços internacionais das *commodities*, o centro das pautas de exportação da maioria dos países. Itens como alimentos, minérios e petróleo atravessaram uma bolha altista nos últimos cinco anos. A especulação em tais mercadorias tornou-se opção para grandes investidores quan-

do a taxa de juros norte-americana caiu sensivelmente, exibindo uma nítida correlação entre os dois fatores. O capital migrou de títulos do Tesouro para bolsas de mercadorias.

A elevação dos preços das *commodities* possibilitou seguidos superávits nas balanças comerciais e conseqüentes elevações nos PIBs de cada país. O preço do petróleo é um símbolo dos tempos. Ele conheceu sucessivas altas, até bater os US\$ 150 por barril em julho de 2008. Em quase toda a América Latina, aumentos de receitas de exportação possibilitaram expansão de crédito, melhorias nos padrões de vida das populações, elevação de gastos sociais e alta popularidade para os governantes.

A partir da segunda quinzena de setembro de 2008, os especuladores saíram das bolsas de mercadorias e correram a cobrir rombos em seus negócios no mercado doméstico dos EUA. A bolha murchou. Num segundo momento, a fuga de capitais dos países da periferia dirigiu-se para investimentos em dólar e em títulos de risco próximo a zero, como os do governo esta-

dunidense. O efeito mais espetacular disso tudo é a queda dos preços do petróleo, que chegou a menos de US\$ 40 o barril, no início deste ano.

### Mais crise, menos dinheiro

Apesar das eleições de governos embalados em campanhas que se opunham às chamadas reformas neoliberais, a partir de 1998, o fato é que nenhum deles mudou radicalmente os modelos de desenvolvimento então vigentes. Soja, cana, carne e minérios *in natura* ainda dominam a pauta de exportações brasileira, carne e trigo definem as vendas da Argentina ao exterior, gás e soja ordenam o comércio boliviano com outros países, cobre e pescados ainda são o que o Chile tem de melhor para comercializar e a economia venezuelana segue dependente das exportações de petróleo.

A tradução prática é que agora haverá menos dinheiro para programas sociais, responsáveis em grande medida por alavancar a popularidade de governantes como Hugo Chávez, Evo Morales, o casal Kirch-



ner, Evo Morales e mesmo Lula. A aprovação popular de tais líderes pode entrar numa espiral descendente em pouco tempo.

A crise pode ter outro efeito, que não apenas o de arrancar economias e reputações. A experiência histórica mostra ser justamente em períodos de depressão econômica que vários países conseguiram atuar no contra-ciclo de crises, mudando

detalhes por Celso Furtado em seu clássico *Formação econômica do Brasil*. O motor da recuperação foi a expansão do mercado interno, que possibilitou a reversão da crise já em 1933, dois anos antes dos EUA!

Até agora, as tentativas de mudanças nas economias nacionais têm sido para lá de tímidas.

### **Rearticulação da direita**

As incertezas na economia, soma-se uma crescente complexidade no cenário político interno de cada país, percebida desde 2007. O novo sinal foi dado pela ofensiva da direita, em suas variantes locais.

A principal delas se deu pela rearticulação da IV Frota estadunidense para a região. Nítida marca da Guerra Fria, a armada serve como força de intimidação imperial, em tempos de agudização de tensões.

O caso mais expressivo de conspiração reacionária acontece na Bolívia, onde o setor de ricos produtores rurais de Santa Cruz e de outras províncias agro-exportadoras insurgiu-se contra o governo de Evo Morales, provocou massacres de camponeses e ameaçou dar curso a um processo de autonomia separatista. Com dificuldades, Morales conseguiu isolar tais setores e retomar a iniciativa política. A

vitória governamental no referendo constitucional, em janeiro último, isolou momentaneamente as forças reacionárias.

A ofensiva conservadora tem no governo colombiano um ator de peso. Principal representante da gestão George W. Bush na América do Sul, o presidente Álvaro Uribe desencadeou uma ofensiva militar para derrotar as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que envolveu a invasão do território equatoriano e atritos com o governo venezuelano. No final de 2008, uma série de denúncias de corrupção e conluio com o narcotráfico desmoralizou parte da cúpula do governo.

O Equador, após auditar sua dívida externa, iniciou um movimento de moratória. É uma situação extremamente difícil, pois a economia do país é dolarizada, o que reduz sobremaneira a soberania econômica. O país praticamente não tem banco central e sua economia não possui defesas diante da crise.

No caso argentino, os grandes produtores agrícolas derrotaram o governo de Cristina Kirchner no Congresso, em julho de 2008. O tema em pauta era uma taxa nos produtos exportáveis, como defesa do mercado interno e da sustentação da taxa de câmbio em parâmetros que não levassem à sua sobrevalorização excessiva, o que acarretaria problemas econômicos sérios.

---

## **Às incertezas na**

### **economia,**

**soma-se uma crescente**

**complexidade no**

**cenário político interno**

**de cada país,**

**percebida desde 2007.**

---

suas matrizes produtivas e obtendo novas inserções internacionais. Os exemplos clássicos estão na industrialização do Brasil, da Argentina e do México, a partir dos escombros da crise de 1929. Intensas lutas políticas no interior de cada país terminaram com a vitória de concepções nacional-desenvolvimentistas, concretização de maciças intervenções estatais na economia e adoção de processos de substituição de importações. O caso brasileiro é examinado em



## No Brasil, neoliberalismo no poder

No Brasil, acontece um caso curioso. Hegemonizado pelo neoliberalismo e pela direita – especialmente pela gestão autônoma do Banco Central e pela atuação dos Ministérios da Defesa, das Minas e Energia e do Planejamento – o governo Lula tenta contemporizar os atritos que esta atuação vem provocando. Mas não consegue cooptar os setores da velha direita – PSDB e DEM, cúpula do judiciário e grande imprensa – para sua perspectiva eleitoral em 2010.

Realizando uma diplomacia que atende ao interesse de grandes empresas, o Itamaraty distanciou-se das articulações entre os países do G-20, na reunião da OMC em Genebra, em agosto, buscando aproximar-se dos países ricos. Trata-se de um projeto de internacionalização das grandes empresas brasileiras, de âmbito sul-americano e para a região sul do mundo. Seria algo assemelhado aos *cheabols* coreanos dos anos 1980 e ao projeto implantado a partir da gestão Felipe Gonzáles, na Espanha. Ou seja, fazer do Estado uma ferramenta para que grandes corporações ganhem o mercado externo.

A ação do governo Lula tem procurado alavancar, com impulso estatal e alterações legais, a expansão de empresas estatais e privadas, como a Petrobras,

a Vale do Rio Doce, o Banco do Brasil, a Embraer, a Brasil Telecom/Oi, a Gerdau, a Odebrecht, a Mendes Júnior, o agronegócio (etanol e soja) e outras. Vitaminadas por financiamentos a juros subsidiados do BNDES, suas ações regionais têm merecido linhas de crédito. Nunca é demais lembrar que a maioria dessas firmas são financiadoras eleitorais do PT e dos partidos governistas.

Em um contexto desse tipo, a ação principal da diplomacia brasileira se dá através das empresas e não por meio de organismos multilaterais regionais, como o Mercosul, a Unasul, o Banco do Sul e outros. A crise econômica pode refrear momentaneamente essa conduta cada vez mais clara da ação governamental.

## Sinal amarelo na Venezuela

O caso venezuelano é outro que merece atenção. Nas eleições para governadores e prefeitos, realizadas em novembro de 2008, os aliados de Chávez obtiveram uma expressiva vitória numérica. O governo ganhou a disputa em pelo menos 18 dos 23 Estados da federação. Cerca de 5,6 milhões de eleitores votaram em candidatos do PSUV, quase 1,2 milhão a mais do que os apoiadores das propostas governistas no referendo de 2007. Após dez anos e 14 eleições, Chávez exibiu uma surpreendente margem de aprovação.

No entanto, tais resultados quantitativos não puderam esconder debilidades sérias na dinâmica política local. Elas ficaram claras desde pelo menos o referendo de 2007. Naquela ocasião, as alterações propostas pelo oficialismo na Constituição do país foram derrotadas por pequena margem.

---

## **A ação do governo Lula tem procurado alavancar, com impulso estatal e alterações legais, a expansão de empresas estatais e privadas**

---

Chávez, nas duas oportunidades, apostou na tática eleitoral que lhe garantiu doze vitórias entre 1998 e 2006: transformar as eleições em um plebiscito entre sua gestão e os representantes do imperialismo, segundo suas palavras. Dessa forma, qualquer embate reveste-se de características de tudo ou nada, colocando em questão todo o processo.

Os candidatos governistas perderam em Estados importantes. Zulia, por exemplo, permaneceu com a oposição. Ali se situa o lago Maracaibo, responsável por quase 80% da produ-



ção petroleira nacional. Apesar da abrangência de vários programas sociais, assustadores índices de violência e desordem administrativa redundaram em desgaste das gestões municipais dos apoiadores de Chávez.

O governo segue com o apoio da maioria da população, mas o cenário político apresenta-se mais matizado. A linha plebiscitária das disputas é algo que não leva em conta o surgimento, em 2007, de uma direita não golpista. A mudança não se deveu a uma alteração programática, mas pelo fato de a tática anti institucional ter se mostrado ineficaz. Se, até certo ponto, Chávez obteve sucesso em chamar seus detratores de "lacaios do Império", o aprofundamento da democracia no país – em grande parte devido à atuação do governo – cria uma situação que exige maior tolerância e flexibilidade política.

Em 15 de fevereiro, o governante venezuelano venceu o referendo que possibilita a qualquer dirigente federal, estadual ou municipal de candidatar quantas vezes desejar a um cargo majoritário.

## Obama em busca de um interlocutor

Por fim, é necessário atentar para a interferência imperial no novo período. A eleição de Barack Obama reveste-se de expressiva vitória contra o racismo em

uma sociedade na qual aumentam as disparidades sociais. Os EUA não deixarão de lado sua hegemonia internacional e nem seu poder imperial perderá fôlego. Mas é possível que existam mudanças de forma em seu trato para com a América Latina. É uma situação em que, de imediato, a tática do confronto direto, como nos anos Bush, pode não surtir efeito aos olhos da população. É algo a ser levado em conta nos processos eleitorais que se desenrolarão até 2010.

Possivelmente Obama tentará mudar seu aliado preferencial na América do Sul. A companhia de Uribe, marcado como um homem de Bush, tende a se tornar incômoda e ineficiente. A Colômbia tem reduzida influência no subcontinente. Quem será o novo interlocutor preferencial da casa Branca, ainda não está claro. Mas Lula é um forte candidato.

## As eleições

Após os referendos na Bolívia (janeiro) e na Venezuela (fevereiro) e as eleições presidenciais em El Salvador (15 de março), vencidas pela agora moderada Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, os seguintes países terão pleitos importantes ainda em 2009: Equador (presidenciais, 26 de abril), Panamá (presidenciais, 3 de maio), México (5 de julho, legislativas), Argentina (25 de outubro, legislativas), Uruguai (25 de novem-

bro, presidenciais), Honduras (29 de novembro, presidenciais), Bolívia (6 de dezembro, presidenciais) e Chile (11 de dezembro, presidenciais). Em 2010, pelo menos três disputas presidenciais são significativas: Costa Rica (fevereiro), Colômbia (maio) e Brasil (outubro).

A direita tradicional ameaça os governos centristas no Chile, na Argentina e no Brasil. Na Bolívia, a extrema habilidade de Evo Morales vem permitindo que seu governo isole paulatinamente a direita boliviana. Há uma grande possibilidade de uma nova vitória da Frente Ampla no Uruguai.

Tais administrações enfrentarão campanhas em período de desemprego alto e de acirramento das tensões sociais. No caso brasileiro, abre-se um terreno grande para a disputa de opções políticas por parte da esquerda. A grande questão é diferenciar-se da campanha histórica e pseudomoralista que a direita já vem esboçando pela imprensa.

2009 será um ano definidor, tanto pela extensão da crise econômica, quanto pela possibilidade de se afirmarem alternativas populares no terreno econômico e político. A história continental está – para o bem e para o mal – aberta, como há muito não se via.

---

**Gilberto Maringoni** – jornalista, cartunista e doutor em História pela USP





Roberto Robaina

## UM GIRO HISTÓRICO NA SITUAÇÃO MUNDIAL

**A** crise econômica mundial segue se aprofundando mesmo depois dos governos já terem usado, como a muitas décadas não se via, medidas de natureza antidepressivas do arsenal keynesiano – desde redução a zero na taxa de juros, até políticas fiscais que drenaram muitos bilhões de dólares do Estado para os bancos e empresas – passando por medidas de apoio (em menor escala, é certo), para o consumo direto da população. Os valores ultrapassam 7 trilhões de dólares, metade do PIB norte-americano. São recursos fiscais superiores aos gastos efetuados nas maiores crises financeiras da história, muito maiores que os gastos de qualquer uma das muitas crises financeiras da década de 90. É possível que estas e novas medidas evitem uma depressão prolongada, mas nem isso está garantido. Trata-se de uma recessão não apenas do tipo V, caída brusca e rápida recuperação, mas no mínimo da chamada U, quer dizer, uma queda brusca que demora mais de um ano para começar a se recuperar – pode ser dois ou três anos – e já não se descarta que a possibilidade de uma depressão em L, isto é, uma queda sem recuperação pelos próximos anos.

---

**a destruição da  
natureza coloca cada  
vez mais riscos de  
catástrofes ecológicas  
e põe em perigo  
a própria existência  
do planeta.**

---

O certo é que se trata da maior crise desde 1929, quando o desemprego chegou a 30% nos EUA. Mas em dois sentidos podemos dizer que é ainda mais grave. A eficácia dos instrumentos keynesianos das décadas de 30 e 40 é muito menor. O mais eficaz deles foi a Segunda Guerra Mundial, quando os EUA dinamizaram sua indústria bélica exportando para os países europeus, até entrar com suas próprias forças no conflito. Foi graças à produção bélica que os EUA se recuperaram da crise de 1929. Uma conflagração geral das grandes potências com a destruição de capitais que resultou, depois, no boom do pós guerra, isto é, que derivou numa acumulação de

capitais impressionante, não pode mais ser executada. O caminho da guerra geral é uma hipótese difícil para ser trilhada, tendo em vista que os capitalistas – mesmo na irracionalidade de suas ações – temem o perigo e a possibilidade de destruição física dos países e da humanidade.

A atual ocupação do Afeganistão e do Iraque não é suficiente para impulsionar um novo ciclo de acumulação do capital. Além do mais, no caso do Iraque, os EUA encontram-se em um atoleiro e, no Afeganistão, apesar de Obama mostrar que renovará a aposta bélica, a situação da ocupação é, no mínimo, crítica. As grandes guerras, portanto, não estão dadas para salvar o capital. Também a crise atual é maior do que a crise de 29 porque tem um componente novo: a destruição da natureza coloca cada vez mais riscos de catástrofes ecológicas e põe em perigo a própria existência do planeta. O escritor marxista francês François Chesnais é quem melhor tem alertado para a combinação da crise econômica e ecológica como expressão de uma crise de civilização, uma ameaça de novo tipo, mais grave que as anteriores. Toda



e qualquer análise da situação mundial deve partir, então, do que já é uma constatação: estamos, pelo menos, na principal crise do capitalismo desde 1929. Uma crise que deve ser profunda e longa. E que atinge o mundo todo.

Com a eclosão da crise econômica mundial nossa hipótese é que tenha sido aberto um novo período histórico cujos desdobramentos carregam perigos gigantescos, catástrofes sociais e ecológicas e oportunidades de confrontos de classes e lutas sociais e políticas decisivas.

Uma das graves contradições do sistema é que imensas massas de recursos econômicos/financeiros não encontram onde se alocar para se reproduzir de modo ampliado; em outras palavras, isso significa que há dificuldades de encontrar canais de investimentos com lucros suficientes. Os ganhos financeiros até então tinham sido a opção preferencial na acumulação do capital, com grandes empresas apostando cada vez mais nas bolsas de valores. Nos EUA, por exemplo, os capitais fictícios, isto é, os títulos, ações e dividendos, que não encontram correspondência na produção de mercadorias, superam em várias vezes a produção. O fato é que há no mundo uma acumulação impressionante de poupança cujos ganhos são meramente financeiros, com a desregulamenta-

ção dos últimos anos facilitando que o dinheiro gerasse dinheiro sem passar pela produção. Mas isso não tem como continuar indefinidamente. A sobreacumulação de capital se revela com força na crise, onde o capi-

---

**depois das crises de**

**1974-75, a primeira**

**recessão mundial**

**generalizada do pós-**

**guerra, o capitalismo**

**logrou um novo salto**

**de acumulação**

---

tal e a mais valia são queimados em grande quantia, única forma capaz de permitir a retomada da acumulação capitalista em outro patamar.

Então, a economia atual, dominada pelo capital financeiro, fusão do capital bancário e industrial, encontra-se numa situação difícil, na medida em que a enorme desvalorização das ações das Bolsas (as empresas negociadas nas principais Bolsas mundiais perderam US\$ 17 trilhões em 2008, a soma do PIB dos EUA e da Alemanha) e dos capitais fictícios, de modo geral, obriga os capitais a encontrar ramos concretos de produção para que se

abra um canal capaz de drenar os recursos hoje parados, sem aplicação rentável segura. Fundos de previdência privada, seguros de saúde, aposentadoria, recursos oriundos de privatizações, enfim, massas de recursos financeiros que durante anos encontraram na bolsa o lugar da sua valorização sem o risco de passar pela produção, perderam recursos. O capital torrado era fictício, mas daí derivavam rendimentos nada fictícios de milhões de famílias e promessas de aposentadorias para outros tantos milhões. Tampouco são fictícios os capitais destruídos pela indústria automobilística – com sua superprodução de carros, o que demonstra que existe hoje uma superprodução de mercadorias e uma redução de canais para investimentos produtivos.

Olhando no retrovisor vemos que, depois das crises de 1974-75, a primeira recessão mundial generalizada do pós-guerra, o capitalismo logrou um novo salto de acumulação, sem por isso deixar de ter ciclos econômicos, como a crise de 1980-82, que foi uma crise muito grave. Ambas foram crises de superprodução cuja primeira expressão foi o esgotamento dos mercados de automóveis. Mas o capitalismo conseguiu superar estas crises precisamente porque surgiu um novo ramo de produção, o setor da informática e das te-



lecomunicações que permitiu um canal de fortes investimentos. Estes investimentos durante os anos 80 e sobretudo nos anos 90 realizaram-se na esteira da restauração do capital na China e nos países do leste, a partir do qual o capitalismo ganhou novos mercados, permitindo o domínio global do regime de produção de mercadorias, a atual globalização do capital. Como encontrará suas novas fontes de expansão? Qual a dimensão e por onde pode encontrar canais de destruição de forças produtivas para retomar sua acumulação em novo patamar?

Como a destruição de capitais não será tão violenta, nem tão abrupta, nem profunda e extensa como na Segunda Guerra, e tampouco há um novo ramo de produção para permitir uma nova onda de produção em massa, a recuperação da acumulação do capital tende a ser mais demorada, arrastada, mais difícil do que as recessões das últimas cinco décadas. O que ainda não é previsível é até que ponto a China conseguirá compensar a queda da economia nos países capitalistas centrais. Todos sabem que o crescimento aí será reduzido, o que em números deve se traduzir numa redução do atual crescimento do PIB de 10% ou 9% para 6% ou 5%. Concretamente, impõe-se uma pergunta: até que ponto a China seguirá sendo

---

***todas as mercadorias,  
antes de poder se  
realizar como valores  
de uso, necessitam  
realizarem-se como  
valores através da troca  
entre equivalentes.***

---

uma fábrica do mundo, permitindo a reprodução do capital das empresas capitalistas que lá investem, mantendo a sustentação dos títulos do tesouro norte-americano, atualmente o principal refúgio dos capitalistas? Não está claro quando a China terá sua crise de superprodução, mas já está claro que tampouco passará incólume na crise mundial, particularmente com a redução das suas exportações para os EUA e para a Europa.

### **A crise e a atualidade de Marx**

É sabido que Marx não desenvolveu uma teoria completa da crise. Mas sem recorrer a armação teórica de Marx, sem as leis da estrutura e do movimento do capital por ele formuladas, porém, não há como o concreto, síntese de múltiplas determinações, para usar a ex-

pressão de Hegel, ser pensado e compreendido. Seus textos são repletos de dicas, de explicações das mais diversas determinações sem as quais não teríamos possibilidade de assimilar as transformações e os movimentos da realidade econômica. Atualmente as livrarias da Alemanha anunciaram procura recorde das obras de Marx. Até os capitalistas estão buscando em seus livros a explicação do que ocorre.

Marx ensinou que quando as mercadorias entram no processo de troca sua manifestação mais clara e acabada aparece: o dinheiro. Gerado pelo processo de troca, o dinheiro serve para equiparar os diferentes produtos do trabalho, já que todas as mercadorias, antes de poder se realizar como valores de uso, necessitam realizarem-se como valores através da troca entre equivalentes. Aí se produz a separação entre a mercadoria e o dinheiro e a oposição imanente da mercadoria entre o valor de uso e o valor de troca.

Com a separação entre o ato de venda e de compra esta a possibilidade de que ao ato de venda não se suceda um de compra. Por algum motivo qualquer que seja interrompida a circulação de mercadorias teríamos um quadro de mercadorias inventáveis. Mas esta é a apenas a possibilidade da crise, não sua explicação.



## Os limites do capital

Nas escolas de economia dirigidas por Nahuel Moreno, o dirigente revolucionário argentino ensinava como Marx pescava de Hegel para entender o conceito de medida, fundamental na definição do valor e das contradições do capital. Em Hegel a medida é justamente a síntese da qualidade e da quantidade. Moreno explicava que um sujeito não pode ir ao armazém e pedir simplesmente açúcar: quero açúcar, sem dizer quanto, é um pedido sem sentido. Da mesma forma não pode simplesmente dizer quero 10 k, sem dizer 10 k do que. Então, a medida é unidade da quantidade e da qualidade. Assim, a mercadoria tem que ter qualidade e quantidade comum para ter medida. E o tempo de trabalho consiste justamente na medida de valorização do capital, isto é, quanto maior tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias maior é seu valor.

E o que estes conceitos tem a ver com a crise? Eis a questão. O capital é um regime de produção cujo objetivo é sua autovalorização e que tem como contradição justamente o fato de que seu desenvolvimento tende a sua desvalorização. Vejamos melhor. Partimos de que é a utilização específica da força de trabalho, sua exploração como mercadoria, que valoriza o capital, isto é, que garante

a produção com lucro. O valor do capital aumenta com a ação do trabalho vivo na mesma proporção em que se reduz o trabalho necessário que o trabalhador realiza para si mesmo, pois a mais valia nasce do mais tra-

---

**O capital é um  
regime de produção  
cujo objetivo é sua  
autovalorização  
e que tem como  
contradição justamente  
o fato de que seu  
desenvolvimento tende  
a sua desvalorização.**

---

balho, do trabalho que excede o trabalho necessário. Assim, para o capitalista aumentar a exploração das forças de trabalho necessita reduzir o valor da força de trabalho em relação ao conjunto da produção. Precisa reduzir o valor desta mercadoria que é a única que gera valor. Quanto mais reduzido os gastos com a força de trabalho, e, portanto, quanto menor o valor do tempo de trabalho necessário para que os trabalhadores continuem produzindo e se reproduzindo, melhor para o capitalista.

É lógico que aqui a acumulação do capital tem seus limites: "o capital não pode se apropriar de toda a jornada, pois uma parte dela precisa ser permutada pelo trabalho objetivado no trabalhador" (198 - Gênese e Estrutura do Capital - Roman Rosdolkky). Mas antes disso e mais importante é considerar que "quanto menor for a fração que corresponde ao trabalho necessário e maior a que corresponde ao mais-trabalho, menor será a redução do trabalho necessário proporcionada pelo incremento da força produtiva, até o ponto de não reduzi-lo sensivelmente, pois o denominador cresceu enormemente" (198 idem)

Ao mesmo tempo, também para vencer a concorrência dos demais, os capitalistas não podem parar de aumentar a produtividade do seu próprio capital, buscando sempre diminuir o trabalho necessário e, portanto, aumentar o trabalho excedente. Desta forma aumenta a massa de mercadorias produzidas e aumenta a produção do chamado capital constante, isto é, os gastos em máquinas, equipamentos, matérias primas e auxiliares, relativamente ao gasto em salários. Diante da concorrência, porém, os capitalistas necessitam não apenas a redução dos custos com a mão de obra mas também reduzir o tempo de trabalho gasto na produção das mercadorias, de todas as mercadorias, na produ-



ção das matérias primas, nos equipamentos, máquinas e matérias auxiliares.

Ocorre que o capital não tem como escapar de sua antinomia básica, podendo apenas ultrapassar seus limites por meios que lhes impõe estes limites de forma ainda mais potente. O fato é que o capital tem o tempo de trabalho como medida de valor das mercadorias, como medida da riqueza. Sendo seu objetivo limitado se valorizar, tem que para tanto aumentar sempre, constantemente, de modo ilimitado, sua capacidade de produção, cuja resultante é a diminuição cada vez maior do tempo de trabalho necessário para completar o processo de produção. Produzir mercadorias com preços cada vez mais reduzidos, aliás, é considerada por Ernest Mandel, na esteira de Marx, a missão de civilização do capital, embora a existência dos monopólios relativize esta tendência.

Assim, um regime de produção que necessita aumentar a produtividade, ou o que é apenas outra forma de dizer a mesma coisa, tem que reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias, e ao mesmo tempo tem o tempo de trabalho como medida de riqueza, sofre a contradição de produzir e se desvalorizar ao mesmo tempo, tendo que mais uma vez produzir para poder se valorizar e novamente se

---

***o capital não tem  
como escapar de sua  
antinomia básica,  
podendo apenas  
ultrapassar seus  
limites por meios que  
lhes impõe estes  
limites de forma ainda  
mais potente.***

---

desvaloriza na medida em que produz em cada vez menor tempo de trabalho, isto é, com cada vez menor medida de sua valorização e riqueza. Uma contradição que se agrava mais sempre que o capital se reproduz de modo ampliado, já que reduz sua própria medida de riqueza. As crises, portanto, são funcionais à existência do capital. São justamente o momento em que o capital se desvaloriza de modo rápido e de modo qualitativo, uma queima de capitais e de valor em proporção capaz de permitir novamente a valorização do capital. É um momento em que as riquezas são destruídas. De cada crise, segundo Marx, aumenta a concentração e a centralização dos capitais nas mãos de um número mais reduzido de capitalistas que, além de explorarem

os trabalhadores, expropriaram os capitalistas mais fracos. Ao mesmo tempo, é nas crises do capital quando se evidencia o caráter reacionário e irracional do sistema do ponto de vista dos interesses da humanidade, quando se evidencia a existência comum da superprodução de capitais e mercadorias, de um lado, e a miséria das massas de outro.

### **A queda tendencial da taxa de lucro**

É a partir da compreensão acerca dos limites do capital que Marx percebe uma das determinações mais relevantes da crise: a tendência à taxa de lucro se reduzir. O desenvolvimento crescente da produtividade do trabalho, das forças produtivas, leva a uma expansão cada vez maior do investimento em capital constante, em máquinas, equipamentos, matérias primas e, relativamente, a uma redução do capital variável, isto é, dos gastos com mão-de-obra, justamente o fator que valoriza o capital e que garante o lucro, razão pela qual leva o nome de variável, especificação do fato de que são os trabalhadores que fazem variar o capital, mais concretamente aumentando seu valor. Como a taxa de lucro é a razão entre a mais valia e a soma dos gastos com capital variável, isto é, os gastos com salários, mais os gastos com capital constante,



sua tendência é cair à medida que aumenta a acumulação do capital, em que aumenta, portanto, o trabalho excedente em relação ao trabalho necessário.

Os fatores contra-arrestantes, as contratendências a esta lei, como o aumento da população e o desenvolvimento técnico, para citar apenas dois, com o qual a produtividade do trabalho aumenta a quantidade de mercadorias e reduz o valor unitário das mesmas, e logo, do próprio capital constante, adiam a efetivação da lei, podem ajudar na retomada do crescimento e da acumulação do capital, mas não anulam a lei, já que ao aumentar a produtividade – e portanto reduzir a jornada de trabalho necessário – e ao aumentar a quantidade total de capital e das mercadorias produzidas aproximam o capital de seus próprios limites e reduzem as oportunidades de investimentos produtivos.

E aqui vem uma segunda determinação fundamental da contradição do capital. Marx nunca sustentou uma explicação monocausal para as crises capitalistas. Também a ausência de demanda efetiva está na raiz das crises. À medida que a produtividade aumenta, aumentando a quantidade de capital e, portanto, de mercadorias, cresce as dificuldades da realização da mais valia, isto é, a realização do lucro. Não basta produzir valor de uso. É pre-

ciso produzir valor de troca, isto é, produtos para a venda. E a mercadoria não se realiza sem o consumo. “A razão última de toda verdadeira crise é sempre a pobreza e a capacidade restringida de consumo das massas, com a que contrasta a tendência da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se só tivessem por limite a capacidade absoluta do consumo da sociedade”, afirmava Marx.

### A demanda insuficiente

Sobre este ponto a explicação de Lauro Campos nos parece excelente: “Marx afirma que a demanda é insuficiente porque é capitalista: a remuneração dos trabalhadores (V) e o pagamento aos outros empresários (C) criam rendas monetárias que podem designar-se por D1 e D2. Os empresários criam demanda monetária correspondente a D1 + D2 quando incorrem em seus custos de produção (preço de custo). Mas, como a produção é capitalista, ainda que o total de dinheiro lançado pelos empresários em circulação, como pagamento aos fatores e aos outros empresários retornasse como demanda efetiva, ela seria insuficiente. Será insuficiente porque as mercadorias são compostas do valor pago (C + V) e do valor não pago (S), a mais valia, correspondente à valorização do capital, ao lucro líquido. O lucro é

lucro porque não tem custo, não corresponde a nenhum pagamento e, portanto, não gera demanda alguma”

O que Lauro Campos está dizendo é simples: o que os trabalhadores produzem a mais do que recebem, isto é, a mais valia, é o valor que falta para a realização da demanda das mercadorias. “O valor da mercadoria é igual a C+V+S do qual apenas os dois primeiros têm uma contrapartida monetária, um preço, que poderá ser usado na demanda de valor equivalente (C+V). Mas falta a demanda monetária para realizar, para adquirir, o valor de S – da mais valia – valor não pago” (Página 158, Crise completa, Lauro Campos)

Assim, para tentar compensar a falta de demanda operária, a troca entre os capitalistas tem que aumentar sempre, sendo a indústria a fonte de demanda da própria indústria, aumentando as contradições de uma expansão produtiva que, cedo ou tarde, esbarra na limitada capacidade de consumo solvente. O keynesianismo, hoje novamente a corrente dominante da economia mundial, sempre chamado a socorrer o capitalismo nos momentos de graves crises, tratou de responder precisamente a esta contradição entre a capacidade ilimitada da produção e a limitada capacidade de demanda efetiva, isto é, da demanda que res-



---

**o aumento da  
produtividade, por  
um lado, pressiona  
a taxa de lucro para  
baixo e, por outro lado,  
esbarra na limitada  
capacidade de  
demanda efetiva**

---

ponde não às necessidades em absoluto, mas às necessidades com real poder de compra. Além da troca entre os capitalistas, em última instância, a demanda deveria vir do Estado, da moeda inconvertível e da dívida pública. Desta forma se estaria ampliando a capacidade de demanda, com a criação do Departamento III, de mercadorias – como a produção armamentista e a espacial, por exemplo – cuja absorção maior é garantida pelo próprio Estado.

### **A combinação entre os dois limitadores**

Temos visto até aqui que o capitalismo para prevenir uma redução de sua rentabilidade deve acumular capital de forma ininterrupta. Isso quer dizer obter mais valia crescente, o que pressupõe aumentar

a produtividade, revolucionar a produção e conquistar novos mercados. E nesse processo, à medida que o capital se acumula, o desenvolvimento e o funcionamento do sistema vai ficando mais difícil. Trocando em miúdos, o capitalismo desenvolve uma contradição que tem dois aspectos: por um lado, a tendência à redução da taxa de lucro dificulta os investimentos produtivos. Para superar esta tendência, e pela pressão da concorrência, os capitalistas precisam apostar em mais do mesmo, quer dizer, aumentar a produtividade, isto é, aumentar o mais trabalho e reduzir o tempo de trabalho necessário.

Mas com o tempo, no seu desenvolvimento, o aumento da produtividade, a capacidade de produção maior, por um lado pressiona a taxa de lucro para baixo e, por outro lado, esbarra na limitada capacidade de demanda efetiva, conduzindo à superprodução de mercadorias. Neste momento o capital não pode, por óbvio, aumentar a demanda com o aumento do valor da força de trabalho. Tal medida comprimiria os lucros. Por isso, seu movimento é como uma fuga para frente interrompida nas crises, quando capitais são queimados, capitalistas maiores absorvem os menores e o capital se concentra e se centraliza para recomeçar a acumulação num novo patamar. Ou seja, a violenta amiquilação do capi-

tal nas crises é a condição para sua autoconservação. Trata-se de um movimento cíclico.

Quanto mais as crises demoram a aparecer, adiadas por mecanismos de crédito, por exemplo, mais graves elas estouram. A crise atual do capital em seu movimento concreto começou como a crise dos créditos imobiliários norte-americanos. Foi a ponta do iceberg. No início dos anos 2000 os capitais acumulados necessitavam encontrar um lugar para se valorizar. O boom imobiliário foi um destes canais. Depois de um tempo, o crédito já era tão generalizado e sem lastro que a inadimplência deu um sinal de alerta. A bolha de crédito sem lastro seguro estourou. Os preços das casas desabaram. A renda de centenas de milhares de famílias caiu. Mas o movimento de caxote estava muito longe de se resumir aos consumidores subprime. Os maiores fundos de investimentos e bancos em várias partes do mundo estavam e estão comprometidos. O sistema de crédito mundial entrou em xeque. Ninguém ao certo sabia – e ainda não está claro – quantos e quem serão os próximos bancos e empresas a declarar caxote e a pedir falência. A crise chegou ao ponto de que um país até então considerado um dos centros da estabilidade e da riqueza capitalista, paraíso dos investimentos financeiros, a Islândia, simplesmente entrou em bancarrota em questão de dias.



## **Marx e um novo período histórico**

Com a crise econômica atual, podemos considerar que entramos num novo período histórico? O famoso prefácio de Marx no qual sua concepção sobre a história é esquematizada segue útil para clarificar nossas idéias. "Na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças materiais de produção. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas determinadas de consciência social. Em um certo estágio de desenvolvimento as forças produtivas<sup>1</sup> materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que a expressão jurídica disso, com as relações de propriedade no seio das quais se haviam movido até então. De forma de desenvolvimento das forças produtivas que eram, estas relações transformam-se em seus entraves. Abre-se então uma época de revolução social".

Marx insistia que "suas relações materiais - as relações materiais dos homens - estão

na base de todas as suas outras relações". Logo, quando se alteram as forças produtivas, também são pressionadas para se modificar as relações sociais. "Pela descoberta de um novo engenho de guerra, a arma de fogo, toda a orga-

---

**os homens com suas  
superestruturas  
objetivas e subjetivas,  
seus partidos, suas  
representações e  
paixões, modificam as  
relações de produção e  
atuam sobre as forças  
produtivas.**

---

nização interna do Exército foi modificada", afirmava. Quando as mesmas entram em contradição com as relações de produção, entra-se numa época de lutas e revoluções para que estas relações de produção ou de propriedade sejam superadas. Creio que é justo afirmar que estamos num período deste tipo.

Vale dizer, porém, que como todo o esquema, o prefácio citado de Marx abre janelas para unilateralidades. Por estas ja-

nelas entraram todos os que, incapazes de compreendê-lo ou interessados em distorcê-lo, transformaram um esquema numa definição pronta e acabada para explicar toda a história, num dogmatismo que substitui o estudo pela repetição de fórmulas e num pensamento que separa as relações de produção da superestrutura política como se fossem blocos sem interligação, sem interação, isto é, relações de reciprocidade, que consistem precisamente em efeitos que são reciprocamente causas, e causas que inversamente são também efeitos.

Marx sabia das relações de imbricações das forças produtivas, das relações de produção e das superestruturas; o quanto as superestruturas podem ser determinantes em momentos concretos e decisivos. Não poucas vezes os homens com suas superestruturas objetivas e subjetivas, seus partidos, suas representações e paixões, modificam as relações de produção e atuam sobre as forças produtivas. E isto está em sintonia com a letra do prefácio.

Por outro lado podemos dizer que há momentos em que as relações de produção acabam se impondo por mais tempo, aumentando o período de não correspondência entre forças produtivas e relações de produção, isto é, momentos em que as relações de produção são cada vez mais antagônicas ao desen-



volvimento das forças produtivas, impedindo um maior desenvolvimento das mesmas ou até conduzindo-as à estagnação. Trata-se também da superestrutura humana atuando, só que desta vez, ao invés de revolucionando, conservando. Em função da própria manutenção de uma ideologia conservadora, ou por uma debilidade mais prolongada ou a falta de uma consciência de classe das classes dominadas, e até da ausência de uma direção revolucionária para a sociedade, as relações de propriedade acabam entravando por mais tempo o desenvolvimento do conjunto das forças produtivas. É aí que as forças produtivas começam a se converter em seu contrário, em forças destrutivas.

Não há dúvida de que a situação do mundo tem sido marcada por esta conservação das relações de produção, mesmo depois de choques entre as mesmas e as forças produtivas, como os que ocorreram da segunda década do século XX até a metade do mesmo século. Do resultado destas lutas e de mudanças nos processos produtivos, o movimento operário acabou sofrendo um debilitamento nas últimas décadas e praticamente perdeu sua intervenção internacionalista. Então, nem sempre há correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção, havendo também não

correspondência, tempos discordantes – expressão do filósofo argentino Milcíades Pena – quando a contradição entre forças produtivas e relações de produção não logra ser superada, quando um impasse se arrasta.

---

**Marx explica que  
as relações sociais  
da idade média  
correspondiam às  
forças produtivas e ao  
estado social anterior**

---

Correspondências e não correspondências, tempos discordantes, combinações e desigualdades. Forças produtivas que se convertem em forças destrutivas. Ideologias do passado e tradições preservadas. São questões que exigem mais do que simples fórmulas. Marx não foi alheio a estas possibilidades. Então, para o marxismo, compreender a história exige hierarquizar as relações de imbricações, as influências mútuas, ação e reação, percebendo a realidade social como um sistema relacional, para usar a expressão de Piaget.

Porém – sempre há um porém – a base destas relações encontra-se na economia, e está nas contradições objetivas

desta base a origem do desencadeamento das mudanças revolucionárias. Marx explica que as relações sociais da idade média, por exemplo, correspondiam às forças produtivas e ao estado social anterior, do qual emergiram as corporações, os privilégios, as instituições dos grêmios, enfim todo o regime regulamentado. "Sob a tutela do regime corporativo e regulamentado, acumularam-se capitais, desenvolveu-se o comércio marítimo, fundaram-se colônias; e os homens teriam perdido estes frutos da sua atividade se se tivessem empenhado em conservar à sombra das quais aqueles frutos amadureceram. Daí o ruído de dois trovões: as revoluções de 1640 e 1688" (página 207, do Livro Miséria da Filosofia – carta a AP.V Annenkov, de 28 de dezembro de 1846). Ou seja, as forças produtivas num quadro determinado de relações de propriedade e de produção ganharam impulso até que as relações de produção passaram a ser freios para seu posterior desenvolvimento e a exigência posta é a superação destas relações de propriedade e de produção. Neste caso as revoluções burguesas vieram para destruir o regime corporativo e conquistar liberdade para o capital. Os trovões de que fala Marx.

O capital conquistou seu espaço e organizou seu domínio. No final do século XIX o capita-



lismo ainda vivia uma época de reformas porque a ascensão dos monopólios permitiu um acelerado desenvolvimento das forças produtivas. A redução dos custos de transportes e as invenções revolucionaram a produção, com o motor à combustão interna, a navegação a vapor, o surgimento do telefone e do telegráfico. A acumulação de capital de uma forma ou outra deram benefícios para toda a coletividade, garantindo um maior controle do homem sobre a natureza, um aproveitamento da natureza para o progresso do nível de vida e da capacidade produtiva, o que permitiu inclusive concessões econômicas para as massas trabalhadoras.

Em 1905 os primeiros sinais de inversão de signo foram dados e em 1914 uma nova época irrompeu: a guerra mostrava que as forças produtivas haviam se desenvolvido tanto que entraram em choque violento com as relações de produção. As fronteiras nacionais limitavam os capitais que buscavam expansão mundial. A disputa entre os capitais pelas colônias do final do século XIX deu um salto em crescimento. Os conflitos interimperialistas e a primeira grande guerra mundial do século XX expressaram que as fronteiras nacionais se constituíam em obstáculo para forças de produção cada vez mais socializadas, baseadas em grandes fábricas, uma produção que ia arruinando a pe-

quena propriedade, engolindo os capitalistas mais fracos e aumentando a massa trabalhadora despossuída. Aumentavam ao mesmo tempo as pressões e as tensões entre os operários e

---

**Foram cerca de 30 anos  
a partir da segunda  
década do século  
passado, quando o  
mundo foi marcado  
por crises econômicas,  
depressão, duas  
guerras mundiais,  
revoluções e  
contrarrevoluções.**

---

assalariados contra os capitalistas. Com o advento da revolução russa em 1917 as trovões de Marx apareciam.

Foram cerca de 30 anos a partir da segunda década do século passado, quando o mundo foi marcado por crises econômicas, depressão, duas guerras mundiais, revoluções e contrarrevoluções. Estabeleceu-se uma luta de massas para superar o modo de produção capitalista. Nestes conflitos, o capitalismo perdeu terreno, com seu modo

de produção sendo negado em um terço dos países. Depois da revolução russa, a revolução chinesa de 1949 representou o trovão mais contundente de lutas sociais nas quais as relações de produção e de propriedade capitalista foram derrotadas. Foram, porém, derrotas em países atrasados. Os principais países capitalistas da Europa foram preservados e tiveram seus estados e economias reconstruídas. O capital logrou seu papel dominante na economia-mundo.

Ato seguido, o capitalismo ganhou um novo impulso. O nazismo tinha cumprido seu papel de política a serviço do capital financeiro ao reduzir brutalmente o valor da mão de obra, permitindo um salto na extração da mais valia. A guerra tinha queimado capitais como nunca. Os EUA havia reativado a indústria com a produção bélica e uma forte repressão interna colocou nas cordas o movimento operário. Na esteira desta realidade veto a reconstrução capitalista europeia do pós-guerra. O pacto entre EUA e os soviéticos garantiu as condições políticas da reconstrução e permitiu a abertura de um novo período histórico. Estes fatores políticos e sociais se combinaram com os gastos estatais e as novas avanços tecnológicos, a continuidade da redução dos custos de transportes, a massificação do automóvel, da TV, dos bens de consumo durá-



veis, o transplante de indústrias dos países centrais para alguns periféricos e, mais do que nada, a corrida armamentista e espacial, conduzindo novamente ao crescimento das forças produtivas nos países centrais, sempre trazendo mais desigualdade em outros países e continentes e incrementando suas próprias contradições internas.

O fato é que as forças produtivas voltaram a crescer de modo contundente, sem beneficiar cerca da metade da população mundial, sobretudo nos países atrasados, mas garantindo concessões econômicas nos países centrais, na Europa Ocidental, no Japão e nos EUA. O novo período iniciado nos anos 50 do século XX até os nossos dias, hipótese esta aberta por Chesnais, pode ser definido pela enorme expansão econômica capitalista com razoável estabilidade política.

Em verdade, o período iniciado nos anos 50 não foi todo igual. Talvez tenha-se que dividi-lo em momentos ou ondas. O primeiro, marcado pelo boom da pós-guerra, foi claramente uma onda longa de crescimento. Esta onda começou a perder força no final dos anos 60, até meados dos anos 70, e se esgotou na recessão mundial generalizada de 1974-75. A partir dos anos 80 irrompeu um novo ascenso de lutas sociais, anti-capitalistas e anti-coloniais, com um vigor capaz de mudar inúmeras

---

**A partir dos anos 60  
irrompeu um  
novo ascenso  
de lutas sociais,  
anti-capitalistas  
e anti-coloniais**

---

aspectos da vida social, em particular da cultura e do comportamento. Foram mudanças revolucionárias extraordinárias, que marcaram as décadas seguintes mas foram insuficientes para derrotar o regime do capital, de tal forma que a situação desaguou numa nova onda capitalista expansionista, inaugurada no final dos anos 80, cujo fôlego foi dado pela aplicação da revolução tecnológica dos microprocessadores com a consequente aceleração das comunicações e também pelos primeiros passos firmes da incorporação de países como a China e outros ao mercado capitalista.

Assim, creio que se pode dizer que no início dos anos 80 entramos numa nova onda expansionista do capital. Desta forma sustento que entre a recessão de 1974-75 e a queda da Bolsa de Nova York em 1987 tivemos uma onda de declínio ou um interregno entre duas ondas expansionistas. Em nível mundial é provável inclusive que

estes últimos vinte anos se confirmem como os anos de expansão e de restauração do capital, sejam eles encarados como uma onda expansionista aparte, seja como um período mais longo de acumulação do capital iniciado nos anos 50. Esta nova onda de acumulação derivou, como dissemos, da ampliação do mercado capitalista para os países então equivocadamente chamados socialistas (na tradição marxista e trotskista estados operários degenerados) e também da extensão da aplicação dos resultados da revolução tecnológica da microeletrônica na economia.

As descobertas das propriedades elétricas dos semicondutores de silício ocorreram logo depois da Segunda Guerra Mundial. Demoraram décadas, entretanto, para sua utilização alterar totalmente a economia e a sociedade. A moderna era da informação, a revolução tecnológica, iniciou quando a Intel introduziu o microprocessador - o cerne do computador num único chip - em 1971. De lá para cá os custos e o tamanho dos circuitos integrados foram ficando cada vez menores. Foi apenas no final da década de 80 (no Brasil nos anos 90) em que se produziu uma verdadeira revolução nas condições de produção capitalista. No início dos anos 90, aliás, o fax foi uma novidade impressionante na comunicação de dados do Brasil, aumentando a velocidade das



comunicações. Poucos anos depois o fax já estava superado. A tecnologia digital revolucionou a comunicação de dados e de voz contribuindo para mudanças profundas nas relações espaciais e temporais, uma redução das distâncias como nunca antes vista. Estas mudanças produziram melhorias claras na produtividade e na capacidade de realização de uma produção verdadeiramente global. A combinação entre a restauração capitalista e a revolução tecnológica permitiu, portanto, o salto dos investimentos capitalistas em países como a China, hoje considerada consensualmente como pilar fundamental do regime do capital.

Posto isso, é evidente que não nos satisfaz a compreensão de que o modo de produção capitalista está em crise crônica ou estrutural desde os anos 60. É evidente que as contradições do modo de produção capitalista se acumulam cada vez mais, num crescimento em espiral, um período se desdobrando do anterior. Mas assinalar o caráter permanente da crise da década de 60 até os nossos dias dilui precisamente as peculiaridades da situação atual, marcada por uma recessão mundial generalizada, não apenas por crises financeiras nos países periféricos, como as que ocorreram na década de 90, mas por uma crise generalizada iniciada nos principais países imperialistas, mais precisamente nos EUA, cuja gravidade

está relacionada com a longa expansão anterior baseada em avanços produtivos mas também em mecanismos de crédito, na dívida pública e na ampliação artificial da demanda, como recentemente ocorreu com as bolhas da internet e a bolha imobiliária.

---

**A combinação entre a  
restauração capitalista  
e a revolução  
tecnológica permitiu o  
salto dos investimentos  
capitalistas em países  
como a China**

---

Nahuel Moreno (1923-1987), analisando a economia mundial num texto que foi seu último publicado sobre o tema, afirma a hipótese de uma nova onda de expansão do capital, embora não prognosticasse seu surgimento. "Se houvesse grandes ramos de produção novos, como quando surgiu o ramo automobilístico, produzir moedas daria um resultado extraordinário, como deu aos EUA depois de superar a crise de 1930...O problema atual é que não há novos ramos de produção onde investir em forma massiva e que estes novos ramos dinamizem toda a produção capitalista. Estes no-

vos ramos já existem, porém em estado de investigação e experimentação." E em seguida completou: "Há vários ramos nos quais se jogam as esperanças do capitalismo: a informática, a espacial, a engenharia genética, a automação. Alguns dizem que todos os problemas vão se resolver a partir de 1990, quando estes novos ramos comecem a produzir em quantidades imensas para um mercado ávido. Aí sim poderia servir a máquina de fazer bilhetes. Porém, veremos se o movimento de massas deixará o imperialismo fazer esta experiência" (Página 09 - Correio Internacional - abril de 1986). Confirmando como testemunha o que disse Hegel, pelo menos de minha parte, o conhecimento de fato somente ocorre no crepúsculo. Olhando as coisas para trás, *post factum*, me parece claro que os novos ramos de produção não resolveram tudo para o capitalismo, mas permitiram uma expansão nos últimos vinte anos. O movimento de massas, ao contrário das expectativas de Moreno, permitiu que o imperialismo fizesse a experiência.

Concluimos pelo menos que nos últimos vinte anos o capitalismo expandiu suas fronteiras para o leste europeu e, sobretudo, para a China, expandindo suas fronteiras para todo o globo, sendo pela primeira vez uma totalidade sistêmica, graças à vitórias políticas e também à tecnologias avançadas,



cuja utilização combinada permitiu novos ramos de produção, novos mercados e garantiu uma impressionante capacidade produtiva. Do ponto de vista político, a resultante mais visível deste período de restauração foi a ausência de um modelo alternativo ao capitalismo, o descrédito completo aos olhos do movimento de massas de qualquer possibilidade de superação deste modo de produção.

Nossa hipótese justamente é que este período esteja se encerrando. Com isso estaríamos no início de um novo giro histórico, onde as contratendências não estão mais conseguindo se impor como antes tanto à lei da queda tendencial das taxas de lucro quanto tampouco ao subconsumo das massas. Mais uma vez se impõe a contradição dupla, entre, por um lado, a capacidade de produção maior do que a demanda efetiva, e, por outro lado, a tendência à redução da taxa de lucro, dificultando os investimentos produtivos. Nesse contexto, a crise atual é completa, já que engloba também a crise do Departamento criado após a II guerra, do Departamento III baseado nos gastos bélicos, espaciais, a crise do crédito e da dívida pública.

A base da fraqueza atual do modo de produção é que as forças produtivas levaram novamente um baque. Num sentido, como afirmamos acima, esta nova crise é superior do que as

anteriores. Afinal, para dinamizar a acumulação do capital nas últimas décadas, os capitalistas usaram e abusaram dos gastos estatais e desenvolveram forças produtivas e forças destrutivas conjuntamente. Forças produtivas para o capital, porque produziam mais valia e lu-

---

**nos últimos vinte  
anos o capitalismo  
expandiu suas  
fronteiras para o leste  
europeu e, sobretudo,  
para a China**

---

cro, ao mesmo tempo em que, muitas vezes, eram destrutivas para a humanidade, como a imensa produção armamentista, sempre crescente, drenando recursos públicos. Assim foram décadas de crescimento contraditório, carregando e desenvolvendo poderosas forças destrutivas, mas ao fim e ao cabo dinamizando a acumulação do capital e possibilitando o desenvolvimento também de sua ideologia e das ilusões em multidões humanas ávidas em se beneficiar dos frutos do "progresso".

Ademais, as forças produtivas mais desenvolvidas ao longo dos últimos anos representaram também uma retomada

mais elevada das contradições com as relações de produção, isto é, com o regime de propriedade privada e com as fronteiras nacionais. Na Europa, a criação do Euro em 1999 foi uma resposta a estas contradições nos marcos do capitalismo. A globalização econômica foi outro desdobramento deste processo, aumentando a liberação dos capitais. Mas com isso a economia ficou ainda mais concentrada, com poucas gigantescas corporações dominando a economia mundial, disputando os mercados e subjogando países.

Ao mesmo tempo, nas últimas décadas, a expansão do crédito foi impressionante, fator que Marx já analisara como determinante para a expansão do capital. No caso concreto foi o crédito que permitiu, grosso modo, grande parte do consumo das famílias norte-americanas, consumo este que tem 70% de participação no PIB da maior economia do mundo. Diga-se de passagem, o consumo norte-americano foi também a garantia dos superávits comerciais de inúmeros países, entre eles a China, e o próprio Brasil, razão pela qual se pode considerar o déficit comercial dos EUA existente até então como fator de equilíbrio do crescimento mundial. Como todos sabem na crise atual a bola da vez foi o crédito fácil para a compra das casas e o consumo norte-americano elevado, baseado no aumento dos preços das ações que se-



gulam crescendo porque novos compradores seguíam entrando com seus recursos na Bolsa de Valores.

Com o dito acima queremos sublinhar que o capitalismo respondeu às tremendas pressões de forças produtivas que se chocam com as fronteiras nacionais e com a propriedade privada dos meios de produção, desenvolvendo como nunca antes a liberação do capital em escala mundial, produzindo e realizando esta produção globalmente, simultaneamente em países diversos – eleitos de acordo com o preço da mão de obra e a divisão internacional do trabalho – ao mesmo tempo em que desenvolveu como nunca o sistema de crédito, isto é, garantindo a concentração de recursos nas sociedades por ações, que não deixa de ser uma superação, nos marcos do capitalismo (e cujos beneficiários são os capitalistas), da restrita propriedade privada de uma única família ou união de famílias de capitalistas. E também foi uma resposta à limitação da demanda.

Mas agora é justamente este sistema de crédito e esta globalização que entraram em crise, uma nova crise que combina superprodução de capitais e de mercadorias e dificuldades crescentes para a valorização continuada das massas de capital acumuladas financeiramente. Agora não se trata de crises

financeiras na periferia. Ocorreu no centro do sistema. Podemos dizer que o castelo de cartas desabou? É difícil saber por quanto tempo a crise se arrastará. Mas dificilmente o capitalismo consiga um crescimento como obteve nos últimos 20 anos e menos ainda como os das duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. Podemos ago-

---

**estamos num período  
de crise econômica  
grave, (...), período  
em que aumentam  
as possibilidades  
de situações  
revolucionárias**

---

ra então dizer que há uma crise permanente ou crônica? Utilizar este conceito só tem sentido se considerarmos que "o mecanismo da crise não logra restabelecer as condições para uma economia capitalista expansiva" (página 95, Paul Mattick/Marx y Keynes- Ediciones Era - 1975, México). De nossa parte, nossa certeza é que, mesmo quando, e se as forças produtivas lograrem retomar seu impulso de crescimento, tal impulso se dará provocando contradições cada vez maiores com as relações de produção, à medida que, como vi-

mos, a expansão do capital encontra no próprio capital limites cada vez mais intransponíveis.

O certo, portanto, é que estamos num período de crise econômica grave, quando a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção se manifesta de modo claro, visível, contundente, período em que aumentam as possibilidades de situações revolucionárias nas quais se pauta a questão do poder político e a necessidade da superação do modo de produção.

A hipótese de periodização que apresentamos combina os movimentos econômicos com as lutas sociais e políticas do século XX. Trata-se, é óbvio, de uma tentativa de aproximação para buscar visualizar perspectivas. Para os revolucionários as previsões não são apenas exercícios de especulação, mas apostas de luta, lutas que são em última instância elementos constitutivos fundamentais do reforço ou não de uma ou outra das hipóteses que as determinações do presente abrem.

As reflexões sobre estas décadas e a busca pela periodização não têm como não nos lembrar o economista russo Kondratieff. Aqui estamos fora do enquadramento de sua teoria, alicerçada essencialmente nas grandes mudanças estruturais da economia que, segundo ele, produziam ondas expansivas e ondas de estagnação e



decadência na economia mundial, períodos de mais ou menos 25 anos cada. Segundo sua teoria, durante as ondas de expansão do capital a curva do desenvolvimento capitalista e das forças produtivas era ascendente, os ciclos recessivos eram mais curtos e menos profundos e as recuperações mais duradouras e intensas. Nas ondas de estagnação ou retrocesso, o quadro era o oposto, isto é, a curva decrescente, recessões mais longas e profundas e recuperações mais rápidas e menos intensas. Não deixa de ser curioso que, pelo quadro das ondas longas de tonalidade expansionista e das ondas longas de tonalidade estacionária ou de decadência (apresentado por Ernest Mandel em seu *Capitalismo Tardio*), se mais ou menos adotássemos seus tempos, teríamos que estar agora saindo de uma onda longa expansionista para uma estacionária. E quem pode negar que ocorreu uma onda expansionista após a Segunda Guerra? Quem pode negar que esta onda teve um corte pelo menos na crise econômica generalizada de 74-75 até mais ou menos 1987? Dificilmente se pode negar também a globalização do capital, a generalização da utilização de tecnologias revolucionárias e a expansão dos mercados pelo menos nos últimos 20 anos. É difícil negar, portanto, que presenciamos uma onda longa de tonalidade expansionista durante as últimas duas décadas. Estaríamos entrando

na onda longa de tonalidade estacionária como definiu Kondratieff? Não sabemos ao certo.

O provável, porém, é que o modo de produção capitalista deverá viver uma tentativa de recuperação que tende a ser arrastada. A seu favor, conta com a continuação de uma herança do passado recente: a ausência de

---

**a tendência é que as  
forças contrárias (...)  
se afirmem com mais  
energia na negação do  
sistema.**

---

uma consciência socialista em amplos setores de massas. Entretanto, como reação à globalização capitalista, há um crescente movimento nacionalista em distintos países, sobretudo dos países atrasados, surgidos ao longo destes anos e que farão valer sua resistência contra uma nova tentativa dos países imperialistas de lhes passar a fatura da crise. E a tendência é que as forças contrárias, embora com suas heterogeneidades, espaços diferentes de lutas, dificuldades de conexões, de ligações entre suas lutas econômicas, sociais e democráticas, se afirmem com mais energia na negação do sistema. Há, ademais, um movimento operário com força es-

trutural tanto na Europa quanto nos EUA que oferecerá uma resistência que pode se converter em ofensiva social e política do movimento de massas.

Num primeiro momento, embora não tenhamos perspectiva rápida de extremos definidos, de dois pólos positivos claros em confronto, teremos a ação de classes e até de países possibilitando blocos e alianças que ainda não se apresentam como alternativa definida – e provavelmente muitos nem tenham como compor uma alternativa comum – mas cuja negação ao capital, claramente determinada, acabe também sendo uma afirmação: movimentos populares, operários, camponeses, indígenas, massas imigrantes; reivindicações sociais e democráticas, ideologias nacionalistas e/ou socialistas, países atrasados e dependentes com sua diversidade cultural, econômica, étnica e religiosa.

O que temos como evidente é que terminou qualquer elemento de estabilidade capitalista. Produziu-se um salto qualitativo nas contradições, choques, buscas e combates, guerras e revoluções. A situação atual do Oriente Médio é hoje sua máxima expressão, sendo o Estado de Israel o representante direto do atual imperialismo dominante. Num sentido, portanto, continuamos num período inconcluso, já que mesmo nos anos de restauração tivemos todas estas características.



Mas agora tudo tende a se acelerar e intensificar, já que os mecanismos keynesianos não têm mais a mesma eficácia e capacidade de antes. Mais importante ainda: a confiança no sistema ruíu. Agora também a ideologia da classe dominante está em crise, não apenas a ideologia socialista, mas também a ideologia liberal e capitalista foi posta na defensiva, sem capacidade de convencer os povos do mundo a defender seu modelo.

Os avanços na comunicação, em particular a internet, podem permitir – e de certa forma já começam a fazer – uma aceleração da comunicação das forças de resistência. Os inúmeros protestos de massas que ocorreram no mundo, em países como Espanha e nos Estados Unidos, mostram o potencial da rede. É também nos EUA, onde muitas das contradições mundiais hoje se concentram, que se operou uma mudança sinalizadora deste novo período histórico. Independentemente do que venha a ocorrer com o governo de Obama, e de seu caráter favorável ao regime dos monopólios capitalistas, é evidente que sua eleição não ocorreria se a crise econômica não tivesse estourado com a gravidade que estourou. Sua eleição foi expressão da busca de milhões de pessoas por profundas mudanças políticas e sociais.

Seria um erro grave definir que a saída positiva é sem-

---

**Marx sublinha que os conflitos de classes de uma determinada sociedade podem terminar na construção de uma nova sociedade ou na destruição recíproca das classes em luta.**

---

pre a que se dá. A crise de 1929, por exemplo, terminou no maior conflito bélico da história. Ocorrerão confrontos inevitáveis e intensos, mas o resultado deles depende da luta, das estratégias e táticas das classes, e mesmo dos estados em confronto. Existem perigos para o planeta como, por exemplo, um eventual conflito bélico entre Israel e Irã.

Assim, a crise econômica combinada com a crise ecológica atualiza uma vez mais o Manifesto Comunista. Neste programa Marx sublinha que os conflitos de classes de uma determinada sociedade podem terminar na construção de uma nova sociedade ou na destruição recíproca das classes em luta. Estamos em pleno curso desta luta e desta disjuntiva sem solução por ora.

## **Risco e oportunidade no Brasil – as dinâmicas de recessão e ascenso**

A nova realidade econômica mundial terá fortes repercussões nas relações entre as classes, no ânimo da população, possivelmente na própria atividade política e social do movimento de massas. As crises, por si mesmas, não apontam caminhos progressistas para serem resolvidas. Mas as crises sacodem consciências e exigem reflexões e mudanças. A questão são seus conteúdos e seus tempos.

A história recente do Brasil mostra que, depois dos ataques sofridos ao seu nível de vida durante as crises, o povo trabalhador pode tirar conclusões políticas destas angústias, sofrimentos e desrespeito aos seus direitos, e aumentar sua atividade social e política. Assim foi durante a crise de 1974-75, cujo desdobramento foi o ascenso estudantil de 1977 e a luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita. O mais importante foram as greves operárias do ABC, que impulsionaram a formação do PT e dinamizaram a resposta política que foi se acumulando até estourar a crise de 1980-1982, cujo desdobramento foi um salto maior na atividade e politização do movimento de massas com o ensaio de greve geral de 1983 e, em seguida, a campanha das Diretas Já, de 1984, quando os governos militares foram derrotados.



Os desdobramentos da crise também se expressam no crescimento do apoio aos partidos políticos que representam projetos de mudança. Nesta conjuntura, o PMDB, PT, PDT, os partidos de oposição ao regime militar se fortaleciam. Um período, aliás, que culminou nas primeiras eleições diretas para presidente da República, nas quais Lula chegou ao segundo turno com um discurso de esquerda radicalizado.

Logo após a vitória de Collor, o país entrou numa nova recessão, de 1990 a 1991. Em 1992 veio o impeachment. Com a posse de Itamar e, sobretudo, com a vitória eleitoral de Fernando Henrique e a derrota da greve nacional dos petroleiros, em 1995, a crise de dominação burguesa que se arrastava desde 1984 foi fechada. O PSDB assumia o carro chefe da dominação política hegemônica da burguesia e o PT já se incorporava de mala e cuia na defesa do regime democrático burguês. O regime burguês estabilizado não pode, contudo, evitar os ciclos de crises econômicas.

A crise seguinte foi a de 1999, depois de seis anos de estabilidade. Na sua esteira, a atividade do movimento de massas não aumentou de modo digno de nota. Neste período tivemos a marcha dos 100 mil em Brasília, mas nada que colocasse o movimento de massas no centro da conjuntura. Isso havia ocorrido dois anos antes, quando um processo grevista generalizado nas

---

**Primeiro o governo  
disse que era uma crise  
dos EUA, que não tinha  
nada a ver com o Brasil.  
Isso já foi desmentido.  
Depois disse que  
era uma marola,  
desmentido novamente.**

---

Polícias Militares em inúmeros estados assustou as forças burguesas. Foi, entretanto, uma exceção. Foi nesta conjuntura, por sinal, apoiando as greves da PM de Alagoas, que Heloisa Helena se fortaleceu enormemente como liderança em Alagoas. Apesar de não ter como desdobramento um aumento da atividade social, parcelas do povo tiraram conclusões políticas. Foi daí que veio a aposta em Lula e a base de sua vitória nas eleições presidenciais seguintes, de 2002.

Com este resumo esquemático da evolução política do país, traçando uma relação entre o ciclo das crises econômicas e as mudanças políticas, queremos marcar a importância de que se acompanhe a nova situação aberta com o início desta crise. Primeiro o governo disse que era uma crise dos EUA, que não tinha nada a ver com o Brasil. Isso

já foi desmentido. Depois disse que era uma marola, desmentido novamente. A grande mídia patronal fez coro com as mentiras do governo até setembro de 2008. Mas a partir de então a velocidade das mudanças enterraram as estatísticas que supostamente lhes dava razão.

É provável que em outubro de 2008 o Brasil tenha entrado em recessão econômica. Em dezembro de 2008 foram mais de 600 mil trabalhadores que perderam o emprego. No último mês do ano, o consumo de energia caiu 5% em relação ao mesmo mês de 2007. Também na comparação de dezembro de 2008 com dezembro de 2007, outro dado alarmante mostra o quadro recessivo: caiu em 50% a queda da produção de veículos.

Até setembro de 2008 o fluxo de capital externo para o Brasil era positivo em US\$ 17,2 bilhões, mas no último trimestre do ano se inverteu, e ao todo a saída líquida de dólares, isto é, a perda de dólares do Brasil chegou a 48,9 bilhões, a maior desde 1982, quando o Banco Central começou a divulgar este tipo de dado. A balança comercial também revelou a crise. O comércio com o mundo foi pesadamente afetado nos últimos dois meses de 2008. Caíram as exportações e as importações. A expansão das exportações em novembro-dezembro caiu 29 pontos percentual em relação ao período janeiro-outubro; e a quantidade



de exportada caiu ainda 16% em relação aos meses de novembro e dezembro de 2007. As importações acabaram também nos dois meses finais do ano, uma queda de 46,6 pontos percentuais em relação ao período janeiro-outubro. Ou seja, o Brasil tem comprado e vendido menos.

O superávit comercial, fator que tem sido decisivo nos últimos anos para o crescimento econômico neste modelo concentrador de renda, recuou em 38%, para US\$ 24,7 bilhões, quando em 2007 tinha sido de US\$ 40 bilhões. Foi o pior resultado em seis anos. O saldo vai cair mais em 2009. Também caíram as perspectivas de gastos do consumo das famílias e se aponta para uma redução de 2% a 3% do PIB em relação ao crescimento de 2008 e na realidade pode ser mais.

Está claro que o Brasil viverá, portanto, um período de clara redução do crescimento, de aumento do desemprego, da miséria, da insegurança. A crise será pesada. Suas repercussões políticas são imprevisíveis, mas serão inevitáveis. A desestruturação produtiva dos anos 90, o crescimento da marginalidade e sobretudo o controle policial, paramilitar e o papel do próprio tráfico nas favelas são fenômenos novos atuando pesadamente contra a autoorganização independente e democrática do movimento de massas. Elementos objetivos com desdobramentos subjetivos desfavoráveis para

---

**O surgimento  
do PSOL como força  
política crítica e  
revolucionária contra  
o regime burguês não  
deixa de ser também  
uma expressão das  
potencialidades do  
momento.**

---

que esta crise seja respondida de modo positivo pelos trabalhadores como ocorreu em crises da história recente. Há, por outro lado, processos favoráveis, em particular a dinâmica de esquerda e nacionalista revolucionária na América Latina, além da experiência mais ou menos desenvolvida da população brasileira com muitas das instituições da democracia burguesa, em particular seus partidos políticos. O surgimento do PSOL como força política crítica e revolucionária contra o regime burguês não deixa de ser também uma expressão das potencialidades do momento. Cabe ao próprio PSOL e às forças de esquerda se postularem como alternativa.

Se postular como alternativa significa construir no dia a dia do movimento de massas um

pólo de reorganização da luta política e social. Diante das dificuldades da centralização das ações do movimento de massas o partido tem uma obrigação redobrada de contribuir como elo das diversas lutas, apresentando ao mesmo tempo a necessidade de um novo modelo político e econômico para o país. Estamos num momento especial onde o sujeito político tem uma enorme responsabilidade de contribuir na construção da identidade de classe do sujeito social, da classe trabalhadora e dos setores médios.

#### **Nota**

1 "A importância de Ricardo reside precisamente naquilo em que é criticado, isto é, que abstrai dos seres humanos, ao estudar a produção capitalista, considerando apenas o desenvolvimento das forças produtivas, qualquer que seja o custo em sacrifícios humanos e em valores-capital. O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é a tarefa histórica do capital e o legítima. Exercendo justamente essa função cria ele as condições materiais de forma superior de produção, sem que esteja consciente disso. O que preocupa Ricardo é a circunstância de o próprio desenvolvimento da produção ameaçar a taxa de lucro, o estimulante da produção capitalista e, ao mesmo tempo, condição e móvel da acumulação." (Marx - 1983, página 297)

---

**Roberto Roberto** - presidente do PSOL - RS





# A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL NO BRASIL: O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO E O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Paulo Henrique Costa Mattos

## 1. O Cenário Histórico da Globalização Neoliberal

O "modelo" neoliberal globalizante, implementado no Brasil principalmente a partir de 1990, articulado numa ampla aliança mundial, fundada internamente nas elites urbanas, rurais e nas altas classes, que passaram por sua vez a operar importantes mudanças estruturais – de propriedade e poder – para garantir o seu funcionamento levou o país para uma situação de total dependência externa e profunda ilusão política num suposto desenvolvimento nacional.

Este modelo neoliberal globalizante, que já havia reforçado a desigualdade estrutural existente na sociedade brasileira, reforçou o domínio das chamadas leis de mercado, do individualismo, da competitividade e do consumismo, sufocando os valores da igualdade, da solidariedade, da soberania nacional, de uma democracia participativa.

Este modelo econômico se subordinou ao grande capital, impondo privatização de estatais, abertura comercial sem salvaguardas nem contrapartida, desmantelamento dos serviços públicos. Nos últimos vinte anos ele agravou a violência e a crise de valores, a corrupção e a inércia da maioria dos movimentos sociais, inclusive o sindical, que virou um espaço de gangsterismo, carreirismo político e oportunismos. Colocou-nos em uma verdadeira encruzilhada histórica em que a perspectiva em médio prazo é uma profunda crise econômica e social com possibilidades de graves tensões sociais.

Ainda é prematuro definir com precisão o grau e a extensão da crise econômica que enfrentaremos no próximo período histórico, mas um dado fundamental é que a opção das elites brasileiras em abandonar a idéia de construir uma economia nacional e independente, e a implementação de um projeto que subordinou a economia brasileira ao capital

internacional financeiro nos levou a um cenário econômico, político e social extremamente grave, que nos próximos anos poderá nos levar a um novo embaralhamento das cartas do jogo político, provocado pela crise do modelo econômico.

Neste sentido, é preciso compreender que a primeira vitória de Lula se deu por um cansaço do povo brasileiro aos sucessivos governos neoliberais e que pretendia abrir possibilidades de mudança substancial na conjuntura nacional. Isso ocorreu novamente nas eleições para o segundo mandato, pois como o governo Lula foi menos selvagem que o de FHC e implantou um neoliberalismo de novo tipo, um neoliberalismo social condicionado ao processo de globalização da economia, braço operacional do neoliberalismo, à modernização tecnológica conservadora, à destruição a indústria nacional, ao fluxo nefasto do capital financeiro especulativo e a todas as outras políticas e ações de readequação do capitalis-



mo e suas formas de acumulação, mas sem tanta privatizações explícitas como na era FHC, abriu-se um novo período de hegemonia política no Brasil.

Sob Lula houve a diminuição das mobilizações sociais, sindicais e populares, os realinhamentos políticos e uma clara domesticação de amplos setores da esquerda nacional e a crise do neoliberalismo muito forte em todo o mundo, ainda não gerou as mobilizações necessárias para o questionamento da hegemonia neoliberal. Mas há uma diferença da crise dentro da burguesia: as frações ligadas às atividades de exploração de petróleo, energia elétrica e telecomunicações foram muito pouco afetadas pela crise, enquanto metalurgia, automotivo e exportadores foram fortemente afetados. Essa contradição a médio prazo irá gerar sérios problemas econômicos, que ainda podem ser agravados com o aprofundamento da crise da economia mundial.

Embora todos os indicadores apontem uma situação extremamente preocupante, segue pelo mundo a prática de alguns governos falidos reeditando mais uma vez as lições de subserviência e passando a negociar a crise de forma absolutamente dependente e subordinada ao imperialismo. Raros são os governos que tentam

construir seu próprio modelo econômico, como é o caso da Venezuela e Bolívia.

A possibilidade de agravamento da crise mundial no processo de globalização poderá acentuar enormemente o desrespeito aos direitos humanos e as desigualdades sociais. Basta

---

**A possibilidade de agravamento da crise mundial no processo de globalização poderá acentuar enormemente o desrespeito aos direitos humanos e as desigualdades sociais.**

---

percebermos, por exemplo, que em 1960 os 20% mais pobres da população possuíam 2,3% da renda mundial, já em 1994 possuíam apenas 1,1%. Atualmente existe no mundo um bilhão de pessoas que não comem o suficiente e há 1,3 bilhões de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia. E a tendência é o agravamento desse terrível quadro de concentração de renda no planeta.

A crise financeira internacional, que estourou nos EUA,

em meio à especulação imobiliária, ameaça o globo com a queda nas bolsas de valores, forte desvalorização do dólar, fuga de capitais que chegam aos países "em vias de desenvolvimento" como o Brasil. É por isso que Lula vem divulgando que a economia brasileira tem bases econômicas sólidas e que não seremos atingidos pela crise global. Essa é uma verdade maior do que aquela de que ele nada sabia sobre o mensalão e a compra de parlamentares.

Lula chegou a divulgar que a dívida externa já não é mais um problema e que os ativos do país no exterior, constituídos fundamentalmente pelas reservas internacionais, superaram a dívida externa pública e privada. Essa seria segundo Lula a prova cabal da superação do problema da dívida externa. Com esse raciocínio Lula chegou mesmo a dizer que está na hora de o Brasil se endividar novamente no exterior para aplicar os recursos em infra-estrutura. O que ele quer é preparar o espírito do povo para mais um longo processo de crise no país.

É preciso ressaltar que o suposto recorde dos ativos do país no exterior não passa de mais uma manipulação estatística do governo, aliás, uma prática que teve início durante o governo de FHC, em 2001, e perpetuada de forma maquiavélica no



governo Lula: a exclusão dos empréstimos intercompanhia (dívidas de filiais de transnacionais no Brasil com suas matrizes no exterior) do cálculo da dívida externa faz com que o governo possa propalar um suposto marco histórico.

Por trás deste acúmulo de sentença de reservas cambiais na verdade há uma verdadeira farras dos especuladores nacionais e estrangeiros, que trazem seus dólares em massa ao Brasil para comprar títulos da dívida "interna", em busca dos juros mais altos do mundo. O resultado disto é a explosão da dívida interna, que atingiu R\$ 1,540 trilhão em dezembro de 2008. Em apenas três anos os índices de crescimento dessa dívida superaram a casa dos 40%! Na verdade a dívida interna hoje é o principal problema do Brasil, ela está sangrando o país pela jugular.

O Brasil gastou em 2008 mais de R\$ 240 bilhões com juros e amortizações da dívida interna e externa, sem contar com a chamada "rolagem" da dívida. Com esses bilhões de reais o governo federal poderia ter assentado todas as 5 milhões de famílias sem terra do Brasil (ao custo de R\$ 35 mil por família). Ou então poderia construir 10 milhões de casas populares (ao custo de R\$ 20 mil cada), bem mais do que o anunciado no "pacote de incentivos à indústria da construção civil."

Analisando-se dados recentes, relativos a 2008, verificamos que a execução do orçamento federal segue a mesma linha de distribuição de recursos dos últimos anos. As despesas com o serviço da dívida (juros mais amortizações, exclusive o refinanciamento) consumiram mais de 34, % dos recursos do período

---

**O Brasil gastou  
em 2008 mais de  
R\$ 240 bilhões com  
juros e amortizações  
da dívida interna e  
externa, sem contar  
com a chamada  
"rolagem" da dívida.**

---

e foram muitas vezes superiores aos gastos com áreas sociais fundamentais, como saúde, educação e assistência social. Além disso, é quase nulo o valor destinado a setores importantes como Organização Agrária (com apenas 0,19% dos gastos), Transporte (0,16%), Ciência e Tecnologia (0,26%).

O mais grave é que sequer sabemos porque estamos pagando tanto e a que título, pois não há transparência nesse processo de endividamento. Só

uma verdadeira auditoria poderia jogar luz sobre esse processo, provando que somos credores e não devedores. Mas enquanto isso não ocorre bilhões vão parar nos bolsos de especuladores, capitalistas selvagens, banqueiros e toda sorte de parasitas financeiros, o país chafurda nas doenças medievais (dengue, leishmaniose, hanseníase, tuberculose, hepatite, febre amarela, calazar etc), na destruição da Escola Pública, na concentração de terras, renda e falta de qualidade de vida. Enquanto gasta mais de R\$ 240 bilhões apenas com juros e amortizações da dívida interna e externa, são gastos apenas cerca de R\$ 40 bilhões com a saúde, R\$ 20 bilhões com a educação e R\$ 3,5 bilhões com a Reforma Agrária. Mas Lula ainda tem a falta de caráter de anunciar que a dívida não é mais um problema! Mas a verdade é que apesar do setor bancário brasileiro estar lucrando horrores e ainda não sofrer problemas como a banca internacional, já começa a desacelerar a concessão de crédito, um dos pilares do último ciclo de crescimento brasileiro (2004-2008) e da base material da hegemonia de Lula perante as massas. Os próximos meses serão particularmente muito difíceis para os trabalhadores brasileiros, inclusive porque os setores da burguesia mais afetados pela crise já iniciaram seus ajustes pelo desemprego e retirada de direitos.



Segundo um estudo do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário), a sonegação fiscal das empresas atingiu R\$ 200,29 bilhões em 2008, cerca de 32% do Orçamento da União previsto para aquele ano. Com esse dinheiro seria possível construir 10 mil centros educacionais com biblioteca, teatro, centro esportivo e laboratórios de informática. Para o IBPT o que está provocando tamanha sonegação é a alta carga tributária, que representa cerca de 36,5% do PIB (Produto Interno Bruto) do país e a política econômica do governo Lula. A indústria inclusive é apontada pelo IBPT como o setor que mais dribla o pagamento de impostos, seguida pelo comércio e pelos serviços. Juntos esses setores são altos sonegadores de ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) e de IR (Imposto de Renda), o que deverá se agravar ainda mais com o aprofundamento da crise em 2009.

A política econômica de Lula tem sido um desastre para o povo brasileiro, pois enquanto sobe o imposto de renda para os contribuintes do país, faz isenção fiscal do mesmo imposto sobre os ganhos dos estrangeiros, estabelecendo e mantendo as maiores taxas de juros do mundo e dando total liberdade de movimentação de capitais aos agiotes internacionais e grandes corporações capitalistas. Os lucros

e dividendos que as multinacionais estrangeiras enviaram para fora do país entre 1998 e o primeiro ano do governo Lula, dispararam e chegaram a 26,9 bilhões de dólares em 2008, segundo dados do próprio Banco Central.

A política macroeconômica de Lula têm gerado as condições para um verdadeiro ataque especulativo contra o Brasil. Os investidores estrangeiros

---

### **A política econômica de Lula tem sido um desastre para o povo brasileiro**

---

trazem seus dólares para investir na Bolsa e em títulos da dívida interna. Antes da crise econômica global os bancos e empresas nacionais inclusive se aproveitavam disso, tomando empréstimos no exterior (mais baratos devido às baixas taxas de juros lá fora) para emprestar ao governo brasileiro, por meio da compra de títulos da dívida interna, recebendo uma fortuna em troca disso, devido às altíssimas taxas de juros do Brasil.

Portanto, o investidor estrangeiro que no início de 2007 trouxe dólares para aplicar na dívida interna brasileira ganhou,

durante o ano, 13% em média de juros, e mais 20% quando converteu seus ganhos em dólar. Em 2008, os estrangeiros ganharam uma taxa real de juros (em dólar) de mais de 30% ao ano! Se não bastasse toda essa tragédia econômica o Banco Central também aplica os dólares (recebidos dos investidores e exportadores) em títulos do Tesouro Americano, o que ajuda Bush a financiar seu déficit e suas políticas, como a invasão do Iraque., que rendem perto de um terço dos juros pagos pelo governo brasileiro pelos títulos da dívida interna.

As atuais taxas de juros baixas pagas pelo Tesouro Americano são, na realidade, negativos para nós. Isso porque o Banco Central insiste em manter as altas taxas de juros do Brasil tendo um enorme prejuízo, que chegou a R\$ 58,5 bilhões apenas de janeiro a outubro de 2007. Um prejuízo que é bancado pelo Tesouro Nacional, e corresponde ao dobro de todos os gastos federais com saúde, só para citar um exemplo concreto.

O Brasil sob o governo Lula virou sede do cassino global e os banqueiros não param de bater recordes de lucro. Por trás do suposto fim do problema da dívida externa divulgado por Lula se esconde a velha espoliação da dívida externa, agora com uma roupa nova, uma roupa vermelha feita com



a bandeira do PT e o sangue de milhões de brasileiros, que são condenados a uma miséria vergonhosa e ao blá-blá foribundo do neoliberalismo social de um "líder" que um dia representou a esperança de grande parte dos trabalhadores do Brasil.

O aumento da miséria leva ao aumento da violência, faz a indústria do medo ser a que mais cresce no país com a produção de carros blindados, armas, munições, dispositivos de seguranças etc. E representa o resultado de responsabilidades do governo que não controla a ação dos capitais e assume um caráter mais profundo e difícil... porque é resultado também de uma política que transformou o país em refém do capital especulativo, da prática de taxas de juros que inviabilizam muitas atividades produtivas e desorganiza tanto setores industriais quanto a agricultura familiar. Isso enquanto o déficit público cresce vertiginosamente, enquanto o Estado e municípios são levados à falência.

## **2. A Dimensão da Crise Econômica**

Uma grande parcela do povo brasileiro ainda não tem dimensão da crise porque a própria equipe responsável pela estratégia de levar o presidente candidato a segunda vitória e o silêncio da Rede Globo quanto a divulgação dos efei-

tos da crise econômica mundial criam uma situação criminosamente perigosa. Aliás, foi a desinformação que assegurou a reeleição de Lula e impulsiona mais de 70% de apoio da população ao seu segundo mandato. Toda a estratégia do governo está baseada no refor-

---

**o país consolidou  
uma situação de ilhas  
de desenvolvimento  
cercado por um  
enorme mar de atraso  
econômico  
e barbárie social**

---

ço do amplo esquema de distribuição de propaganda oficial, e na aposta da desinformação do eleitorado sobre os rumos da economia do país. Enquanto o povo continuar podendo comprar geladeiras em 36 prestações, TVs, eletroeletrônicos e até carros em 80 prestações a dimensão real da crise não será percebida.

Mas nós não podemos esquecer também que para garantir a continuidade do modelo econômico neoliberal Lula não hesitou em coagir o poder legislativo pressionando e cooptando parlamentares para

votar nas reformas econômicas e políticas. Assim como o poder judiciário sofreu pressões continuadas e os movimentos sociais, sindicais e populares tiveram inúmeras de suas lideranças cooptadas e caladas pelos "benefícios" do poder. O resultado direto disso foi que o país consolidou uma situação de ilhas de desenvolvimento, cercado por um enorme mar de atraso econômico e barbárie social.

O segundo governo de Luís Inácio da Silva ao continuar a implementação da liberalização da economia como condição de suposta modernização do Brasil e a praticar uma inserção nacional na globalização neoliberal de forma dependente e subordinada impõe ao país um modelo econômico com forte predomínio da produção agrária para exportação e sob o comando de agro-indústrias nacionais e multinacionais, que tendem a forçar cada vez mais a desorganização da agricultura familiar e a trazer sérias implicações sociais para a realidade social brasileira.

O governo federal do ex-operário Lula da Silva continua iludindo milhões com a transformação do Brasil num cassino global e com a afirmação de que é capaz de resolver os principais problemas do país, sem alterações estruturais, inclusive da questão da reforma



agrária e da concentração de terras, que tendem a ser cada vez maior no país. Assim: não há dúvida de que a globalização neoliberal da economia brasileira está condenando o país a uma situação de país periférico, com uma inserção cada vez mais subordinada ao capitalismo e num processo amplo de barbárie social, econômica e política, incapaz de desenvolver o país e inseri-lo soberanamente no mercado internacional.

O reforço na condição de grande produtor agrícola exportador do Brasil está criando cada vez mais uma nova dinâmica na agricultura que gera novas formas de extração de renda e novas modalidades de emprego no meio rural. Mas essa não é uma dinâmica capaz de criar condições para solucionar os sérios problemas de pobreza disseminada e do próprio desenvolvimento nacional.

Assim, ao ler a realidade do "desenvolvimento nacional", deve-se hoje obrigatoriamente ter a percepção de que nosso capitalismo periférico e dependente está se inserindo dentro da divisão internacional do trabalho como uma neo-colônia globalizada, que apesar de ainda ser relativamente industrializada caminha a passos rápidos para ser uma mera produtora de produtos primários, dominada pelos interesses

imperialistas, dominada pelo agro-negócio e exportação de alimentos, biodiesel e mão de obra barata.

Nos próximos anos a dominação neoliberal globalizante da produção industrial e da produção agrícola pelo binômio agroindústria-grande

---

**nosso capitalismo  
periférico e dependente  
está se inserindo  
dentro da divisão  
internacional do  
trabalho como  
uma neo-colônia  
globalizada**

---

empresa produzirá estrangulamentos de oferta na economia e o agravamento do atual perfil da distribuição da renda, sem proporcionar aumento de trabalho, qualidade de vida para amplos setores da população brasileira. O aprofundando da dicotomia entre um setor tecnificado e altamente produtivo da economia e outro que não consegue superar a economia de subsistência estará cada vez mais presente nas cidades e no campo brasileiro.

A predominância do domínio dos monopólios e oligopólios multinacionais, o domínio do sistema financeiro, o poder dos grandes bancos e dos capitais na economia do país representa não só o aumento da dependência econômica do Brasil, mas a progressiva vulnerabilidade do país na divisão internacional do trabalho.

Os elementos da conjuntura econômica nacional apontam hoje que o Brasil está destruindo sua indústria nacional, trocando o modelo de substituição de importações por um modelo econômico totalmente dependente, subordinado e marcado fortemente pela monocultura, e ao papel de grande produtor de produtos primários e gêneros agrícolas.

A ideia de um novo setor rural brasileiro cujo dinamismo não vem só da produção agropecuária, mas de outras atividades econômicas, que têm por base o espaço rural (agrocombustíveis, turismo ecológico, pesca esportiva, etc) corresponde a uma realidade europeia que não pode ser transplantada para o conjunto do Brasil e conseqüentemente é incapaz de gerar elevação nos índices de emprego, eliminação da pobreza e aumento significativo do nível de renda da população rural e urbana.

Nas cidades, fábricas são fechadas ou precarizam ao máximo as relações de traba-



---

**os índices de pobreza  
e desigualdade social  
só têm aumentado nos  
últimos anos**

---

lho para poder alcançar competitividade com produtos produzidos na China e em outros países que inundam o mercado nacional. Os lemas "produtividade", "competitividade", "lucratividade" se juntam a outros como a "precarização", "terceirização" e "super-exploração" do trabalho. No campo o setor da agricultura familiar, que conta hoje com cerca de 5 milhões de unidades, vem sendo progressivamente estrangulado a reverter praticamente a uma economia de subsistência e os agricultores que já se encontram nessa situação, simplesmente tendem a desaparecer, tidos para os centros urbanos e condenados a engrossar as péssimas estatísticas de violência, desemprego, miséria e falta de condições dignas de vida no meio urbano.

A combinação de empregos precários, falta de emprego, falta de políticas públicas amplas, corrupção e enxugamento do Estado, estão provocando uma intensificação da crise social no Brasil, impondo graves consequências tanto no campo

como nas cidades e apontam para os próximos anos dias conturbados e marcados por conflitos sociais. Apesar do aparente "controle do desemprego no Brasil" a verdade é que, os índices de pobreza e desigualdade social só têm aumentado nos últimos anos, e poderá se acentuar ainda mais se houver um aprofundamento de uma crise econômica global, que já começou a se manifestar no horizonte do capitalismo internacional com a recessão norte-americana.

### **3. A Globalização Neoliberal X Construção Nacional**

É fundamental para qualquer militante ou candidato do PSOL compreender que a globalização neoliberal é um complexo processo de integração econômica, política, cultural de sistemas produtivos e de mercados e vem provocando um processo de abertura comercial, de liberalização e de estabilização econômica que vem impondo uma nova orientação externa para a dinâmica de "desenvolvimento" nacional e para o mercado. O processo de crescimento econômico se estabelece a partir da reorganização dos sistemas produtivos, do aumento da competitividade, reestruturação tecnológica e das políticas públicas. Também há a implementação de grandes projetos que dão sustentação

ao capital, reorientação de mercado das políticas públicas e domínio nacional pelas grandes corporações financeiras. Para viabilizá-la são planejadas a queda das barreiras comerciais, a livre circulação de capitais, a estabilidade econômica e política, o fortalecimento da lógica de mercado e do consumo.

O Brasil ao adotar este "modelo" de crescimento econômico não vem também considerando os enormes prejuízos causados ao meio-ambiente. Grandes extensões do território brasileiro estão sendo devastadas pelo uso intensivo dos recursos naturais através de técnicas altamente depredatórias. Isso tem levado vários ecossistemas ao esgotamento e a um processo seguido de extinção, como é o caso do cerrado, que em várias regiões do país já não existe mais.

Todos os ecossistemas do país já foram atingidos pelo manejo inadequado dos solos, o uso indiscriminado de agrotóxicos, a tentativa de finaceirização das águas e a má utilização das terras nacionais por um modelo econômico incapaz de gerar a inclusão e a promoção social de amplos setores da população.

A compreensão de dois conceitos é fundamental para a construção de um novo projeto de desenvolvimento para



o Brasil. Um é o conceito de 'Crescimento econômico': que se refere ao aumento da produção de riqueza em uma região determinada. O outro é o conceito de 'Desenvolvimento sustentável': que se refere à melhoria das condições da vida em geral e da vida da população que habita essa mesma região.

---

**haverá uma crescente  
sangria de recursos,  
dada a remessa  
de lucros, royalties e  
outros pagamentos  
ao exterior**

---

O conceito de desenvolvimento sustentável é estratégico para os trabalhadores em geral, pois nele está expresso respeito ao meio ambiente, à fauna, flora, aos recursos econômicos, às culturas e diversidades locais.

Confundir os dois termos é tentar esconder, sob a força dos números o índice inegável de subdesenvolvimento e as precárias políticas públicas (saúde, educação, habitação, lazer, geração de renda...), a destruição dos recursos naturais em nome de um suposto progresso.

Um dos grandes mitos do conceito de desenvolvimento capitalista é exatamente a crença que podemos perseguir uma taxa de crescimento contínuo da economia, mas a realidade histórica está mostrando justamente o contrário. A história do "desenvolvimento capitalista" é a história sistemática da super-exploração da força de trabalho, do roubo, da destruição dos recursos naturais, da manutenção de estruturas políticas reacionárias e voltadas ao benefício do grande capital.

Com a manutenção de um modelo econômico que mantenha a realidade econômica e social da globalização neoliberal não será possível fazer do Brasil uma Nação independente, justa e democrática. Enquanto houver a opção por manter o país inserido na globalização neoliberal de forma dependente, subordinada e completamente refém das leis de mercado e do capital continuaremos marchando como porcos para o abate. Prevalecendo por várias décadas esse processo haverá cada vez mais contingente populacional nacional prejudicados, excluído ou vivendo de forma degradante.

No caso da realidade agrária, que mais nos interessa pela condição de nossa economia, nos próximos anos vamos assistir à formação de enormes espaços de agricultura deca-

dente e população rarefeita, ensejando um incremento ainda maior da violência, que está cada vez mais presente no meio rural. Esse quadro só tende a aumentar nas cidades a enorme quantidade de migrantes rurais miseráveis e sem qualificação alguma para o trabalho urbano. Isso criará uma imensa máquina de marginalizados e excluídos, trazendo uma realidade social de terríveis consequências para o país.

Em relação ao abastecimento alimentar da população, especialmente dos setores de baixa renda, a crise mundial de alimentos está tornando esse segmento cada vez mais refém dos programas assistenciais governamentais. Além disso, haverá uma crescente sangria de recursos, dada a remessa de lucros, royalties e outros pagamentos ao exterior, sem contar os juros da dívida pública hoje, que é superior a um trilhão e quinhentos bilhões de reais e obriga o país a pagar mais de um terço de seu PIB aos grandes banqueiros.

#### **4. O papel da Administração Pública na Visão do PSOL**

Embora o PSOL não deva ter ilusões com governos de caráter democrático e popular, é possível compatibilizar a gestão das administrações públicas sem correr o risco de degenerar o compromisso de classe,



sem transformar-se num instrumento do capital como fez o PT. É possível para os socialistas revolucionários disputar, ganhar e realizar governos sem comprometer o objetivo estratégico de luta incessante contra o regime capitalista. Sabemos que isso exige enormes sacrifícios, mas a disposição de fazer o enfrentamento com o grande capital e construir um verdadeiro processo de construção nacional passa por esse desafio. Não podemos ficar eternamente esperando as condições objetivas e subjetivas se darem para a tomada do poder.

Temos que ir construindo o poder popular nas lutas sociais e do cotidiano do povo brasileiro e ir participando dos processos eleitorais e até ganhando governos sem deixar que a luta pela conquista do poder de Estado se degenera, como aconteceu com o PT. O fato de o PSOL poder chegar a frente de algumas prefeituras municipais deve ser um passo decisivo para criar o novo na política, de dar poder e cidadania aos trabalhadores, de alterar a correlação de forças visando facilitar a luta pelo socialismo no Brasil.

Durante muito tempo algumas administrações municipais petistas significaram avanço das lutas populares, possibilitaram o alcance de espaços de participação e educação popu-

lar, auxiliaram na melhoria da qualidade de vida do povo, mas com o tempo foram domesticadas porque foram abrindo mão da sua opção de classe, do entendimento que o governo local

---

**É possível para  
os socialistas  
revolucionários  
disputar, ganhar e  
realizar governos sem  
comprometer o objetivo  
estratégico de luta  
incessante contra o  
regime capitalista.**

---

é na verdade "um poder relativo cercado de capitalismo por todos os lados".

Isso contribuiu para uma relação governo população despolitizada, manipuladora e sem empoderamento popular. O que era uma esperança de se criar o poder popular, de alterar a correlação de forças visando facilitar a luta pelo socialismo virou carreirismo político, adaptação ao Estado burguês e a trágica repetição da novela da corrupção, favorecimento da acumulação capitalista e submissão ao capital.

Fazer o PSOL ser capaz de chegar ao Estado burguês e fomentar governos realmente democráticos, garantir o desenvolvimento equilibrado e social justo, não é uma tarefa simples, fácil e que se dará rapidamente. Temos gigantesco desafios pela frente, mas isso não é impossível. Com governos verdadeiramente de caráter popular, democráticos e nacionalistas poderemos assegurar a possibilidade de ultrapassagem pela esquerda das administrações petistas e assegurar a revolução democrática e política possíveis nos limites da sociedade capitalista, acumulando forças para a verdadeira revolução socialista. Assim, garantir administrações indóceis ao regime do capital parece hoje uma tarefa histórica quase impossível, mas será o único modo de realizar uma ampla educação popular e fazer iniciativas progressistas que envolva o povo e seja capaz de quebrar a hegemonia do neoliberalismo social.

Garantir o enfrentamento ao paradigma neoliberal a partir do âmbito local é altamente estratégico hoje para o PSOL, e pode ser um dos fatores fundamentais para o avanço do partido e o reconhecimento do povo para a mudança política. Não podemos esquecer que as mazelas do governo Lula, do mensalão a corrupção dos cartões corporativos, começaram na realidade nas práticas das administrações petistas municipais.



No início dos anos 90 já se tinha denúncias de administradores petistas roubando o dinheiro do povo e escondendo no colchão de casa ou em gordas contas bancárias, já se tinha notícias de recebimento de propinas de empresários, de uso indevido das máquinas administrativas. Mas quem ousasse a denunciar era "mascarado" internamente no partido e visto como inconseqüente, radical, "agente da direita".

As advertências e denúncias dos descaminhos das administrações petistas foram sistematicamente ignoradas e rejeitadas pelo campo majoritário do PT. Lula passou os anos 90 "passando a mão na cabeça dos corruptos petistas" porque já sabia que eles seriam úteis a sua traição de classe. A compra de voto pelo governo Lula no Congresso Nacional através de empresários que mantinham relações espúrias com o governo foi a reprodução das práticas usuais e comuns de muitas administrações municipais petistas. O costume do cachimbo entorta a boca!

## **5. As Eleições Municipais e o PSOL**

A intervenção política do PSOL tem que apresentar programas eleitorais municipais que apresente a idéia força de que nós não seremos comprometidos com a reprodução do

capital, que o povo será chamado para protagonizar um repensar técnico-administrativo das administrações e que nossos administradores questionarão os interesses da burguesia e a lógica do capital. O PSOL não será um mero gestor ou reproduzidor da dominação burguesa e nossos governos serão alternativos à ordem so-

---

### **Somente com governos populares poderemos garantir a soberania alimentar do país**

---

cial vigente. Isso nos colocará no centro do juracão e poderá mesmo destruir o partido. Mas é o desafio histórico fundamental para construirmos a revolução socialista no país.

A questão da saúde, da educação, da moradia, da pavimentação, do saneamento, da coleta de lixo, da reforma urbana, do fim da corrupção e dos privilégios adquiriram no Brasil um conteúdo mais amplo que um mero reformismo. São questões explosivas capazes de acelerar a luta de classes. Garantir alimentação aos 183 milhões de habitantes do país, gerar empregos produtivos, garantir às populações urbanas e rurais um nível de renda adequado, de modo a tornar

a população brasileira mais homogênea, menos excludente e acima de tudo desenvolvida será nos próximos anos uma questão fundamental para a sobrevivência da esquerda nacional. Será fator de aceleração da luta de classes e pode colocar em pauta a questão do poder político no país.

Somente com governos populares poderemos garantir a soberania alimentar do país, a criação de um amplo mercado interno e melhorar as condições de negociação na esfera internacional. Essa será a forma de melhorar a renda, de expandir a produção e de dar emprego estável a toda a força de trabalho disponível. Somente com governos realmente comprometidos com o povo brasileiro e não com os grandes banqueiros e capitalistas internacionais, poderemos criar um modelo de desenvolvimento nacional que não destrua o meio ambiente; que tenha a Reforma Agrária como política de avanço social e não assistencialismo e favelização rural como é hoje. A base para a construção de um projeto socialista para o Brasil também passa pelas políticas públicas municipais, embora precise ficar claro que não faremos o socialismo nos municípios.

A realidade da conjuntura econômica do Brasil hoje demonstra que a inserção do Brasil de forma dependente ao



mercado internacional, está cada vez mais articulada com a retirada do Estado do mercado e com a destruição das políticas públicas. De um lado municípios e estados como segmentos do Estado vão se transformando em espaço do capital e dos interesses privados e do outro vai se rearticulando a nossa condição de país agrário

---

**a dinâmica do  
capitalismo brasileiro  
é um obstáculo  
estrutural ao  
desenvolvimento  
equilibrado e  
harmonioso  
da produção**

---

exportador sem combinar estrategicamente cultivos para o consumo interno com cultivos para exportação, a fim de preservar a auto-suficiência alimentar, aumento da renda do setor agrícola e aquisição de divisas externas sem desfavorecer o desenvolvimento de forma sustentável e equilibrada do país.

A intervenção do estado em todo o setor público é cada vez mais no sentido de sucatear os

serviços e impor administrações que sejam instrumentos para garantir os privilégios e o enriquecimento de uma minoria, associada e totalmente subordinada aos interesses do grande capital nacional e internacional. Essa é a lógica que o PSOL deve combater sistematicamente se quiser virar alternativa de poder em todo o país. Mas isso não se dará de forma rápida e apenas com a conquista de algumas administrações municipais.

A forma como são exercidas hoje as administrações do país fere categoricamente o direito da maioria dos brasileiros de viverem num país marcado pelo desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural, pela paz social e por uma significativa e sustentável melhora no perfil da distribuição da renda, qualidade de vida e amplo desenvolvimento social.

A conjuntura brasileira hoje apresenta obstáculos estruturais ao pleno desenvolvimento do país, ou seja, a questão da gestão administrativa do Brasil é um fator complicador de nossa construção nacional. Na literatura clássica a administração do Estado determina os obstáculos econômicos, sociais, políticos e culturais de uma dada estrutura política e opõe-se ao desenvolvimento das relações necessárias para a constituição

de uma sociedade nacional capaz de auto-determinar seu desenvolvimento.

Tais situações podem ser assim sumariadas: o desenvolvimento das forças produtivas vê-se travado por normas, costumes, rotinas, relações de poder, práticas comerciais, que decorrem das relações entre as classes proprietárias e a população trabalhadora. Tais relações derivam basicamente da condição de acesso da população à propriedade, à renda, à terra, às políticas públicas, que são extremamente rígidas e pró-capital. Quando uma situação desse tipo se configura, ou se muda completamente a estrutura de poder político, provocando um desequilíbrio em todo o sistema, ou a organização econômica prevalecente na sociedade não tem como aumentar a produção e a renda da população em magnitude suficiente para atender às necessidades do conjunto da população e eliminar a pobreza urbana e rural, avançando rumo à barbárie e completa injustiça social.

A realidade econômica brasileira hoje há muito está demonstrando que a dinâmica do capitalismo brasileiro é um obstáculo estrutural ao desenvolvimento equilibrado e harmonioso da produção, das relações econômicas, sociais e políticas capazes de impulsionar o Brasil como uma



nação e como um país justo, democrático, sem graves conflitos sociais.

Essa análise é ininteligível para os ideólogos e defensores do neoliberalismo, de cunho lulista ou não, porque eles avaliam o desempenho da economia com parâmetros que desconsideram as necessidades do conjunto da população e se atermam aos parâmetros da macroeconomia. Mas, para os que ainda se referendam nas idéias socialistas, evidentemente, há uma "questão de poder" no país, que precisa ser resolvida.

## **6. A Questão Agrária e a Reforma Agrária Como Uma Questão de Poder no Brasil**

Se há uma coisa que evidencia a questão de poder no Brasil atual é a questão agrária no Brasil e só há um meio de resolvê-la: alterando a atual estrutura econômica mediante uma reforma agrária. Isto consiste fundamentalmente na destruição do poder das forças que hoje dominam o mundo rural e impõem uma dinâmica agrícola perversa; e em sua substituição por outras forças aptas a imprimir uma dinâmica econômica e ambientalmente mais equilibrada e socialmente mais justa. Substituir os poderes existentes no campo por novos poderes constitui a essência mesma dos processos de reforma agrária. Contudo isso hoje implica tam-

---

### **A força do agrobusiness é hoje o motor da vida rural no Brasil, alterando substancialmente o atual perfil de distribuição da propriedade da terra.**

---

bém em mudança do governo federal e a construção de um novo modelo econômico pois Lula abandonou completamente a política de Reforma Agrária, tornando-a uma política residual e de assistência social e não numa política de desenvolvimento nacional.

Dado que atualmente o poder maior no campo está em mãos das agroindústrias, que são totalmente apoiadas pelo governo federal, a ponto do presidente da República chamar os usineiros e outros agentes do agronegócio de "Heróis", percebe-se que a reforma agrária, enquanto política que consiste essencialmente na distribuição entre a população rural de terras concentradas em mãos de um reduzido número de grandes empresas agrícolas, não está avançando de forma intencional e proposital.

A concentração da propriedade da terra está na base do sistema de dominação cuja cúpula são a grande agroindústria, os usineiros, os produtores de grãos e de carne para exportação. A extraordinária concentração da propriedade da terra gera uma população destituída de qualquer possibilidade de sobrevivência sem depender dos favores dos mesmos que controlam a vida econômica e política. Dos mesmos segmentos que hoje impõe ao governo Lula sua vontade e projeto de sociedade.

A força do agrobusiness é hoje o motor da vida rural no Brasil, alterando substancialmente o atual perfil de distribuição da propriedade da terra. Essa relação econômica de caráter conservador e predatório gera uma inércia que bloqueia todo e qualquer esforço de melhorar o padrão de vida da população e de aproveitar todas as possibilidades de criação de riqueza que o desenvolvimento das forças produtivas no campo já permite.

Para desbloquear essa situação indesejável, é preciso vencer a dominação da grande empresa agrícola sobre a população do campo; construir governos que verdadeiramente estejam em consonância com as aspirações do homem do campo, das classes sociais mais deprimidas e num grave quadro de exclusão. Isso hoje ainda



é uma utopia, um projeto para o futuro, mas uma necessidade premente se o Brasil quiser ter alguma autonomia no mundo globalizado.

Mas, obviamente, hoje, a reforma agrária não significa mais apenas desconcentração fundiária, pois abrange igualmente medida para desmontar o modelo agrícola produtivista vigente e a necessidade de substituí-lo por um modelo equilibrado econômica, social e ecologicamente. E isso está a anos luz da tendência atual de confundir reforma agrária com assentamento rural. O assentamento é apenas um dos elementos constitutivos de uma reforma agrária, ao lado, por exemplo, da instalação de políticas de crédito, infra-estrutura e outras políticas públicas para o homem rural, que assegurem sua saúde, acesso a bens culturais e tecnológicos. Transformar assentamentos em sinônimo de reforma agrária faz parte da luta ideológica destinada a despoliticizar o debate da questão agrária e retirar a reforma agrária da agenda política do país.

## 7. As Dificuldades da Reforma Agrária

O exame da contradição básica do capitalismo brasileiro nos dias de hoje demonstram que a evolução negativa da situação atual aponta para a configuração de dois cenários.

---

### O assentamento é apenas um dos elementos constitutivos de uma reforma agrária

---

O primeiro deles mostra que o capitalismo já está enfrentando – e enfrentará com mais intensidade no futuro – uma força desagregadora, que aponta para a barbárie.

Essa força, alimentada pelo desespero de populações completamente marginalizadas pelo modelo agrícola vigente, já está dando vários sinais de existência. São os saques de caminhões de alimentos nas estradas do país e são os bandos de criminosos organizados, ligados ao narcotráfico, que já foram identificados em várias regiões, especialmente nas zonas de fronteira e no Nordeste do país. A tendência é que o crime organizado substitua a dominação do tradicional chefe político sobre as populações locais. Quarenta anos atrás, um prognóstico assim, na Colômbia, provocou o mesmo desdém com que este é recebido nos meios acadêmicos e entre muitos “especialistas” em problemas do desenvolvimento agrícola em nosso país.

A outra força que desponta é o movimento reduzido, mas extremamente combativo dos trabalhadores rurais sem terra, ao lado do movimento, também reduzido mas igualmente combativo, dos pequenos agricultores familiares. Ambos ainda têm inúmeros problemas, mas, gradativamente vão construindo uma proposta de organização capaz de fazer a crítica radical ao processo de modernização conservadora das elites e se desligar dos governos que traem seus princípios e programas partidários.

Esses grupos – constituídos, em sua maioria, por membros expulsos do setor agrário familiar – conseguem mobilizar contingentes pequenos, porém radicalizados, da população marginal do campo, realizam ações contestatórias no limite da legalidade e conseguem grande repercussão nos setores de classe média das cidades, cada vez mais esmagados sob o peso do arrocho salarial, perda do poder de compra e violência inerente ao sistema econômico e político.

Segundo o Prof. Plínio Arruda Sampaio, especialista na questão agrária brasileira, não há porque deixar de ver nesse fato um potencial dialético e capaz de desdobramentos futuros significativos para a transformação da realidade atual. De acordo com esse professor nas condições objetivas do Brasil do



ano 2008, a contradição básica no campo brasileiro é a que opõe a força da agroindústria e a grande empresa agrícola à população rural sem terra ou com pouca terra. Estes segmentos do campo não vêem outra saída para a situação de miséria em que se encontram senão reivindicando um novo modelo agrícola, baseado em uma ampla distribuição da terra entre a população rural. Para Plínio Arruda Sampaio o fato de que esses movimentos atinjam atualmente uma parcela reduzida da população rural não contradiz a possibilidade de que venham a converter-se no pólo contestador do capitalismo agrário brasileiro.

Entretanto, é preciso perceber que muitas organizações dos trabalhadores rurais sem terra ou pequenos agricultores estão sob a hegemonia de grupos lulistas e que não fazem o enfrentamento direto com o governo Lula, o que enfraquece enormemente a possibilidade de fazer da luta pela reforma agrária um dos eixos centrais da transformação social do país. Embora muitos setores ditos de esquerda já não tenham mais a política de Reforma Agrária hoje como uma política estratégica de desenvolvimento é preciso reafirmar que essa política ainda constitui, tanto do ponto de vista do seu efeito na economia como do ponto de vista da arregimentação de forças para der-

rubar a dominação burguesa uma política estratégica para o PSOL.

O grande historiador Sérgio Buarque de Holanda afirmou: "Como esperar transformações profundas em um país onde são mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar? Enquanto perdurar intactos e, apesar de tudo, poderosos,

---

**Um dos pontos mais frágeis do PSOL hoje é sua inserção política entre os trabalhadores rurais**

---

os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas terão de ser superficiais e artificiais". Esta afirmação continua válida na conjuntura atual do Brasil até porque, apesar das aparências que enganam os menos avisados, a realidade rural daquela época não mudou substancialmente e agora está até se aprofundando ainda mais.

As transformações que vêm modificando profundamente a realidade econômica, social e

política do país não alteraram o latifúndio, a super-exploração do trabalhador rural e a forte subordinação do governo federal às estratégias empresariais internacionais. No atual modelo econômico e político as políticas públicas para o campo perdem expressão porque o governo de Lula atua apenas para garantir as condições macroeconômicas favoráveis à entrada de capitais e de investimentos estrangeiros. A política econômica é um instrumento para atrair e propiciar um novo processo de concentração e de internacionalização de capitais e ele também acha que a questão da Reforma Agrária não é mais uma necessidade do povo brasileiro.

Nos últimos anos as alternativas apresentadas pelo governo de Lula e empresariado estão articuladas aos interesses econômicos de poucos grupos que consideram mais importantes a elevação da competitividade comercial, da exportação de alimentos, agro-combustíveis e outros produtos primários do que garantia de políticas públicas para o campo, com qualidade, garantia dos direitos básicos dos trabalhadores e a sustentabilidade.

Um dos pontos mais frágeis do PSOL hoje é sua inserção política entre os trabalhadores rurais, portanto é fundamental que nos processos eleitorais municipais e fora deles



---

**é preciso que o PSOL  
e seus militantes  
pensem naquilo que  
é ecologicamente  
sustentável**

---

nós sejamos capazes de apresentar alternativas de políticas públicas concretas aos trabalhadores rurais, pois grande parte dos municípios do Brasil tem fortes ligações com a questão do campo ou poderiam melhorar a sua qualidade de vida a partir de políticas públicas ligadas a ele. Nesse momento de apogeu da hegemonia lulista-liberal os elementos de esgotamento, de insustentabilidade, estão se agravando como nunca, ao ponto da própria Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente pedir para sair. Por isso, mais do que nunca é preciso que o PSOL e seus militantes pensem naquilo que é ecologicamente sustentável, ou seja, naquilo que é possível, durável, realizável e não ameace a vida, o bem estar coletivo e o meio ambiente.

Infelizmente o Brasil tem sido administrado de acordo apenas com os interesses do capitalismo globalizante neoliberal e isso tem gerado uma tendência de falência das políticas públicas porque o Es-

tado vem atendendo basicamente os interesses de alguns grupos sociais. Sob o neoliberalismo globalizante a economia implementada não garante um estado de direito e conteúdo de estado do bem estar social.

### **8. Os Desafios do PSOL na Atual Conjuntura.**

Esse pequeno esboço da realidade sócio-econômica do Brasil quer demonstrar porque lutar pela democratização das políticas públicas e fazer avançar os espaços administrativos municipais é fundamental. Cabe aos militantes do PSOL discutir, debater e vislumbrar saídas para o modelo de desenvolvimento que temos. Nos próximos anos enfrentaremos uma realidade de aprofundamento da crise nas políticas públicas do país com possibilidades reais de agravamento das condições econômicas dos trabalhadores em geral e principalmente a falta de qualidade de vida da população. O PSOL será chamado a intervir de forma qualificada nessa conjuntura com capacidade de apresentar propostas alternativas de administrações municipais e intervenções qualificadas nos parlamentos e na Assembléia Legislativa. Temos que nos preparar para essa tarefa histórica.

Não podemos esquecer nunca que além de nossa luta pes-

soal, de classe e das organizações a que fazemos parte, que o Estado também tem seu papel na garantia de um mundo mais justo. Embora não tenhamos ilusões de que faremos o socialismo no município, nem à frente do aparelho burocrático administrativo burguês é preciso ir criando condições de melhoria da qualidade de vida de nosso povo. Nesse sentido, o papel do Estado é ser o grande artífice da construção e implementação de modelos econômicos, políticos e sociais auto-sustentáveis.

---

**O cenário político  
brasileiro atual  
mostra-se  
caracterizado  
por uma falência  
dos mecanismos  
tradicionais**

---

Cabe a todos nós lutarmos pela efetivação e funcionamento de uma sociedade mais justa socialmente e ambientalmente mais equilibrada. Essa será a grande tarefa do PSOL nos próximos anos do século XXI, que iniciou com o brilho do SOL da esperança, que enfrenta a escuridão neoliberal que um dia há de passar.



Mas a esperança do Sol de um novo dia não pode ser acomodada, resignada pela espera. Nossa esperança deve ser uma esperança militante, uma esperança calcada na luta e na organização do povo. Essa é a grande tarefa histórica do povo. Para que um dia todos nós possamos festejar no campo e nas cidades a construção de um país justo, socialista e realmente democrático teremos que dar mais uma vez nossa parcela de sacrifício, luta, dedicação, esforço e militância.

O cenário político brasileiro atual mostra-se caracterizado por uma falência dos mecanismos tradicionais, entre os quais, os partidos políticos, que, para a população, não passam de máquinas montadas para favorecimentos pessoais, enriquecimento ilícito, falcaturas e enganação. Os programas partidários são rasgados quando se chega ao poder e as máquinas partidárias abrigam verdadeiras quadrilhas prontas a assaltar o erário público.

A expertise do PT, que durante muito foi uma reserva moral e pregava a ética na política e a necessidade de construção de uma verdadeira revolução social no Brasil, perdeu-se com o cooptação capitalista e adoção das mesmas práticas políticas nefastas, criminosas, excludentes e que es-

tão conduzindo o país à mais vexatória submissão ao imperialismo e neocolonização cultural, econômica e política.

A manutenção do modelo macroeconômico assentado nas políticas neoliberais globalizantes, nas políticas compensatórias e na desarticulação dos movimentos sociais e sindicais combativos e clas-

---

**O povo brasileiro não  
aceita mais que 27%  
dos jovens brasileiros  
entre 15 e 24 anos  
não possam estudar  
nem trabalhar**

---

sistas somados à política de aliança conservadora e aos de financiamento de campanhas com o aparelhismo do Estado praticadas pelo new PT levaram esse partido a situações de verdadeiro gangsterismo político e compromete o destino de milhões de pais de famílias no Brasil.

Todo esse quadro de acontecimentos só aumentou o desencanto de ampla maioria da população com a política e reforçou no senso comum que todos os partidos são iguais, sem exceção, onde a corrupção, o

carreirismo político e o alpinismo social são os únicos objetivos a se perpetuar.

A traição e prepotência do PT, de seu envolvimento com o brutal esquema de corrupção do mensalão, da sobrevivência a oligarquias falidas, da farras com o dinheiro público no uso dos cartões corporativos, das violações políticas aos seus Estatutos e Programas, a expulsão de suas fileiras dos que resistiam aos equívocos políticos e se negavam a votar nas reformas neoliberais, o que há de mais podre e degenerado na política nacional e a hegemonia lulista tem hora e data para acabar, será o último dia do governo Lula.

O PT subestimou a capacidade de discernimento do povo tocantinense e brasileiro e achou que poderiam perpetuar por muito tempo o projeto de manutenção do poder a qualquer custo. Mas esse tipo de política imoral, rasteira, anti-socialista e antiesquerda chegarão ao fim. A degradação da política, a impunidade, a corrupção, a violação de direitos, os acordos espúrios, os financiamentos de campanha escusos e a falta de uma ética qualificada na política levaram o PT a adotar a Realpolitik como único caminho e a um enquadramento total na lógica perversa da política institucional e será a chave do fracasso e fim do governo Lula.



O povo brasileiro está cansado da corrupção, da violência, dos mais altos índices de exploração sexual infantil, da morte de meninos e meninas nas mãos do narcotráfico, antes de alcançarem a maioridade. Que a saúde, a reforma agrária e a maioria das políticas públicas sejam sucateadas, enquanto os banqueiros embolsam o esforço do povo trabalhador.

O povo brasileiro não aceita mais que 27% dos jovens brasileiros entre 15 e 24 anos não possam estudar nem trabalhar. Que juizes sejam simples executores das políticas governistas; que senadores da república mantenham trabalho escravo em suas fazendas e continuem impunes. Que a grilagem de terras e os latifúndios continuem avançando, que os poderosos do agonegócios, das agroindústrias e empreiteiras continuem dando as cartas para os governos estaduais e do ex-operário, que agora toma chá com a rainha da Inglaterra e come churrasco com Bush.

Muitos não acreditavam ser mais possível criar um novo partido de Lutas, de Resistência ao Neoliberalismo, que acumulasse para uma perspectiva de esquerda. De uma esquerda autêntica que não se vende não se rende e não se entrega ao neoliberalismo. Muitos diziam que a candidatura de se-

nadora Heloísa Helena não representaria os setores sociais mais avançados dos trabalhadores e que o PSOL seria inviável e inconseqüente e um partidinho típico dos anos 60. Mesmo assim, conseguimos ter um desempenho histórico nas

---

**os partidos ditos de  
esquerda competem  
com os tradicionais  
na questão de quem  
consegue ser melhor  
administrador das  
prefeituras nos marcos  
da democracia formal**

---

eleições presidenciais, sem recursos financeiros, sem estrutura militante ampla, sem coligações conservadoras tivemos a coragem e a ousadia de lançar candidaturas socialistas e dizer que não há alternativas políticas para o Brasil com financiamento de campanhas espúrias, coligações com partidos ou personalidades tradicionalmente de direita e com um passado de perseguições aos trabalhadores.

Ao termos a coragem de dizer que com assistencialismo, bolsas esmoladas e transforma-

ção do Brasil em mero corredor de exportação não se constrói uma nação, plantamos a semente da consolidação do PSOL como um partido revolucionário. Quando dissemos que não valia a pena "vender a alma ao diabo" na perspectiva de arrebanhar votos e conseguir mandatos lançamos a luz na escuridão política do país. Quando dizemos que a covardia e o medo não podiam vencer a esperança, que um outro Brasil é possível viabilizamos a existência de um partido popular, alternativa política real e vocacionado a disputar o verdadeiro poder desse país.

Por isso, não podemos desanimar, não podemos permitir de forma alguma que o Partido fracasse ou trilhe os mesmos caminhos da desvirtuação do PT. A criação do PSOL, foi realizada para fugir aos percalços desta lógica do poder a qualquer custo, nem que para isso se resuscite figuras tarimbadas da direita brasileira, aqueles responsáveis pelo atraso, pela negociata, como Sarney, Jader Barbalho, Edison Lobão. Não se pode correr o risco de se afirmar, recuperando o inimigo, que "os usineiros são importantes para o desenvolvimento do país". Não podemos, portanto, entrar na lógica de ganhar, neste próximo pleito, a qualquer custo, de buscar a política da conciliação formal e informal, com a desculpa simplista de que o cenário municipal não pode ser



confundido com o nacional. Temos que nos distanciar dos partidos da base aliada do governo Luiz Inácio da Silva, dos partidos conservadores. Como poderemos sustentar a afirmação de que somos diferentes em nossos projetos se fizermos campanha para os inimigos do povo e seus interesses.

Devemos apoiar o nosso programa e o nosso estatuto, de modo a definir a nossa identidade no atual cenário, sem concessões ao status quo, o que significaria a nossa "petização" prematura e, conseqüentemente, a nossa inatência enquanto partido socialista, crítico radical de uma democracia meramente formal, onde os partidos ditos de esquerda competem com os tradicionais na questão de quem consegue ser melhor administrador das prefeituras nos marcos da democracia formal.

Se quisermos que o PSOL seja realmente um partido socialista, vocacionado a disputar o poder e, mais do que isto, ser um instrumento nas mãos dos desprivilegiados a fim de que, em um primeiro momento, possamos, democratizar de modo radical a política, possibilitando uma verdadeira educação política do povo, a partir da reivindicação e consolidação de direitos fundamentais, não podemos acertar a lógica simplista de apenas disputar eleições após eleições, mas cons-

truir uma ferramenta de lutas da classe trabalhadora, capaz de nos próximos anos avançar na organização do povo e de suas lutas.

Assim, sabedores que não se faz um socialismo nos limites de uma prefeitura, mas, ao mesmo tempo, cientes que

---

**O conhecimento da realidade local é um dos instrumentos fundamentais, mas deve estar aliado a uma leitura crítica e socialista.**

---

pode ser um bom momento de consolidação de nossas propostas, mais do que partidárias, ideológicas, devemos enfrentar os graves problemas que afligem os municípios brasileiros, destacando-se aqueles referentes ao transporte público (combatendo a máfia e o monopólio das empresas), à questão habitacional (combatendo a especulação imobiliária, a favelização das cidades, estabelecendo contato permanente com os movimentos sociais a fim de consolidar um plano urbano democrático), à educação (combatendo o desmonte

das escolas públicas, com o arrocho salarial dos docentes, o desrespeito aos alunos, à falta de inserção das escolas na comunidade do discente, a democratização das instâncias escolares), à saúde (problema este de gravidade atroz no Brasil, com hospitais e postos superlotados, falta de respeito aos cidadãos, principalmente os idosos, falta de estrutura etc.), à questão do trabalho e do desemprego (a falta de uma política de geração de empregos nos municípios).

Se quisermos fazer o povo perceber a verdadeira necessidade de construção de um Estado operário temos que começar a evidenciar o quanto as estruturas de poder no país estão a serviço do grande capital, demonstrando inclusive que muitas prefeituras dão total benefício aos grandes projetos, como o agronegócio, os parques industriais e dispensa total falta de apoio efetivo aos pequenos negócios. Temos que demonstrar que a falta de uma política agrária de efetivação de cinturões verdes nos municípios como forma de baratear os preços dos produtos agrícolas etc, leva a uma piora na qualidade de vida nas cidades. Devemos demonstrar que a questão de infra-estrutura (com ênfase no saneamento básico, no tratamento, armazenamento, reciclagem do lixo), à questão ambiental (com preocupação com a qualidade de



vida dos cidadãos) são fundamentais para fazer avançar os indicadores do desenvolvimento humano.

Todos estes temas devem ser alvos de preocupação, mas com uma postura diferenciada na perspectiva de construir canais de participação ativa dos cidadãos, envolvendo-os na discussão e proposição de soluções destas questões e deixando em aberto a reivindicação de outros pontos referentes à dinâmica e às peculiaridades de cada zona de habitação.

A consolidação do PSOL, com a eleição dos vários Diretórios Municipais, com a eleição de vereadores e prefeitos é apenas o segundo passo de nossa caminhada, por isso devemos ter em mente nossos grandes desafios. Em primeiro lugar, pensar em nossa inserção real na maioria dos municípios, pois um partido não se faz apenas de reuniões internas, mas deve se alimentar das questões fundamentais do município (algumas delas já mencionadas).

O conhecimento da realidade local é um dos instrumentos fundamentais, mas deve estar aliado a uma leitura crítica e socialista. Além disso, este conhecimento não pode ser feito numa perspectiva de promoção individual, mas deve ser uma ação coletiva, onde nossos olhares diversos, nossas

percepções variadas fundamentam a leitura psolista dos problemas municipais. A preocupação com a formação política é com a ampliação de nossos filiados, atraindo os vários segmentos da sociedade civil, comprometidos com uma política democrática de esquerda é fundamental. Somos sabedores que esta formação é fundamental, principalmente pelos percalços dos primeiros tempos, onde tivemos que lutar contra práticas personalistas, demagógicas e individualistas. As eleições devem ser inclusive um espaço de aprendizagem e de formação política.

Devemos ter claro que, a militância em um partido socialista como o PSOL exige de cada um de seus militantes e candidatos conhecimento, formação, coragem, dedicação, empenho e resistência. Não devemos cair na bobagem de afirmar que ser socialista é lutar pelo social. O PSOL não tem dono(s), não tem chefe, nem cacique político. Nós temos é uma direção coletiva, quadros que estão ocupando funções partidárias e que devem estar vigilantes a fim de que não haja equívocos mortais. A tentativa de transformar o PSOL em mais uma sigla meramente eleitoral deve ser evitada. O respeito pela coerência de nosso programa deve ser o nosso guia.

---

**Paulo Henrique Costa Mattos** - presidente do PSOL-TO.





## G-20, FMI E O ERRO DE POLÍTICA EXTERNA DE LULA

Reinaldo Gonçalves

A reunião do G-20, concluída em 2 de abril de 2009, é mais um exemplo da irrelevância de reuniões internacionais em tempos de "farinha pouca meu pirão primeiro" e dos erros de política externa do governo Lula. O G-20 foi criado em 1999 e tem como países-membros a locomotiva do sistema econômico internacional, as sublocomotivas, bem como os vagões de 1ª classe e classes inferiores (ver Quadro 1).<sup>1</sup> São 19 países e a União Européia tem representação própria.

A análise do comunicado final do G-20 mostra que há poucas diferenças marcantes em relação ao comunicado da reunião de 11 de novembro de 2008. Entretanto, há compromissos específicos de fortalecimento de organizações multilaterais retrógradas e imposição a alguns países em desenvolvimento do compartilhamento dos custos de contenção da crise global. E, o que é pior, Lula comete mais um erro de política externa ao concordar com a revitalização das instituições falidas de Bretton Woods.

Como a grande maioria dos comunicados finais de reuniões

internacionais em momentos de crise, o comunicado de abril do G-20 é repleto de banalidades. Lugares-comuns estão presentes nas diretrizes estratégicas bem como nas promessas de ações futuras. Neste último, não há compromissos específicos que envolvam recursos e cronogramas.

O comunicado do G-20 menciona genericamente objetivos de recuperação da confiança e do crescimento econômico, solução da crise financeira, promoção do comércio internacional, e construção de "uma recuperação inclusiva, verde e sustentável". Estas diretrizes não implicam compromissos políticos de maior relevância. Isto não significa total ausência de acordos. Dentre os acordos que têm compromissos específicos cabe destacar: ajuda externa de US\$ 50 bilhões para os países com mais baixo nível de renda e financiamento em termos concessionais de US\$ 6 bilhões a partir da venda de ouro que faz parte das reservas do FMI. No que se refere à primeira proposta, parece que os US\$ 50 bilhões não implicam acréscimo de ajuda externa e, sim, um novo patamar. Não é revelado o acréscimo relativo, nem

metas de ajuda externa referenciadas, por exemplo, ao PIB dos países doadores. Os recursos provenientes do FMI (US\$ 6 bilhões) são pouco expressivos para os países em desenvolvimento; na realidade, são ridículos.

### FMI: voo de Fênix

A revitalização do FMI, apoiada pelo governo brasileiro, significa verdadeiro voo de Fênix para uma instituição multilateral decadente que estava condenada à extinção. Como Fênix – pássaro da mitologia grega que morre, entra em auto-combustão e, em seguida, renasce das cinzas –, o FMI parece mais uma vez levantar voo se as medidas destacadas no comunicado do G-20 forem efetivamente implementadas.

No comunicado do G-20 há um conjunto específico de compromissos que envolvem diretamente o funcionamento dos sistemas monetário e financeiro internacional. No que se refere ao primeiro, o foco é a ampliação dos recursos do FMI, bem como compromissos em aberto de reforma da governança des-



**Quadro 1****G-20: Locomotiva, sublocomotivas e vagões**

Locomotiva: EUA

Sublocomotivas: Alemanha, França, Grã-Bretanha, Japão, Itália

Vagões de 1ª classe: Austrália, China, Canadá

Vagões de 2ª classe: Índia, Coreia do Sul

Vagões de 3ª classe: Rússia, Arábia Saudita

Vagões de 4ª classe: Brasil, Argentina, África do Sul, Indonésia

Vagões de 5ª classe: México, Turquia

Obs.: A União Europeia tem representação própria.

ta instituição-chave do sistema monetário internacional. Os recursos direcionados ao FMI seriam da ordem de US\$ 750 bilhões, sendo que US\$ 250 bilhões seriam comprometidos no curto prazo a partir da subscrição do capital do FMI, inclusive, por países em desenvolvimento. Vale notar que a locomotiva (EUA) e as sublocomotivas (com exceção do Japão) não fizeram manifestações explícitas de contribuição. O restante dos recursos (US\$ 500 bilhões) seria proveniente da alocação de Direitos Especiais de Saque (DES – moeda escritural do FMI, US\$ 250 bilhões) no médio prazo, expansão de linhas de financiamento com subscrição e empréstimos no mercado financeiro internacional. A reforma da governan-

ça do FMI seria discutida nos próximos dois anos, dando continuidade a um processo de discussão que tem um quarto de século. O compromisso é discutir propostas no início de 2011.

Estes compromissos significam, de um lado, que os países desenvolvidos estão transferindo para os países em desenvolvimento parte dos custos do ajuste que muitos países em desenvolvimento têm que fazer como resultado da crise econômica global. Estes ajustes decorrem também da vulnerabilidade externa de países em desenvolvimento que foi gerada por erros próprios de estratégia e política econômica. Vale notar, entretanto, que boa parte destes erros deriva da aceleração por parte des-

tes países das diretrizes oriundas dos governos dos países desenvolvidos (veja, por exemplo, o famigerado Consenso de Washington) e impostas pelos próprios organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial.

Tomemos o exemplo do México, que se tornou um vagão de 5ª classe no sistema econômico internacional a partir da decisão de 1994 de criação do NAFTA (Acordo de Livre Comércio das Américas) que atrelou irremediavelmente a economia mexicana à economia-locomotiva (EUA). Mais uma vez, o México quebra e recorre ao FMI. Exemplo no atacado pode ser dado no caso dos países da Europa Central e Oriental que, após a ruptura do bloco comunista, envolveram-se em trajetórias capitalistas marcadas pela exclusão social, desigualdade econômica e vulnerabilidade externa. Muitos destes (Polónia, Hungria, etc.) já estão "passando o pires" no FMI.

De outro lado, alguns países em desenvolvimento estão dispostos a contribuir recursos para o FMI com o intuito de aumentar seu poder de voto na instituição. Lula anunciou que o governo brasileiro estaria disposto a contribuir com US\$ 10 bilhões, mais de 5% das reservas internacionais do país. O objetivo desta contribuição seria, além do aumento do poder de voto, influenciar na reforma do FMI no sentido de "democratizar" o processo



de decisão e flexibilizar o sistema de condicionalidades associado aos empréstimos do Fundo.

## Governo Lula: mais um erro na política externa

A estratégia do Governo Lula deve ser criticada a partir de inúmeros argumentos. O primeiro é o custo de oportunidade do uso de US\$ 10 bilhões. É evidente que o país tem um conjunto imenso de oportunidades de investimento com benefício social muito maior do que algum benefício derivado da subscrição de cotas do FMI.

O segundo argumento é que a eventual contribuição de US\$ 10 bilhões não implica ganho significativo de poder de voto do Brasil. Atualmente, o Brasil tem 1,38% dos votos do FMI pois o país tem US\$ 4,5 bilhões do capital do Fundo (total de US\$ 321 bilhões). Ademais, não faz sentido adquirir mais poder de voto em uma instituição falida.

O terceiro argumento é que as instituições de Bretton Woods, com destaque para o FMI, estão seriamente em crise. Há décadas, inúmeras têm sido as manifestações para o fechamento do FMI. Dentre as mais recentes, vale destacar a do prêmio Nobel, Edward Prescott, legítimo representante do *mainstream* e do *establishment* (ver Quadro 2). O fechamento do FMI (e também do sistema Banco Mundial) vem acompanhado,

por exemplo, da proposta de que os recursos destes organismos caquéticos seriam transferidos para um Fundo de Desenvolvimento Mundial, fora do controle dos governos, para financiar projetos com impacto social e focados nos interesses da classe trabalhadora.

Há praticamente consenso global a respeito da ineficácia do FMI (Leaver e Seabrooke, 2000, p. 97). Conforme afirma um economista norte-americano: "O Fundo está sob ataque tanto dos países do Norte quanto do Sul. No Sul ele é visto como 'guardião dos interesses dos credores internacionais', visto que impõe políticas sobre os governos dos países do Sul, políticas essas que não somente causam devastação social mas também solapam as bases do desenvolvimento econômico." (Evans, 2002). Esse autor afirma, ainda, que nos países do Norte, o Fundo é visto como responsável por práticas que induzem ao "risco moral", ou seja, governantes abusam de políticas irresponsáveis e oportunistas que geram crise cambial e, como mecanismo de proteção, recorrem ao FMI.

O resultado dos fatos acima é que "a menos que o FMI seja bem sucedido no sentido de redefinir seu papel de forma a gerar maior legitimidade política, o Fundo está em perigo de se tornar marginalizado, tanto econômica como políticamen-

te." (*Ibid*). Na realidade, há décadas acumulam-se críticas quanto à atuação do FMI (Killick *et al.* 1984; Eahag, 1983). O fato é que há consenso a respeito do mal funcionamento do Banco Mundial e, principalmente, do FMI (Cavanagh *et al.*, 1994; IFG, 2002). Atualmente, há três visões distintas sobre o futuro das instituições "caquéticas" de Bretton Woods (Gonçalves, 2005).

A primeira é a chamada visão da extinção pela senilidade que, de modo geral, é encontrada nos Estados Unidos e na Europa. Segundo esta visão, o FMI e o Banco Mundial são organizações que criam mais problemas do que resolvem e custam recursos escassos dos contribuintes europeus e norte-americanos. Ao fim e ao cabo, estes recursos são usados para resgatar elites incompetentes e corruptas de países em desenvolvimento. Neste sentido, a implicação básica é deixar estas organizações morrerem à mingua ou caírem de podre, deixadas ao seu próprio destino mediocre.

Na medida em que os efeitos negativos das políticas, principalmente, do FMI tornam-se mais evidentes, um número cada vez menor de governos tenderá a usar os seus recursos ou, então, a clientela do FMI tenderá a ser marcada pelas síndromes de "latino-americanização" ou "africanização". Essas síndromes caracterizam-se por crises cambiais e sistêmicas recorrentes.



## Quadro 2

### Prêmio Nobel recomenda o fechamento do FMI e Banco Mundial

"O economista americano Edward Prescott, vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2004 afirmou que o FMI e o BIRD [Banco Mundial] mais atrapalham do que ajudam a economia mundial e sugeriu a extinção dos dois organismos".

"Talvez fosse melhor simplesmente acabar de uma vez com o FMI, o Banco Mundial e estas outras instituições. Elas parecem mais um instrumento de política externa do que uma verdadeira contribuição à economia mundial - disse Prescott na entrevista à BBC Brasil".

Fonte: O Globo, 11 de novembro de 2004, p. 35.

Dentre os defensores desta visão estão, por exemplo, figuras políticas vinculadas ao Partido Republicano nos Estados Unidos. Entretanto, quando esse partido chega à Casa Branca, suas lideranças descobrem que o FMI e o Banco Mundial são instrumentos de política econômica externa. Isto é, essas instituições multilaterais são usadas para "enquadrar" países em desenvolvimento mergulhados em crises cambiais. O governo democrata de Obama, por seu turno, parece ter aprendido com os republicanos, inclusive, aqueles que fazem parte do seu governo.

A segunda visão é a da *reforma turbinada*. A idéia central é afrouxar o sistema de condicionalidades do Banco Mundial e do FMI, bem como ampliar os recursos com base na maior contribuição dos países desenvolvidos e na criação de moeda interna-

cional (Direitos Especiais de Saque). Mudanças nas condicionalidades contemplariam a criação de linhas de crédito automáticas (emergenciais), esquemas de perdão de dívida e flexibilização das metas fiscais dos programas do FMI como, por exemplo, a dedução dos investimentos em infra-estrutura. Essa é a posição de inúmeros países em desenvolvimento com relação a reforma do FMI. O governo Lula tem seguido essa posição que, aliás, já foi manifestada por outros governantes brasileiros (*Valor*, 7 de setembro de 2004, p. C1).

Também seguem esta visão aqueles que defendem a inclusão de metas sociais nos acordos do FMI que seriam, na realidade, políticas compensatórias orientadas, por exemplo, para o combate à pobreza. Entretanto, o afrouxamento das condicionalidades pode ser lido, de

modo geral, como a manutenção de exigências básicas relativas à liberalização e desregulamentação. Os principais defensores destas idéias são alguns governos dos países em desenvolvimento, bem como as autoridades de organismos internacionais nos quais esses governos têm alguma influência (e.g., CEPAL e UNCTAD).

A terceira visão, que pode ser denominada de *ruptura institucional*, parte do reconhecimento de que o FMI e o Banco Mundial têm problemas sérios e sem solução. Antes de tudo, deve-se chamar atenção para o erro de concepção. No caso do FMI, trata-se do viés recessivo dos programas de ajuste, bem como da condicionalidade de abertura da conta de capital. No caso do Banco Mundial trata-se da natureza do programa de ajuste estrutural, que exige políticas e reformas orientadas para o livre funcionamento das forças de mercado. Estes são pecados capitais (Chang, 2004).

Ademais, tanto o FMI como o Banco Mundial são instrumentos de política externa dos países desenvolvidos, em geral, e dos Estados Unidos, em particular. Documento recente do Congresso dos EUA (Government Accountability Office, GAO) mostra evidências conclusivas a respeito da intervenção do governo estadunidense no FMI. Segundo esse documento "nada menos do que 67 diretrizes bási-



cas, ditadas pelo governo americano, servem hoje como referência à concessão de empréstimos pelo Fundo." (O Globo, 14 de julho de 2004, p. 21). E mais: "o Departamento do Tesouro continua a manter um processo formal para avançar nas políticas dos EUA no Fundo. Uma tarefa do Tesouro facilita a coordenação entre o Tesouro e o diretor-executivo dos EUA (no Fundo) e identifica antecipadamente oportunidades para influenciar decisões dos membros do Fundo." O documento afirma que "quando o Fundo planeja enviar uma missão a um país, como parte das negociações para um novo programa, ou para uma revisão econômica, funcionários do Tesouro dos EUA se reúnem com técnicos do Fundo encarregados da mis-

são para discutir detalhes – leis, as condicionalidades." Além disso, "cada vez mais o FMI se intromete e passa a exigir providências, em troca de um empréstimo, em áreas que pouco, ou quase nada, têm a ver com o desempenho econômico de uma nação – como a política nuclear e a de direitos humanos, além de dar palpites na política de exportações e também no setor trabalhista." (Ibid).

### Lula: o Yorick do G-20

No que se refere ao sistema financeiro internacional, o comunicado do G-20 menciona a expansão do crédito para o comércio internacional no valor de US\$ 250 bilhões e reforço do capital dos bancos multilate-

rais de desenvolvimento (Banco Mundial, BIRD, etc.) no valor de US\$ 100 bilhões. Há referência específica às agências de financiamento do comércio (os Exim-banks) e às agências de investimento. Muito provavelmente, cada país ampliará o financiamento das suas próprias exportações. No que se refere ao investimento, a maior disponibilidade de recursos provavelmente envolverá, como contrapartida, a aquisição de direitos em setores de interesse (quem sabe, o Pré-sal e os recursos naturais mais importantes no Brasil) com garantia de investimento (acordos de garantia de investimentos), bem como a maior liberalização, desregulamentação e privatização. Ou seja, mais vulnerabilidade externa estrutural na esfera produtiva dos países em desenvolvimento. Quanto aos recursos para os bancos multilaterais, não há menção das fontes de financiamento.

O comunicado do G-20 inclui, ainda, compromissos genéricos acerca da regulação do sistema financeiro internacional. Além da criação de mais um fórum de discussão (*Financial Stability Board*), que muito provavelmente, não terá resultados práticos, o comunicado é explícito quanto à imposição de sanções sobre paraísos fiscais. Entretanto, não se especificam os mecanismos de pressão e sanções (por exemplo, embargos comerciais). Esta manifestação, bem como a aquela referente aos bônus dos executi-

### Quadro 3

#### Brasil: Pagamento de juros ao FMI: 1985-2008 (US\$ milhões)

	Total	Média anual
Lula (8 anos)	3.579.012.701	596.502.117
Sarney	1.873.998.085	374.799.617
FHC	1.597.036.579	199.629.572
Collor	512.312.768	170.770.923
Itamar	55.880.825	27.940.413
Memorando		
Período 1985-2008	7.618.240.959	317.428.707
Lula (8 anos)	3.579.012.701	447.376.588

Fonte: FMI. [www.imf.org](http://www.imf.org)



vos do sistema financeiro, refletem sobremaneira o lado mediático (no sentido de "pouco sério") da reunião do G-20.

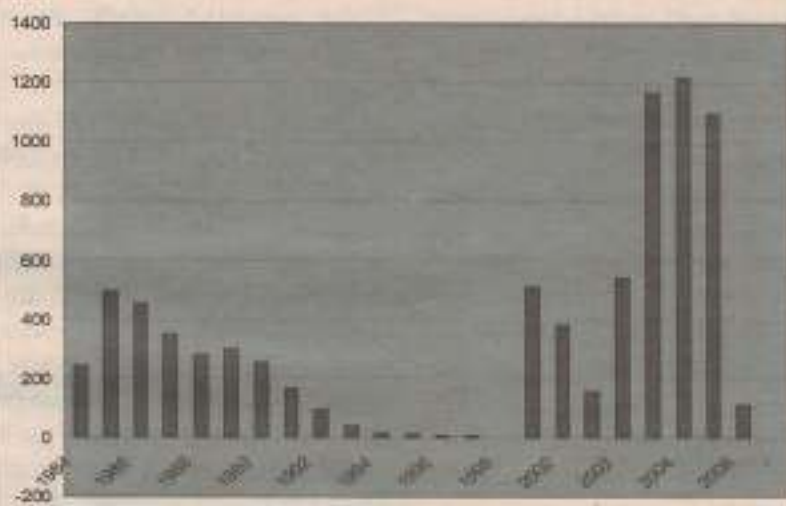
Aproveitando que foi feita referência ao "lado mediático", cabe fazer um comentário sobre a atuação do Governo Lula no G-20. Deixando de lado a questão irrelevante do papel de "bufão global" desempenhado por Lula e que foi destacado na imprensa global e nacional, é lamentável verificar que o país seja capturado pela agenda dos países desenvolvidos. Esta agenda nos leva a "pagar pedágio" para ter presença maior, ainda que irrelevante no FMI – instituição retrógrada que deveria ter sido fechada há anos. Vale notar que o Brasil é o país que mais recursos pediu emprestado ao FMI em toda a sua história. Lula é, provavelmente, o chefe de Estado que mais pagou juros e taxas ao FMI em toda a história do Fundo (1948-2008). No período 2003-08, Lula pagou US\$ 3.579 milhões ao FMI (cerca de US\$ 600 milhões anualmente), no contexto de excesso de liquidez internacional e crescente saldo das contas externas do país (ver Quadro 3 e Gráfico 1).

Cabe destacar que o Brasil é o país que mais pegou recursos junto ao FMI em toda a sua história. No período 1985-2008 o Brasil pagou ao FMI mais de US\$ 7,6 bilhões na forma de juros e taxas. Lula é responsá-

### Gráfico 1

**Brasil: pagamento de juros e taxas ao FMI, 1985-2007**  
(US\$ milhões)

Fonte: FMI. [www.imf.org](http://www.imf.org)



vel pelo pagamento de praticamente a metade destes recursos. Considerando a média anual de pagamentos, Lula é o presidente do Brasil que mais transferiu recursos do país para o FMI na forma de pagamento de juros. De fato, Lula é o governante que é responsável pelo maior nível de endividamento junto ao FMI em toda história das relações do país com o Fundo.

Puro desperdício de recursos escassos para, simplesmente, manter linhas de crédito em aberto! Agora, outro desperdício de recursos a proposta de aumentar a participação do país no FMI feita por Lula. Talvez aqui esteja a chave da expres-

são usada por Obama: "este é o cara"! O "cara" que mantém alta popularidade com péssima governança.

Talvez sejamos levados também a contribuir para bancos multilaterais que têm como foco a liberalização, desregulamentação e a privatização.<sup>3</sup> Ou seja, os atuais grupos dirigentes brasileiros – candidatos a Bismarcks dos trópicos que pensam influenciar a geopolítica internacional – desperdiçam recursos escassos (além das passagens e diárias) que poderiam estar sendo aplicados em educação, saúde, infraestrutura, segurança e reconstrução institucional do país.



Provavelmente, a rainha Elizabeth ao se encontrar com Lula, tenha se divertido lembrando do Atto V de Hamlet, quando o príncipe da Dinamarca encontra o primeiro coqueiro e se depara com o crânio de Yorick, o babo do rei. A passagem de Lula por Londres deixou uma grande inquietação: quem melhor descreve Yorick: o primeiro coqueiro ou Hamlet? O fato é que de Yorick só sobrou o crânio enquanto o reino da Dinamarca apodreceu. Pobre o país que tem o "bufão global" à frente de um "vagão de 4ª classe" da economia mundial, que se encontra descarrilhado!

## Bibliografia

- BANCO MUNDIAL. *World Development Indicator*, Washington D.C., Banco Mundial, anual.
- CARDIM, F. J. "On the ownership of reform proposals. How social policies found their way into IMF adjustment programs", *Económica*, vol. 3, No. 1, junho, p. 67-94, 2001.
- CARNEIRO, M. L. P. "De joelhos ou de cabeça erguida?", *Unafisco Sindical DS/BH*, mimeo, 2002.
- CAVANAGH, J. et al. *Beyond Bretton Woods, Alternatives to the Global Economic Order*, Londres, Pluto Press, 1994.
- CHANG, H. J. *Chutando a Escada. A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- EICHENGREEN, B. *Crises Financeiras. Análise, Prevenção e Gestão*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 2003.
- ESHAG, E. *Fiscal and Monetary Policies and Problems in Developing Countries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- EVANS, P. "Can the South save the Fund?, Redefining the South's role in the governance of the IMF", trabalho apresentado no Seminário "Regulating Global Institutions", UNRISD, Fórum Social Mundial, Porto Alegre, fevereiro, mimeo, 2002.
- FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real*, São Paulo, Ed. Contratempo, 2ª edição, 2004.
- FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Editora Contratempo, 2007.
- FMI. *World Economic Outlook*, Washington DC: Fundo Monetário Internacional, anual.
- GONÇALVES, R. *Economia Política Internacional. Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.
- GONÇALVES, R. "External vulnerability and the Brazilian economic crisis", *International Journal of Political Economy*, Vol. 30, No. 4, p. 32-49, 2000.
- GONÇALVES, R. "International Financial and Monetary Systems: an assessment from the South", *Finance & the Common Good*, Genebra, No. 6-7, p. 48-50, 2001.
- GONÇALVES, R. *O Banco Mundial no Brasil: da Guerra de Movimento à Guerra de Posição*. Brasília: RedeBrasil, 2009. Disponível: [www.rbrasil.org.br](http://www.rbrasil.org.br).
- IFG. *A Better World is Possible. Alternatives to Globalization. Report Summary*, International Forum on Globalization, 2002.
- KILLICK, T. et al. *The Quest for Economic Stabilisation. The IMF and the Third World*. Londres: Heinemann Educational Books, 1984.
- KRUEGER, A. (2001). "International financial architecture for 2002: A new approach to sovereign debt restructuring", reproduzida no jornal *Valor*, 28 de novembro de 2001, p. A10-11. Disponível: [www.imf.org](http://www.imf.org).
- LEAVER, R., SEABROOKE, L. "Can the IMF be reformed?" In: W. Belio et al. (orgs.), *Global Finance: New Thinking on Regulating Speculative Capital Markets*, Londres, Zed Books, p. 96-113, 2000.
- LICHTENSZTEIN, S., BAER, M. *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Estratégias e Políticas do Poder Financeiro*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- OMC. *Fund Support for Trade-Related Balance of Payments Adjustment*, Genebra, Organização Mundial do Comércio, WTL/565, 7 de maio de 2004.
- UNAFISCO. *Boletim Auditoria Cidadã da Dívida*, Diversos números. Disponível: [www.dvida-auditoriacidada.org.br](http://www.dvida-auditoriacidada.org.br)

## Nota

1 Os documentos do G-20 podem ser encontrados no portal <http://www.g20.org/>.

2 Ver crítica recente sobre a atuação do Banco Mundial no Brasil, Reinaldo Gonçalves, *O Banco Mundial no Brasil: da Guerra de Movimento à Guerra de Posição*. Brasília: RedeBrasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2009. Disponível: <http://www.rbrasil.org.br/>.

**Reinaldo Gonçalves** - professor titular de Economia Internacional da UFRJ e autor do livro (co-autoria com Luis Filgueiras) *A Economia Política do Governo Lula*, Ed. Contratempo, 2007.





## CRISE ECONÔMICA: MECANISMOS DE TRANSMISSÃO EXTERNA E CONDICIONANTES INTERNOS.

Denise Lobato Gentil

A crise que alcançou o país no último trimestre do ano passado parece ter deixado para trás uma fase de crescimento como não se via há muito tempo. A sensação era de que a economia brasileira foi apanhada, por azar, no meio de um círculo virtuoso de expansão apoiado no mercado doméstico que estava proporcionando elevada acumulação de capital e redução das desigualdades sociais. Um conjunto de indicadores de vulnerabilidade vinha progressivamente melhorando desde 2004. A redução da fragilidade da economia brasileira aos choques externos era tida como tranquilizadora e certa. A "blindagem", entretanto, era apenas aparente. Mostrou-se um exagero retórico e, portanto, insuficiente para proteger o país dos solavancos da crise americana. Mais uma vez, o alto grau de inserção financeira não permitiu proteção contra a enorme massa de recursos à disposição da especulação internacional.

O argumento deste artigo é de que, nas análises contemporâ-

neas sobre a crise, há um superdimensionamento dos impactos externos sobre a economia nacional e uma subestimação dos determinantes internos, particularmente dos impactos recessivos da política monetária de juros altos e da política fiscal de superávits elevados. Os mecanismos da política macroeconômica postos em prática no ano de 2008 pelo Copom e pelo Tesouro – embora muito mais pelo primeiro –, tinham um papel intencionalmente conservador e contracionista que, mesmo sem a crise mundial, conduziriam inevitavelmente a economia à desaceleração. Os efeitos da crise externa apenas se sobrepujaram aos inevitáveis impulsos desaceleradores de sequenciais elevações na taxa de juros Selic e do superávit primário superior a 4% do PIB em 2008. O Brasil praticava políticas recessivas no meio de uma hecatombe da economia americana, na contramão das políticas do resto do mundo.

A crise se manifestou através da inversão do movimento

financeiro de capitais com fugas para o centro provocando forte desvalorização cambial. A escassez de liquidez nos países centrais fez com que especuladores e empresas multinacionais vendessem seus ativos nos mercados financeiros e repatriassem seus lucros a fim de fornecer dólares a suas matrizes. O estoque de ativos se transformou em fluxo de capitais. O índice Bovespa caiu de aproximadamente 73000 para cerca de 35000 entre maio e novembro de 2008, uma queda superior a 50%. A consequente desvalorização cambial que se seguiu – o câmbio passou da cotação de R\$1,56 em 30 de julho para R\$2,50 em outubro de 2008 – exigiu substantivas intervenções do Banco Central com a oferta de swaps cambiais e de dólares das reservas para defender o real.

A crise americana, entretanto, não atingiu o sistema bancário brasileiro como ocorreu com outros países europeus e asiáticos. E não atingiu porque o nosso sistema financeiro, há



anos, vinha atrelando sua alta rentabilidade aos títulos da dívida pública doméstica remunerados a juros elevados. E suas operações mantinham-se protegidas por uma política de câmbio sobrevalorizado, promovidos pela autoridade monetária. Os bancos brasileiros dispunham internamente de alternativa mais rentável e se-

---

**O alto grau de  
financeirização dos  
ativos de empresas  
do setor produtivo  
tornou-as reféns  
da crise**

---

gura que os ativos de alto risco e, assim, não se envolveram nos esquemas de hipotecas subprime. Mais da metade das receitas operacionais dos bancos provinha de operações com títulos de renda fixa e derivativos. Assim, aportados na alta rentabilidade proporcionada pelo mercado doméstico, saíram intactos das turbulências da crise mundial. A fragilidade da economia brasileira iria se localizar, portanto, em outra esfera, fora do sistema bancário.

Para muitos analistas o efeito direto do vendaval internacional no Brasil foi pouco profundo

se comparado às crises anteriores de 1998-1999 e 2002. Entretanto, esses mesmos analistas se surpreendem com a rapidez e virulência com que a economia doméstica se desacelerou. Se havia alguma blindagem à crise externa, conforme era amplamente propalado e, portanto, esta crise é mais branda do que as anteriores, o que explicaria o brusco freio no crescimento no último trimestre de 2008?

Muitos avaliam que o principal canal de transmissão da crise americana estaria puramente no plano das expectativas, contaminadas pela deterioração da economia internacional. As empresas e bancos brasileiros, mesmo saudáveis e sem aparente motivo concreto, teriam compartilhado do clima de temor e desconfiança que existe externamente. A percepção de que a crise era muito mais grave e intratável lá fora teria se espalhado de forma exagerada.

Esse fator expectacional sem dívida existe, no caso brasileiro, mas parece não ser o único e nem mesmo o mais relevante determinante da velocidade da queda do investimento e do emprego. Os canais de transmissão da crise externa para a economia nacional foram vários e bastantes concretos. Algumas hipóteses podem ser levantadas.

A primeira delas é a de que parte significativa dos ati-

vos de importantes empresas não-financeiras (ou do setor diretamente produtivo) estava comprometida com operações especulativas típicas de instituições financeiras e, através desse canal, tendem a ser rapidamente afetadas pelos desdobramentos da crise americana sobre a deflação dos ativos financeiros. Houve um forte movimento de queda dos preços de ações na bolsa de valores. Além disso, algumas empresas tinham grande exposição no mercado de derivativos cambiais na expectativa de apreciação do real e sofreram acentuado prejuízo depois da desvalorização do câmbio. Empresas como a Sadia, Aracruz, Votorantim confirmam este diagnóstico. Quando seus ativos sofreram elevada perda de valor houve deterioração de expectativas e redução de sua capacidade de investir, afetando o emprego e a produção.

O alto grau de financeirização dos ativos de empresas do setor produtivo tornou-as reféns da crise. Esse fenômeno vem ocorrendo desde os anos 1980. O gráfico 1 abaixo, demonstra o grande crescimento da participação dos lucros no PIB e a queda na proporção investida do lucro bruto total na economia brasileira (BRUNO, 2008). A contaminação dessas empresas do setor produtivo pela crise de deflação de ativos financeiros era inevitável.



Gráfico 1 – Participação do lucro no PIB e proporção investida do lucro



Outro fator de retração econômica frequentemente apontado é a fortíssima contração global do crédito que teria atingido o país no auge do ciclo de expansão. O fluxo de capitais vindos do exterior se interrompeu no último trimestre do ano, seguido de contração de crédito doméstico pelos bancos. Essa dupla restrição de liquidez teria desencadeado a paralisação dos investimentos. Consumidores deixam de adquirir bens duráveis e empresas ficam sem capital para produzir. A queda da demanda começou a desacelerar a economia real, o crescimento se interrompeu e o desemprego cresceu. Desta forma, a produção industrial (em redução brusca) não se ajustou a uma queda autônoma da de-

manda dos consumidores, que não teria, de fato, acontecido, mas à escassez de crédito do exterior e ao comportamento de pânico dos bancos.

Os repasses externos tiveram uma redução significativa de 70,35% em 2008. A flexibilidade e expansão do crédito doméstico, assim como a redução dos juros básicos, eram decisivas para reverter a contração da produção. A crítica que se faz é de que a política monetária, entretanto, não reagiu a tempo para compensar a parada no fluxo de capitais e a restrição de crédito do exterior.

Analisando-se, entretanto, unicamente pelo lado do crédito, essa hipótese, parece não se

confirmar totalmente quando se investigam os dados. O crédito direcionado se expandiu e atuou no sentido de compensar a redução das operações livres para pessoas físicas e jurídicas a partir de outubro. Para se ter uma idéia da expansão do crédito direcionado, durante 2008 houve aumento nominal de 23,4% das operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Os dados do Banco Central indicam que o estoque global de crédito, medido como proporção do PIB, se expandiu de 34,24%, em janeiro de 2008, para 41,23% em janeiro de 2009 (IPEA, 2008 e 2009). Os recursos livres para pessoa física e jurídica se ampliaram em



todos os meses, inclusive no último trimestre quando os impactos internos da crise mundial se instalaram, assim como também cresceram os recursos direcionados.

Além disso, o Banco Central atuou de forma ativa no sentido de incentivar a oferta de crédito e compensar a redução do fluxo externo. Foram tomadas medidas como a diminuição no recolhimento do compulsório sobre depósitos, retirada da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para operação de empréstimos e financiamentos externos, utilização das reservas cambiais para financiar exportações por meio de leilão de compra de títulos de bancos que financiam o comércio exterior brasileiro, empréstimos diretos do Banco Central a bancos privados em moeda estrangeira voltados exclusivamente para o comércio exterior, repasse de recursos para o BNDES no sistema de pré-embarque e retomada dos leilões de swap cambial.

Todas essas medidas, entretanto, obtiveram apenas efeito parcial. Entre os riscos percebidos pelo sistema bancário, em função da desaceleração da atividade econômica, e a elevada remuneração oferecida pelos títulos públicos, os bancos preferiram a liquidez ou o "empocamento". O spread bancário sofreu uma elevação progressiva a partir de setembro

de 2008 demonstrando as condições mais restritivas do lado da oferta de crédito. Em janeiro de 2009 já havia subido 28,3% com relação à média de janeiro a agosto de 2008.

Assim, parece não ter existido escassez de crédito no Brasil. O problema é, conforme apontou François Chesnay

---

**O spread bancário  
sofreu uma elevação  
progressiva a partir  
de setembro de  
2008 demonstrando  
as condições mais  
restritivas do lado da  
oferta de crédito.**

---

(2009), que o método de política econômica de criar mais e mais liquidez pelos bancos centrais não resolve o problema da crise, embora possa atenuá-lo temporariamente. A amplitude das intervenções tem sido grande, mas parece não haver limites para a criação de capital fictício sob a forma de liquidez para manter o valor do capital fictício já existente.

Outro fator de contaminação da crise externa foram os

resultados produzidos sobre as exportações, que sofreram diminuição expressiva em função de três fatores: retração da demanda mundial, queda dos preços internacionais, particularmente das commodities agrícolas e metálicas, e restrições de crédito externo. Houve redução das quantidades exportadas e dos preços desde maio de 2008. Até fevereiro de 2009 ainda não era possível assegurar se essa tendência havia se invertido. O índice de preços de commodities, em dólar, recuou 51% entre julho de 2008 e fevereiro de 2009, influenciado, sobretudo, pelo forte recuo nos preços do petróleo (IPEA, 2009). Por outro lado, as importações, refletindo o freio da demanda interna pós-crise, junto com a depreciação da taxa de câmbio, também caíram, principalmente por retração nas quantidades. O saldo final desse conturbado período é que, apenas em fevereiro de 2009 houve a interrupção da trajetória de queda contínua no saldo positivo da balança comercial, que já vinha ocorrendo desde maio de 2008 (IPEA, 2009).

O que se pode concluir da avaliação dos dados é que houve três principais impactos da crise internacional sobre as contas externas: 1. a rápida deterioração dos termos de troca – os preços das importações subiram enquanto os preços das exportações reduziram-se de forma persistente a partir de



setembro de 2008; 2. a queda proporcionalmente maior das quantidades exportadas em relação às importadas; e, 3. a progressiva deterioração na conta corrente do balanço de pagamentos, que registrou, em janeiro/2009, um déficit acumulado em doze meses de US\$27 bilhões (IPEA, 2009).

O déficit em conta corrente foi consequência, principalmente, da queda do superávit comercial. Contudo, parte significativa decorreu da remessa de lucros e dividendos pelas filiais das empresas e bancos internacionais para suas matrizes e das remessas pelos investidores de portfólio em ações, com o objetivo de compensar perdas em outros mercados e atender à necessidade de caixa no exterior, em função da escassez de crédito. Este movimento se revelou um importante mecanismo de transmissão da crise sobre as contas externas brasileiras e é reflexo do grau de internacionalização da estrutura produtiva e da abertura financeira.

Quanto à conta financeira do balanço de pagamentos (que registra o fluxo líquido de capitais entre o país e o exterior), após o aprofundamento da crise mundial houve forte saída de capitais no último trimestre do ano resultando em déficits mensais. No acumulado de outubro a dezembro de 2008, a conta financeira regis-

trou déficit de US\$ 21.536 milhões, associado ao contexto de crescente aversão ao risco e preferência pela liquidez em âmbito global. Dois mecanismos explicam esse comportamento de fuga dos investimen-

---

***a fragilidade externa  
foi se aprofundando  
com a tendência de  
déficit na balança  
comercial e com  
as dificuldades de  
financiamento através  
da conta de capitais***

---

tos estrangeiros: a liquidação das aplicações de portfólio no mercado financeiro doméstico e a contração dos créditos externos, inclusive daqueles direcionados ao comércio exterior. O governo reagiu adotando um conjunto de medidas para atenuar a escassez no mercado de câmbio e as pressões de depreciação do real.

Ressalte-se, entretanto, que ao contrário dos episódios anteriores de crises cambiais como os de 1998-1999 e 2002, a economia brasileira se encontrava em posição menos vulnerável em suas contas externas e na

conta fiscal quando foi atingida em setembro de 2008. Havia um estoque recorde, superior a US\$ 200 bilhões, de reservas internacionais e a dívida líquida do setor público mantinha uma exposição muito baixa a crises cambiais, em função do não comprometimento da dívida interna com indexação ao dólar e do reduzido estoque da dívida externa. Além disso, o Banco Central contava com um leque bem mais amplo e poderoso de instrumentos para conter os efeitos da crise e para controle das operações que promoviam a desvalorização cambial. Mas ainda assim, a fragilidade externa foi se aprofundando com a tendência de déficit na balança comercial e com as dificuldades de financiamento através da conta de capitais.

Há, entretanto, um importante fator interno que contribuiu para que a crise apañasse a economia brasileira de forma muito mais severa no último trimestre de 2008. Trata-se dos efeitos contracionistas dos quatro movimentos de elevação da Selic decididos pelo Comitê de Política Monetária (Copom), iniciados no mês de abril e que se prolongaram por junho, julho e setembro de 2008. Em abril, o Copom avaliava que havia sinais de aquecimento da economia e apontava para a persistência de um descompasso entre o ritmo de expansão da demanda e da oferta agregadas, ape-



sar do acelerado crescimento da formação bruta de capital fixo por quatro anos seguidos e do aumento, como depois se verificou, de 13,8% desta variável em 2008. Em dezembro, entretanto, mesmo com uma forte contração da produção industrial que vinha desde outubro (-2,8% em outubro, -5,2% em novembro e -12,4% em dezembro de 2008, na comparação mês a mês) e com a queda de 3,6% do PIB no último trimestre, o Banco Central resolveu manter ainda inalterada a Selic, no elevado patamar de 13,75% a.a., numa clara demonstração de incompreensão dos rumos perigosamente recessivos que a economia estava tomando.

Do lado da política fiscal, a atuação do governo acentuou ainda mais a restrição à continuidade do dinamismo econômico. A sequência de crescentes superávits primários de 3,8% do PIB em 2006 e de 3,9% do PIB em 2007, foi aprofundada para 4,06% do PIB em 2008. O investimento público teve um resultado muito modesto para o enfrentamento da crise. Embora tenha crescido em 20,7% deflacionados pelo IPCA, entre 2007 e 2008, visto em percentuais do PIB elevou-se de 0,85% em 2007 para 0,98% em 2008. A retórica do governo, que versava sobre uma estratégia expansiva definida em torno do PAC, não se transformou em medidas efetivas na escala necessária. As próprias dimensões do

PAC não são, em si mesmas, suficientes para se contrapor às tendências de desaceleração. Além disso, vem sendo implementado de forma parcial e lenta frente à programação prevista para cada ano, o que é muito pouco para um momento que exige ação vigorosa e ousada da política fiscal.

---

**Em 2008 foram gastos  
com juros cerca de 4%  
do PIB, equivalentes  
a R\$113 bilhões.**

---

No universo das despesas correntes, a política fiscal mostrou-se expansiva através das despesas do FAT, dos benefícios previdenciários e dos gastos sociais (bolsa família e aqueles voltados para idosos e portadores de deficiência de baixa renda – LOAS/RMV), não só pelo aumento do número de beneficiados por esses programas como pela elevação do salário mínimo. A alta capacidade dos gastos sociais em gerar emprego e renda, com elevada velocidade de impacto – na medida em que quem recebe esse gasto transforma-o, quase que imediatamente, em consumo – foi decisiva para manter um estímulo básico sobre a economia. A política fiscal do governo federal oscilava, entretanto, entre uma postura mais agres-

siva do lado dos gastos sociais e uma atitude hesitante e incerta nos gastos com investimento. Acabou prevalecendo a obediência aos preceitos da prudência fiscal conservadora com a geração de extravagantes superávits primários.

O uso de grande parcela das receitas para pagamento de despesas financeiras permaneceu como um problema estrutural no orçamento público. Em 2008 foram gastos com juros cerca de 4% do PIB, equivalentes a R\$113 bilhões. Gastos com juros têm um forte efeito esterilizante dos recursos públicos, pois além de impossibilitar o atendimento de necessidades urgentes por serviços essenciais, significa uma contenção de demanda agregada, porque são recursos que deixam de circular no mercado, contribuindo para reduzir o dinamismo da economia.

Os impactos simultâneos das taxas de juros elevadas sobre os encargos da dívida pública, sobre o investimento privado e sobre o consumo de bens duráveis atuavam no sentido contrário, de redução da demanda agregada, enfraquecendo o poder dinamizador das políticas de gastos sociais, de recuperação do salário mínimo e de investimentos no PAC.

O argumento central que se quer aqui ressaltar é de que já havia uma dinâmica domésti-



ca, produto das políticas monetária e fiscal intencionalmente restritivas e política de câmbio valorizado, que levaria inevitavelmente a economia à desaceleração. As turbulências da crise externa se sobrepuseram aos efeitos da política macroe-

---

**O corte dos gastos para buscar o ajuste fiscal, ainda que com menor aperto, se implementado, funcionará, inevitavelmente, como elemento de reforço à insuficiência de demanda.**

---

conômica contencionista e na contramão dos demais países do mundo, potencializando a inflexão do ritmo de crescimento da economia nacional.

Em março de 2009, quando os dados já eram reveladores das dificuldades econômicas a serem enfrentadas e num momento em que se esperava uma ação monetária e fiscal mais vigorosa do Estado para apressar a superação da crise,

o Copom anunciou redução de apenas 1,5% na taxa básica de juros. Foi divulgada, também em março, a programação de contingenciamento dos gastos em função da queda na receita que já vinha ocorrendo desde novembro de 2008. A redução na arrecadação era, entretanto, consequência direta da diminuição da atividade econômica e das próprias medidas de desoneração fiscal tomadas no enfrentamento da crise. O corte dos gastos para buscar o ajuste fiscal, ainda que com menor aperto, se implementado, funcionará, inevitavelmente, como elemento de reforço à insuficiência de demanda.

São esses condicionantes internos, proporcionados por uma política macroeconômica intencionalmente voltada para o controle de curto prazo da estabilidade dos preços, que foram associados aos impactos da dinâmica imposta pela crise externa. O clima de temor e desconfiança proporcionado por esse ambiente deteriorou as expectativas de investidores e consumidores e espalhou a crise, desemprego e aflição pelo país.

### Conclusão

Uma nova ordem. Um novo marco civilizatório. Essas são as palavras mais comuns em todos os fóruns. Mas, torná-las re-

alidade exige quebra de paradigmas e a construção de uma nova estrutura econômica.

A crise força um novo rumo e impõe a necessidade de reformas institucionais que possibilitem um novo padrão de política monetária, fiscal e cambial, mais adequados à superação dos graves problemas econômicos atuais e portadores de mecanismos que possam evitar momentos semelhantes no futuro. Mudanças no âmbito da política econômica, no entanto, embora imprescindíveis, poderão apenas atenuar os efeitos de contágio e amenizar os custos sociais sobre as categorias mais vulneráveis. Não são suficientes para vencer os obstáculos mais profundos à retomada do crescimento e fazer as transformações estruturais que permitem um avanço na direção do desenvolvimento sobre o qual se exija uma mais justa distribuição de rendas.

A crise é do tipo estrutural. Crises com esta envergadura exigem muito mais. Flexibilizar o conservadorismo do regime fiscal e monetário não protegerá da hecatombe global. Apenas adiará o momento em que ela se aprofundará entre nós.

A estrutura produtiva, as instituições e a política macroeconômica precisam ser desenhadas para vencer os dois problemas centrais da sociedade – o desemprego e os baixos



salários – e, através dessa vitória, reduzir a pobreza e as desigualdades sociais. Isso parece óbvio, mas não é simples. Seria necessário, entre várias coisas de uma lista quase interminável, renovar instituições, recuperar sistemas de regulação dos fluxos de capital e, sobretudo, instituir novas práticas e formas de relação entre o mundo das finanças e o lado real da economia. Seria imperioso, para resumir, que o sistema financeiro nacional se subordinasse aos interesses dos segmentos produtivos do país, e que se subjugasse às políticas estatais de recuperação de direitos da classe trabalhadora brasileira. Mais ainda, seria preciso que o sistema financeiro se adequasse a uma perspectiva de inserção internacional não subordinada e não meramente especulativa das finanças do Brasil. O enquadramento do capital financeiro dentro das perspectivas de um Estado desenvolvimentista e democrático é essencial.

O problema, portanto, tem uma dimensão política gigantesca diante do poder do sistema financeiro sobre os rumos da economia. As resistências são muitas e poderosas. Mas há também uma dimensão ideológica complexa. Apesar das duras lições que a crise forneceu, ainda têm muita força as idéias de que um mundo de liberdade é um mundo desregulado, sem os freios do Estado, com finan-

---

**O enquadramento  
do capital financeiro  
dentro das perspectivas  
de um Estado  
desenvolvimentista  
e democrático  
é essencial.**

---

ças privadas sofisticadas e agiantadas. E, mesmo entre setores progressistas, ainda existe um ranço quase indistigável de Estado que só é virtuoso quando pratica a austeridade e, portanto, a responsabilidade fiscal. Esta é, portanto, uma crise cuja solução é de natureza essencialmente política, como há muito já se sabe, mas com um conteúdo econômico complexo e desafiador, que nos coloca, entretanto, de frente para a possibilidade de transpormos os limites históricos que até hoje têm travado os avanços da sociedade brasileira.

**REFERÊNCIAS  
BIBLIOGRÁFICAS**

BRUNO, Miguel (2008). Acumulação de capital, distribuição e crescimento econômico no Brasil: uma análise dos determinantes de longo prazo". IPEA, Texto para Discussão nº 1364, novembro.

IPEA (2009). Carta de Conjuntura, Março.

IPEA (2008). Carta de Conjuntura, Dezembro.

CHESNAIS, R. "Tese sobre a crise". Revista Socialismo e Liberdade, Fundação Lauro Campos, Ano I, nº 0, janeiro.

---

Denise Lobato Gentil – professora de Macroeconomia da UFRJ.





# NADA DEVERÁ SER COMO ANTES, OU: PARTIDO E MOVIMENTO; NEM REFÊM, NEM SUBALTERNO. PARCEIRO NA LUTA

Milton Temer

*A atual crise econômica resultará em um cenário político favorável ao mundo do trabalho? Se não, do que dependemos para que não ocorra um retrocesso beneficiando o capital? É o que este artigo tenta responder, chamando a atenção para os principais problemas a serem superados pela esquerda, com o objetivo de forjar a necessária aliança – explícita e transparente – entre Partidos Políticos, Socialistas e Comunistas, e os Movimentos Sociais*

A possibilidade de um desdobramento a favor da direita, para a crise que ora põe a nu toda a essência predatória do regime capitalista, não é impossível. Pelo contrário, como admite Eric Hobsbawm na entrevista que concedeu à BBC, em novembro do ano passado, e que o portal Socialismo e Liberdade da Fundação Lauro Campos reproduziu na íntegra, "(...)Agora sabemos que estamos no fim de uma era e não se sabe o que virá pela frente". Para além disso, nunca é demais lembrar que todas as "crises finais" anteriores resultaram a favor do capital que, a despeito de concessões, sempre terminou por ampliar seus espaços de dominação.

Mas certamente existem possibilidades imensas para um encaminhamento favorável ao mundo do trabalho na

conjuntura atual, se considerarmos a realidade da América Latina. O continente mostra hoje um cenário bem mais afeto aos intentos das forças progressistas do que a Europa, principalmente a própria Inglaterra, onde vive e pensa Hobsbawm. Distintamente da Europa velha de guerra, a direita escancarada só encontra alguma audiência, assim mesmo com forte oposição interna, na Colômbia e no Peru.

Com instrumentos da institucionalidade republicano-burguesa, processos de ruptura com o status quo se registraram na esteira de campanhas eleitorais vitoriosas da Venezuela, do Equador, da Bolívia e, esperamos, do Paraguai. Não é pouca coisa. Não tivemos aí, por suposto, rupturas revolucionárias. Mas são processos de radicalização que, mesmo nos li-

mites de um regime capitalista, vão bem além do simples reformismo burguês. Processos que permitem a expectativa de uma conversão concreta ao socialismo, a manter-se a dinâmica de enfrentamento com os que fazem, no continente, o jogo do imperialismo e de suas formas, sutis e abruptas, de ofensas à soberania e autodeterminação dos povos que ousam sonhar por um mundo melhor. Processos, enfim, que permitem reflexões sobre a compatibilização de reforma e ruptura, num tempo em que explosões insurrecionais são difíceis de prever, mais que tudo num país com as dimensões continentais do Brasil, onde é quase impossível imaginar convulsões de âmbito nacional para uma ruptura com o regime. "Anistia, ampla, geral e irrestrita", "Diretas Já", "Fora Collor" só servem como confirmação. Foram episódios histó-



ricos, sem dúvida, importantes, mas de imensa amplitude em seus propósitos, por isso pluriclassistas, suprapartidários. O que pode explicar, em muito, seus desdobramentos bastante limitados no que concerne a transformações qualitativas da realidade social e política.

Para que expectativa semelhante aos processos latino-americanos recentes se reproduza no Brasil, na esteira da crise econômica, e com extensão e profundidade mais significativas das que os episódios já conhecidos, algumas premissas têm que ser estabelecidas. Vamos, então, a elas.

## **Refluxo Social e as Razões Externas**

Antes de tudo, considerar que, distintamente do que ocorreu nesses países vizinhos, o movimento social realmente organizado está em franco refluxo, depois de vários picos importantes durante o mandarinato de FHC. O que coloca as esquerdas revolucionária e progressista na condição de resistência, e não de ofensiva. E são várias as razões para tal; internas e externas em relação aos agentes que se mantêm na luta.

Começando pela última, vale considerar que o Bolsa-Família e a valorização do salário-mínimo imprimiram no neolibe-

ralismo de Lula um perfil bem distinto do aplicado pelo mandarinato tucano-petelista de FHC, e alhures. Por sua própria origem social, Lula tinha conhecimento de causa para ter exalado frase perversa, que explica muita coisa: "É barato cuidar da pobreza no Brasil". Definitiva para desvendar boa parte de seu milagre: uma significativa aceitação popular, sem que isto represente qualquer rejeição a partir das classes dominantes – muito pelo contrário, principalmente no sistema financeiro, entre as empreiteiras e no agrotóxico predador.

Basta olhar as contas para compreender o sucesso da operação: onze milhões de famílias miseráveis – miseráveis a ponto de mudar qualitativamente de nível com uma dádiva mensal da ordem de R\$ 120,00 – custaram R\$ 11 bilhões do orçamento anual – anual, repito, através do Bolsa-Família.

Pois foi este o lucro, em nove meses de 2007 – nove meses, repito –, do segundo maior banco privado brasileiro. Porque o primeiro, no mesmo período, alcançou R\$ 500 milhões a mais. E lucraram essa soma pantagruélica por conta da rendição de Lula à autonomia de fato do Banco Central para executar um modelo conservador fundado numa política de juros estratosféricos. Juros de tal forma atrativos que permitiram ao sistema privado brasileiro não ne-

cessitar especular nos mercados internacionais, nos derivativos que estouraram a banca em todos os países centrais. Não há competentes nesse processo. Há arrivistas de grande senso especulativo, principalmente quando operam num capitalismo sem riscos, como o proporcionado por Henrique Meirelles e seu modelo prestigiado pelo Planalto. Ganharam os bancos, por aqui, de forma inigualável no mundo. O que mostra o quanto o povo brasileiro perdeu no outro lado da linha. Por conta desses títulos de dívida pública a juros para além de escandalosamente generosos, nosso passivo, durante o governo Lula, subiu de R\$ 600 bi, aproximadamente, a R\$ 1 trilhão e trezentos bilhões de reais.

Ou seja, e rememorando; apenas dois grupos econômicos, individualmente, superaram o que se despendeu para estiar qualquer sentimento rebelde, ou pelo menos indignação, em onze milhões de famílias; algo em torno de 45 milhões de cidadãos diretamente massacrados pela predação capitalista.

Tal manobra demagógica – que valoriza a incompetência cidadã, estimulando o beneficiado a se manter na dependência da caridade, ou no máximo se inserir na informalidade – não cessa os efeitos nos interessados diretos. Ela vai servir também de alimento para as justifica-



tivas das burocracias dirigentes das até recentemente mais combativas entidades de trabalhadores e estudantes se entregarem a uma vergonhosa cooptação imobilizadora, através de convênios que privatizam verbas públicas. Porque é sobre essas concessões específicas que o governo Lula se salva do epíteto de governo de direita. Simbolicamente, ele se constrói de forma a manter a parceria tucano-pefelista monopolizando o centro do reacionarismo.

Não é de se estranhar, então, que nos momentos de manifestações conjunturais essa burocracia impeça palavras-de-ordem ou consignas que se voltem contra políticas do governo Lula.

### **Razões Internas e a responsabilidade da cúpula do FSM**

Qualquer avanço significativo dependerá de uma compreensão imediata dos segmentos de esquerda onde estiverem nessa sempre citada sociedade civil organizada. É a compreensão da busca prioritária de solução para um dilema que não cessa de espezinhar a agenda desses segmentos. Um dilema que cria imensas dificuldades para uma ação unitária, com peso significativo na luta pela recuperação das perdas proporcionadas pelos descaminhos do PT, ao aceitar sem mi-

nima resistência a guinada ideológica que lhe foi imposta pela chegada de Lula ao Planalto.

Estou me referindo à discriminação incessante que setores mais sectários dos movimentos sociais combativos insistem em alimentar contra os partidos políticos da esquerda revolucionária. Setores, não raramente compostos por filiados a esses partidos, que, nas plenárias dos movimentos, em contato com os mais alienados e oportunistas, não hesitam em ratificar vetos às participações de suas próprias legendas, em forma oficial e direta, nos eventos ali propostos.

É largo o espectro de razões originais para tal discriminação. Porque não é desimportante nem ausente de legitimidade, para os bem intencionados, a tendência a desclassificar partido como agente permanente de luta contra o capital; basicamente a partir da já citada guinada ideológica do PT, após a chegada de Lula ao Planalto.

Mas há atitudes conscientes inexplicáveis, e até condenáveis. Como as que vêm da referência maior dos ditos movimentos, o Fórum Social Mundial. No espaço de uma pretensa assembléia aglutinadora de todos os agentes sociais e políticos – contraponto ao tenebroso festim do grande capital, em Davos –, partidos não entram. Mesmo os de esquerda, refor-

mistas ou revolucionários, obrigados a forjar representações paralelas, operando numa bizarra clandestinidade consentida, tendo em vista o veto dos organizadores às suas participações explícitas.

Ou seja: no evento maior dos movimentos, a despolitização imposta pelos atuais dirigentes, permite essa decisão deletéria, à qual as direções dos partidos se submetem em suposto respeito a uma pretensa autonomia. Uma autonomia absolutamente alienante que, não por acaso, e a despeito de algumas preciosas resistências ainda minoritárias, veta também a produção de qualquer resolução final unificada, com propostas concretas, organizativas de desdobramentos que deveriam dar sequência ao que plenárias parciais terminam por deliberar em suas iniciativas específicas.

Isto quer dizer que, para essa "democrática" coordenação, cujo controle ou eleição de novos membros poucos conhecem o procedimento, o Fórum Social Mundial deveria se limitar a uma grande feira; um encontro para disputar recursos privados de entidades filantrópicas internacionais, e nunca para se transformar em assembléia mobilizadora da luta anticapitalista.

Wallerstein, em seu artigo sobre o tema, foi objetivo na Folha de S.Paulo de 15 de março:



"O que podemos fazer? Para começar, precisamos ter clareza sobre de que trata essa batalha. É a batalha entre o espírito de Davos (em favor de um sistema novo que não seja o capitalismo, mas que mesmo assim seja hierárquico, explorador e polarizador) e o espírito de Porto Alegre (um sistema novo que seja relativamente democrático e relativamente igualitário). Não existe mal menor aqui. É uma coisa ou a outra.

O que a esquerda deve fazer? Promover a clareza intelectual em relação à escolha fundamental. Então organizar-se em mil níveis e de mil maneiras para empurrar as coisas na direção certa".

O que Wallerstein preconiza, implica, portanto, e assumindo como preliminar, compreender que Davos reúne a direita capitalista enquanto o FSM aglutina a esquerda anticapitalista. Cada uma devendo impor-se com a totalidade de seus instrumentos.

Em Davos, o cenário e o enredo são divulgados em todos os meios de comunicação do mundo. Banqueiros e presidentes dos principais países desenvolvidos, com alguns da periferia pegando carona, e se lambuzando nos restos do banquete e do champanhe, trocam táticas e estratégias com os operadores das grandes corporações. Todos deixando claro sua submissão ao grande capital,

e impondo a primazia do lucro privado sobre as demandas políticas e sociais dos trabalhadores. Uma fanfarra em que os governantes se transformam, sem vergonha, em garotos-propaganda dos segmentos hegemônicos do grande capital em seus países. Lula e sua descabida campanha pela retomada da Rodada de Doha, para glúrio do agronegócio predador, e postergação da reforma agrária para as calendas gregas, é exemplo gritante disso. Definindo-nos como e exportadores de matéria prima, e importadores de valor agregado. Não é por mero acaso que o pintam como "o cara".

No FSM, seria de se esperar, portanto, que houvesse a mesma preocupação na busca de "um outro mundo possível", alternativo ao crescentemente degradado pela barbárie capitalista. Unindo e mobilizando todos os agentes a isso dispostos – movimentos sociais, governantes claramente hostis à ação imperialista das grandes potências e, principalmente, os partidos políticos inscritos, ideológica e programaticamente, nessa agenda transformadora.

Mas qual o quê? Como já afirmamos acima, partidos não entram no FSM.

E, para que o veto venha inabalavelmente se mantendo, é forçoso reconhecer a responsabilidade dos militantes partidários

integrados simultaneamente, e de maneira acrílica e subalterna, no "movimentismo". Que posição deveriam assumir diante dessa despolitização consciente, incessantemente alimentada pela essência setorizada, fragmentada, dos movimentos? Aceitá-la, incorporando a vinculação de autonomia com despolitização? Certamente que não.

### **Responsabilidade dos filiados e a Campanha Presidencial**

Antes de tudo, devem ter clareza sobre a distinção de representação. Compreender que o movimento – sindicato, associação profissional, agrupamento setorial – é, por natureza, limitado em sua ação. Pode até, e excepcionalmente, se inscrever na luta pela transformação revolucionária da sociedade. Mas, no geral, tem dificuldades em se unificar quando a discussão se desdobra da reivindicação específica para o terreno mais amplo do modelo de sociedade como um todo. "Temos que respeitar as diferenças. Movimento não pode ser corrente de transmissão de Partido".

### **Falácias**

Um sindicalista pode ser um excelente operador de conquistas no âmbito da categoria, sem, no entanto, se comprometer com algo mais amplo, que ponha em questão a necessi-



dade de desconstruir a ordem capitalista sob a qual opera. Ele pode, por exemplo, presidir um sindicato que obtenha excelentes condições de trabalho para sua categoria, à custa do empenho dessa categoria numa mobilização pela isenção de impostos para patrões. Ou organizar linha de reforço para as manobras do sindicato patronal que condicione aumento dos salários à liberação de preços em tabelas sob controle público. Dos metalúrgicos aos motoristas de ônibus, são vários os exemplos comprovantes dessa realidade.

Vale a pena ir mais longe. Há exemplos múltiplos de competentes e abnegados defensores dos direitos das minorias que, para garantir conquistas imediatas dos segmentos que dizem representar, não se vexam em compactuar com o que há de mais conservador nos poderes do Estado. Sim, aproveitam-se pragmaticamente dos pragmáticos aplicadores da velha lógica lampedusiana que os políticos mineiros traduziram por "é melhor fazer a revolução antes que o povo a faça", e consideram batalhas vitoriosas os pequenos avanços que, de fato, não passam de concessões formais para que não se altere a lógica capitalista em prática naquela conjuntura.

O que o militante partidário, socialista, revolucionário, tem que fazer compreender aos que

**(...) Os assim chamados "novos movimentos sociais", como o feminismo, tampouco tiveram uma conexão lógica com o anti-capitalismo (ainda que, individualmente, muitos dos seus membros pudessem estar alinhados com ele) ou questionaram a crença no progresso sem fim do controle humano sobre a natureza que tanto o capitalismo como o socialismo tradicional compartilharam (...).**

Eric Hobsbawm, em "A crise do capitalismo e a atualidade de Marx", entrevista divulgada no portal [www.socialismo.org.br](http://www.socialismo.org.br), da Fundação Leuro Campos, e publicada também em Sin. Permiso e Carta Maior

participam do movimento social em que militam – por representação coletiva, ou mesmo os que só representam a si mesmo – é que tal concessão deve ser recebida, mas sem que haja qualquer ilusão quanto ao seu efeito superficial. Fazer compreender que aceitar os limites, e gozar da concessão enquanto ela fornece resultados concretos, não faz dessa concessão algo que inocente aquele que concedeu, porque este continuará tendo privilégios. Nesses termos é que se revela o militante socialista, de fato. Porque ele terá levado para o movimento a concepção de sociedade que elabora, não nos limites do movimento, mas na concepção universal do programa partidário anticapitalista.

Lamentavelmente, não é isso que ocorre com frequência. Esquecendo que um traidor de classe é muito mais nocivo do que o inimigo natural da classe, teme enfrentar a "autenticidade movimentista". Supervaloriza o conceito de autonomia. É constantemente o reverte para uma subalternidade do universal em relação ao particular; ao pontual; ao setorial. Com isso, alimenta o reformismo dentro da ordem, retardando ou impedindo, um caminho de ruptura com o regime do capital.

O governo Lula, é bom reiterar, tem grande responsabilidade nessa despolitização da política. É o exemplo mais eficiente daquele que conhe-



ce o efeito das pequenas concessões como instrumento de neutralização da combatividade dos oprimidos contra os opressores. Sua composição de maioria legislativa através de dádiva clientelista ou fisiológica, privatizando o público, como forma de neutralizar oponentes, e compondo com a bandidagem parlamentar, só serve de confirmação aos que insistem na idéia do "chegando lá todos são iguais".

Mas isso não se resolve pelo retrocesso a ferramentais mais limitadas por sua própria natureza como são as entidades do chamado movimento onde proliferam famigeradas ONGs. Isto se resolve é com a reafirmação do caráter transformador e revolucionário dos partidos de esquerda. Isto se resolve com a utilização da institucionalidade em benefício do mundo do trabalho e contra o grande capital. Isto não se resolve entregando o galinheiro às raposas.

No contexto de uma sociedade fragmentada, altamente influenciada pela opinião publicada de cunho conservador, a campanha presidencial pode se apresentar como caminho alternativo realmente mais decisivo, do ponto de vista de câmbio de hegemonia, do que manifestações conjunturais. Porque a campanha eleitoral, quando existe uma candidatura referencial capaz de aglutinar e mobilizar este am-

plio e fragmentado campo de contestação do modelo atual, e que se revela atualmente nos importantes índices de aceitação da senadora Heloisa Helena, a despeito de toda a barreira de silêncio que a grande mídia ergue contra ela, é um espaço privilegiado da universalização da luta política.

Para além da luta, localizada, por justos salários, ou por melhores condições de trabalho, ou por mais verbas para o ensino público, ou pela legalização do aborto, ou pelo fim da discriminação racial na vida quotidiana, é a campanha presidencial que, no contexto atual, melhor aglutina e mais abre o espaço para a discussão sobre modelo de sociedade no seu conjunto de reivindicações. É o espaço, enfim, para uma visão universalizada da luta política e social. Em que todos os itens conjunturais são discutidos à luz da transformação qualitativa da estrutura social. Da substituição do capitalismo por um modelo superior. Um modelo socialista libertário. O que não ocorrerá caso permitamos, por nossa incapacidade de unir forças, a falsa dicotomia, hoje se construindo, para gáudio dos conservadores, entre José Serra e Dilma Roussef. Falsa dicotomia, por não representar qualquer contradição de essência programática, mas tão somente uma disputa do botim, por parte de dois grupos diferen-

ciados apenas na maior ou menor intensidade com que aplicam políticas compensadoras, como forma de estoiolar a energia das bases populares, e facilitar o trabalho alienador da parte corrompida e cooptada da alta burocracia sindical.

### **Que isto nos faça refletir a todos quantos pensam e anseiam por um novo Brasil.**

Tendo em vista a campanha presidencial, já se avizinando, que as agendas dos movimentos não se prudem pela exclusão preliminar da representação partidária. O PSOL, o PSTU e o PCB não necessitam de mais essa barreira censora em sua dura e difícil luta contra as iniquidades que assolam nossa realidade político-social.

---

Milton Temer - presidente da Fundação  
Louro Campos





Luciana Genro

## OS DONOS DO PODER E A CORRUPÇÃO

**P**ara o PSOL a luta contra a corrupção não é uma mera reação às denúncias publicadas pela mídia. Desde a sua fundação, em 2005, encabeçamos o desafio de desmascarar os métodos sujos dos donos do poder. Vários escândalos vieram à tona nos últimos anos – sendo o mensalão e as falcatruças de Renan Calheiros os mais conhecidos – e o PSOL foi vanguarda na luta contra a impunidade, na exigência da cassação dos corruptos e na apresentação de propostas concretas para mudar o atual estado da política. No Rio Grande do Sul ouvimos trazer à público graves acontecimentos que circundam o governo Yeda Crusius, do PSDB. Conhecedores do teor da delação premiada do ex-articulador e arrecadador de fundos do PSDB, Lair Ferst, que foi pego no escândalo do desvio de mais de R\$ 40 milhões do Detran/RS, eu, o vereador Pedro Ruas e o Presidente do PSOL gaúcho Roberto Robaina trouxemos à tona a existência de gravações e documentos que comprometem, entre outros a própria governadora nos desvios de recursos públicos e na utilização de dinheiro de campanha eleitoral para finalidades particulares, como a compra da mansão para onde

---

**o PSOL foi vanguarda na luta contra a impunidade, na exigência da cassação dos corruptos e na apresentação de propostas concretas para mudar o atual estado da política**

---

Yeda mudou-se logo após o pleito de 2006. Não só denunciámos, mas demos o nome e o endereço de onde encontram-se as provas, dos procuradores e da juíza que assinaram o acordo de delação premiada com Lair. Não tardaram a vir as retaliações, no típico *modus operandi* dos corruptos e seus defensores: perseguir quem denuncia. O líder do PSDB José Aníbal ingressou com representação contra mim na Corregedoria da Câmara ( que de tão absurda o próprio Corregedor ACM Neto pediu o arquivamento), e dois acusados ingressaram com processos contra

mim, Pedro Ruas e Robaina. A governadora Yeda, maior atingida e a única com autoridade para exigir a quebra do segredo de justiça, preferiu calar-se. Mas este método de perseguir quem denuncia não vai impedir o PSOL de seguir lutando contra a corrupção. É a mesma lógica que atinge o delegado Protógenes Queiroz. Ele vem sendo perseguido e cercado por todos os lados pois ousou colocar na cadeia o banqueiro Daniel Dantas, um crime imprescritível. Mesmo com toda a perseguição não tem faltado apoio popular ao “delegado do povo” como ele vem sendo aclamado. Já o banqueiro, embora condenado por tentar subornar um policial federal, anda tranquilo. Obteve dois ágeis *habeas corpus* do presidente do STF Gilmar Mendes, que ultimamente tem se notabilizado por uma luta sem quartel contra os mecanismos que possibilitam desmascarar e prender corruptos. Dantas esteve depondo na CPI da Câmara e lá jogou falsas acusações e calúnias contra o delegado Protógenes e contra as investigações feitas pela Polícia Federal, que desde a operação Chacal até a Satiagraha vem desnudando os métodos do banqueiro e seus aliados, entre eles vários políticos



ligados ao PT, ao PSDB e aos seus satélites. Lamentavelmente a maior parte da mídia pouco fala dos esquemas de Dantas e de como ele vem conspirando para se apropriar de áreas estratégicas do país, desde a telefonia, o subsolo e até o seu interesse na transposição do Rio São Francisco, mencionados por Protógenes em seu depoimento na CPI. A mídia prefere concentrar suas notícias na corrupção de varejo, como o mau uso das passagens aéreas de parlamentares, cujo exemplo mais absurdo é o caso do deputado que contratou artistas para promover a sua empresa e os deslocou até o evento com dinheiro público. Alguns até tentam colocar o PSOL no mesmo saco. "Descobriram" que usamos nossa cota de passagens aéreas para patrocinar viagens do delegado Protógenes pelo país, autorizadas pela Polícia Federal, em palestras e atos contra a corrupção! Pois usamos mesmo, e com muito orgulho seguiremos usando. É exatamente este um dos principais focos do PSOL, e do meu mandato parlamentar em particular: lutar e apoiar quem luta contra a corrupção, quem ousa enfrentar os poderes constituídos e cooptados pelos métodos mais sujos de fazer política. Nesta categoria cabe não só o delegado Protógenes, o juiz Fausto de Sanctis, o procurador Rodrigo de Grandis e tantos outros que não se deixam seduzir pelo canto de sireia das facilidades de quem se vende. Alguém co-

---

**A mídia prefere  
concentrar suas notícias  
na corrupção de varejo,  
como o mau uso das  
passagens aéreas  
de parlamentares**

---

nhecos um melhor uso para os recursos materiais e humanos de um mandato parlamentar do que promover esta luta?

Durante o depoimento do banqueiro condenado Daniel Dantas na CPI dos grampos o ouvimos falar de forma impassível durante várias horas sobre as armadilhas de Protógenes e da PF para incriminá-lo "injustamente". Até a operação que levou a sua condenação a 10 anos de cadeia foi objeto de chacota do banqueiro. Quanto mais os parlamentares perguntavam mais ele desenrolava histórias bem elaboradas pelos seus advogados pagos a peso de ouro. Na minha intervenção (que teve um trecho gentilmente colocado no youtube por um simpatizante desconhecido) optei por fazer não só um desabafo da minha indignação em ver a tranquilidade deste homem que desde a privatização das teles age nos bastidores comprando políticos e tramando contra o interesse público, mas também um chamado à mobili-

zação da sociedade, dos trabalhadores, dos jovens, do povo em geral para que não se aceite a impunidade e a inversão de valores que permite a perseguição a quem denuncia. Os criminosos de colarinho branco, sejam banqueiros, empresários ou políticos, são os mesmos responsáveis pelo drama cotidiano enfrentado pelos que perderam o emprego, que vivem com salários arrochados ou em favelas sem saneamento básico, dos que estudam nas escolas de lata ou dos que morrem esperando pelo atendimento médico que não chega. São os mesmos que não querem acabar com o fator previdenciário e obrigam os mais pobres a trabalhar até morrer, que condenam os aposentados a uma redução constante do seu poder aquisitivo, que destinam mais de 40% do orçamento do país para pagar a dívida pública enquanto faltam casas, hospitais, escolas, segurança e dignidade na vida da maioria das pessoas. Os mesmos que querem que o povo pague, mais uma vez, a conta da crise que eles provocaram com suas políticas. Lutar contra a corrupção, defender Protógenes e todos os que colocam em risco seus mandatos, carreiras, empregos ou a própria vida para defender a justiça é um imperativo político. É parte fundamental da luta pelo socialismo e por uma verdadeira democracia. Este é o lugar do PSOL.

---

**Luciana Genro** - deputada federal do PSOL - RS





## A LARGA PORTA DA GRANDE CORRUPÇÃO

Chico Alencar

*Riobaldo, o jagunço filósofo do nosso grande sertão, pontifica: "o mais difícil não é um ser bom e proceder honesto: dificultoso mesmo é a gente saber definido o que quer, e ter o poder de ir até o rabo das palavras!"*

Nesses continuados tempos em que os jornais nos brindam com um escândalo político a cada dia, cabe encarar o desafio de, mais uma vez, separar o essencial do acessório, o varejo do atacado. E, logo de início, destacar que a corrupção é sistêmica, isto é, inerente a um sistema que tem como eixos o ganho privado como sinal de êxito, o individualismo como postura de vida e a competição varaz como êmulo, além da exploração do trabalho como condição de acumulação. O capitalismo é intrinsecamente corrupto. Afirmando isso é tão importante quanto lembrar que um certo socialismo autoritário, burocrático, desvirtuou-se em malfeitos, "dachas" e outros privilégios para a "nomenklatura". Ruiu porque privatizou o sonho de uma sociedade de bem estar exclusivo para uma elite dirigente, poderosa e intocável, que se colocava como 'guia genial' da massa quase informe.

A corrupção estrutural, entretanto, ganha nervo e vida a partir de elementos conjunturais. Se o mau uso dos recursos públicos por parlamentares ganha as manchetes, eis é apenas a parte mais visível

e compreensível, para o grande público, de um processo de privatização da política que precisamos denunciar e combater. Por paradoxal que pareça, pode interessar a quem não quer reduzir a corrupção estrutural magnificar a corrupção imediata, corriqueira. O exótico dos castelos e dos vãos de belas namoradas tira a atenção da sangria da dívida e dos royalties desviados...

De Riobaldo a Karl Marx, no seu "As lutas de classe na França: 1848/1850": "as enormes somas que passavam pelas mãos do Estado davam a oportunidade para fraudulentos contratos de fornecimento, corrupção, subornos, malversações e ladroenras de todo gênero. A pilhagem por atacado do Estado pelos financistas repetia-se a varejo nas obras públicas, nas relações entre os organismos da administração e as diversas fornecedores". Mais atual impossível.

Na nossa democracia representativa, duramente conquistada nas lutas operárias, estudantis e das seiszes médias contra a ditadura, com sua vocalização nos pequenos espaços institucionais que

se abriam, as eleições tornaram-se rotina bienal. De um regime democrático cada vez mais formal e banal. Eleições que vão alargando, a cada pleito, não a consciência política do povo, mas a porta da corrupção no país. O financiamento das candidaturas cria resultados previsíveis: quem mais arrecada e gasta maiores chances de vitória terá. Vitória mais publicitária que plebiscitária, escondida a oposição entre capital e trabalho. O próprio acordo interpartidário, longe de programas e projetos comuns, gira em torno de tempo de tv e rádio e, depois, da partilha do governo. O conceito "moderno" de governabilidade, exclusivamente parlamentar e institucional, que prescinde da ativa cidadania horizontal, é uma barganha de apólos e reproduções de mandatos.

A era FHC erigiu-se sobre esses pilares da baixa política, e a era Lula os manteve intactos, reforçando-os e desmobilizando já em 2003 as forças sociais de mudança que, como se prometia, criaria "uma nova gramática do poder", alterando a correlação de forças. O regressismo lulista lavou biografias sujas de antigos adversários. O "poder



*dissolvente do dinheiro* (Marx de novo) tomou conta da experiência de poder nacional do PT, desmoralizando a luta contra a submissão rastejante ao mercado e pela coerência na defesa de idéias e causas alternativas, no rumo de novas relações socio-políticas e econômicas. Sobraram poucos, pois formou-se, em parte do pensamento progressista, a convicção algo interessante de que as práticas econômicas e políticas dos governos Lula eram o máximo a que a esquerda brasileira poderia aspirar numa tela social conservadora e patrimonialista como a nossa.

O resultado aí está: setores significativos do movimento sindical cooptados, até criando suas próprias centrais para abocanhar recursos estatais, e a consolidação de uma ordem partidária hegemônica pelos "quatro grandes" (PMDB, PT, PSDB e DEM) e seus satélites, cada vez mais assemelhados. Os grandes partidos, pouco orgânicos, nada doutrinários e sem militância, limitam-se a disputar eleições, marcadas pela desideologização e pela compra de votos, nas suas diversas formas, mais ou menos sutis. O "político" discursa mas não diz, o povo vota mas não escolhe. Crise da representação.

O resultado está aí: no Congresso Nacional atual, 285 deputados e 41 senadores receberam, declaradamente, recursos de empreiteiras/construtoras. Eleger essa poderosa bancada custou-lhes R\$ 27 milhões, ainda de acordo com o registrado na Justiça Eleitoral, o

que não costuma ser a verdade numérica inteira... Juntando a banca da Camargo Corrêa, OAS, Andrade Gutierrez, Carvalho Hosken e suas controladas com a dos financiados pelos grandes bancos e o agro-negócio, tem-se aí o poder central do Brasil, cuja boa imagem é projetada no imaginário popular pelos meios privados de comu-

---

***É o poder do capital,  
que se legitima  
politicamente nos  
Executivos e nos  
Legislativos, e depois  
cobra seus apoios, na  
conquista de obras e  
serviços públicos.***

---

nicação de massa, seus sócios eleitores. É o poder do capital, que se legitima politicamente nos Executivos e nos Legislativos, e depois cobra seus apoios, na conquista de obras e serviços públicos. Poder do capital que pode ser percebido, a olho nu, em decisões do Judiciário – e até na 'cultura' atualíssima que condena investigações e algemas nas elites – e em procedimentos dos tribunais de contas.

Se a corrupção sistêmica se realiza pontualmente, em cada situação concreta, o seu combate tam-

bém. Seria equivocado e ingênuo acreditar que a luta contra a corrupção é mero "moralismo udenista", politicamente deslocado, visto tratar-se de enfrentar topicamente uma degeneração inerente ao sistema. Assim como devemos disputar os espaços institucionais – aliás, indelével na história da esquerda brasileira desde as lutas contra a escravidão e o império – devemos também fazer a luta cotidiana por valores republicanos. Vale dizer, por democracia substantiva, de alta intensidade, de participação popular ampliada. Isso significa, por exemplo, opor financiamento público exclusivo de campanha ao modelo atual, de financiamento pelas corporações privadas, como eixo de uma reforma política digna desse nome. Isso significa exigir transparência absoluta de todos os usos do dinheiro público, ampliando o controle social sobre a gestão dos três Poderes. Isso significa combater o tráfico de influência e as licitações viciadas, exatamente pelo fato de a plutocracia reinante depender dessas práticas para reinar.

Isso significa ser, enfim, sem medo da contradição, reformista-revolucionário... É o que se coloca, nessa quadra de conjuntura tão adversa e, ao mesmo tempo, tão promissora, como desafio para o PSOL. Afinal, ensina ainda Ribaldo, "o real não está no início nem na chegada; ele se dispõe pra gente é no meio da travessia". Atravessemos.

---

**Chico Alencar** – professor de História e deputado federal – PSOL/RJ





## DÍVIDA PÚBLICA: O GARGALO DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Ivan Valente

**E**m fevereiro de 2008, apresentamos à Câmara Federal o pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a dívida pública de União, estados e municípios. Mais de 180 deputados cancelaram esta proposta, que alcançou número regimental. Em dezembro do ano passado, finalmente ela foi autorizada a funcionar e só agora líderes partidários começam a indicar nomes de parlamentares para seu funcionamento, num processo lento, que parece desconhecer a urgência e relevância da iniciativa ou tem a intenção de boicotá-la. A centralidade política desta questão, que já era clara, agora ficou superevidenciada com a impactante crise econômica que vivemos.

Esta mesma crise, cuja gravidade alguns insistem em negar e encarada com um otimismo tolo por parte de outros, atinge violentamente o país. A cada dia ficam demonstradas as vulnerabilidades da economia brasileira. Ao contrário dos que pregaram e executaram a política neoliberal no Brasil, que afirmam ter o país "funda-

mentos sólidos", a crise expõe um modelo dependente, que tem numa de suas faces mais visíveis o agronegócio, seu modelo exportador e anti-ecológico e a reprimarização do país.

Por outro lado, a dependência financeira de crédito num sistema interconectado tem como pedra angular a dívida pública (interna e externa). É por ela que o Brasil sofre uma hemorragia brutal nas suas finanças públicas, com o pagamento de juros, amortizações e rolagem da dívida com recursos orçamentários e a emissão de títulos públicos. Trata-se de um sistema que se retroalimenta e inviabiliza qualquer desenvolvimento soberano, sustentável e com justiça social.

É estorpecedor saber que os números impressionantes da dívida pública e da drenagem de recursos via seu pagamento nunca aparecem nos noticiários – sobretudo se considerarmos o sofrimento do povo pobre desse país, a maior vítima do compromisso dos diversos governos de pagar uma dívida ilegal e imoral. Daí a necessidade de sua divulgação e análise.

### A dívida em números

Tomando como referência apenas os governos dos dois últimos presidentes brasileiros – FHC e Lula –, a dívida interna brasileira aumentou cerca de 17 vezes. No começo de governo FHC (janeiro de 1995), a dívida interna era de R\$ 61,8 bilhões. Em dezembro de 2002, estava em R\$ 687,3 bilhões, decuplicando em 8 anos. Em janeiro deste ano (2009), no governo Lula, ela atingiu a cifra de R\$1.682 bilhões – ou seja, 1 trilhão seiscentos e oitenta e dois bilhões de reais.

No tocante à dívida externa acumulada ao longo dos anos, irregularidades e uma postura submissa – como firmar contratos com juros flutuantes ou fazer empréstimos condicionados a operações casadas de equipamentos e serviços – tornam grande parte dessa dívida ilegal. Em janeiro de 2009, seu total era de US\$ 282,93 bilhões, incluindo a dívida privada (uma vez que a oferta de dólares para o seu pagamento é de responsabilidade do governo).

Estes são os números brutos da dívida. Mas no período cita-



do (1996-2008), o governo federal gastou R\$ 906 bilhões com juros e R\$ 879 bilhões com amortizações das dívidas interna e externa públicas. Nesses monumentais montantes não estão incluídos R\$3,775 trilhões de refinanciamento, ou rolagem da dívida através da emissão de títulos públicos. É importante esclarecer que grande parte dos juros pagos vem do chamado superávit primário. Quanto às amortizações referidas (R\$ 879 bilhões) as fontes de recursos vieram de tributos, pagamentos das dívidas de estados e municípios, lucros das estatais e outras fontes. Estes são dados obtidos no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira), do governo federal, que apresenta diferenças de gastos com juros em relação aos divulgados pelo Banco Central.

Mesmo com todos estes pagamentos e apesar do mascaramento da dívida externa pelo aumento das reservas internacionais do país, que são da mesma ordem de grandeza da dívida externa pública, a dívida interna explodiu e a dívida externa continua crescendo. É um mecanismo perverso em que quanto mais se paga a dívida mais ela cresce, impedindo o país de se desenvolver e distribuir renda.

## A realidade de 2008

Em 2008, considerando apenas os recursos da União, o país desembolsou R\$110 bilhões de

juros. Já as amortizações somaram R\$ 172 bilhões de reais. Os dois valores juntos perfazem R\$ 282 bilhões ou 30,57% do orçamento em 2008. Se for computado o valor emitido em títulos públicos para a rolagem da dívida, veremos que o total de recursos gastos com a dívida em um ano é de 47% do orçamento (ver quadro comparativo 2008-2009).

Esse quadro é esclarecedor para se entender o impacto dessa lógica na política econômica que seguiu o receituário do FMI. Para atender às exigências crescentes dos compromissos com o pagamento da dívida, inventaram-se conceitos que são verdadeiras excessências do ponto de vista macro-econômico, como o chamado superávit primário, ou seja, a obrigatoriedade de se economizar recursos preciosos de arrecadação fiscal para pagar juros. Esse superávit já chegou a atingir 6% do PIB em um ano, realizando um brutal ajuste fiscal. Do mesmo modo, a dívida e o seu pagamento são responsáveis pelas taxas de juros siderais para atrair capital especulativo internacional, inclusive com isenções de impostos.

A consequência interna é inviabilizar a atividade econômica produtiva e o consumo e, por outro lado, alimentar um verdadeiro cassino financeiro, em que só rentistas e bancos saem ganhando. Dentro dessa mesma lógica, o país vive comprando credibilidade

de junto ao setor financeiro, acionando com mais privatizações, isenções esdrúxulas, concessões acintosas como a lei de remessa de lucros e nenhum controle sobre o fluxo de capitais.

Através das obrigações da dívida, os governos incorporam, com ou sem imposição do FMI, a lógica do encolhimento de recursos para a área social, do sucateamento dos serviços públicos e do enxugamento da máquina pública. Isto aumenta a miséria, o sofrimento da população com as péssimas condições de educação, saúde, transporte e habitação popular, aumentando ainda mais a desigualdade social. (Veja quadro na página seguinte).

## O aperto orçamentário

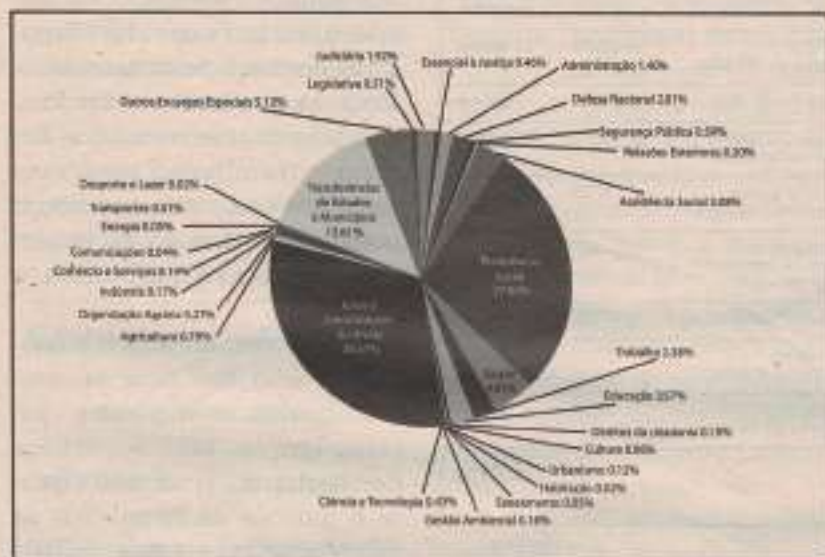
Não é difícil constatar que o problema da dívida pública, com sua aspiração de recursos e seus condicionantes estruturais da política econômica, é o grande gargalo do país. Mas, por incrível que pareça, esse debate não ocupa o noticiário e o imaginário nacional. Da mesma forma, pagar a dívida, mesmo que ilegal, ilegítima e imoral, tornou-se algo religioso, sem questionamentos, como se essa não fosse uma questão legítima e de soberania nacional.

Mas a crise move pedras ao atingir todos os setores da economia, acirrando a briga por

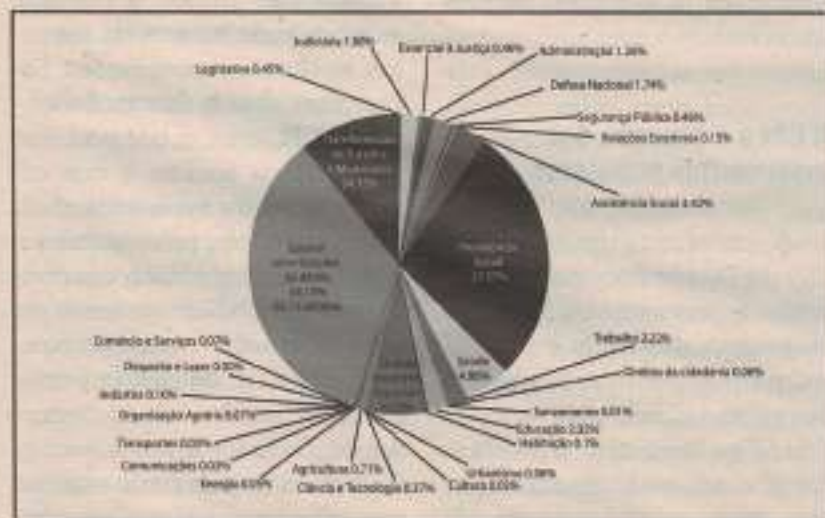


## Orçamento geral da União – comparativo 2008-2009

Nota-se um aumento significativo nos gastos com a dívida pública, de 30,57% em 2008, para 34,13% até abril de 2009.



## Orçamento Geral da União – 2009 (executado até abril)



recursos no orçamento. Os lobbies econômicos têm capacidade de pressão e partem para um ataque aos recursos públicos, sempre em detrimento dos

interesses da maioria. São pedidos de refinanciamento de dívidas, empréstimos subsidiados, financiamento de exportação, isenções fiscais, etc.

A Medida Provisória 449, já aprovada na Câmara dos Deputados, cria um novo Refis (adiamento e parcelamento de dívidas) para devedores da Previdência, do Imposto de Renda e da COFINS, o que significa na prática uma renúncia de R\$ 14,4 bilhões, em doze meses. A isenção para a indústria automobilística, em seis meses, corresponde a R\$2,06 bilhões (ver quadro completo das renúncias tributárias).

Com a redução drástica da atividade econômica e a queda de 3,9% do PIB no quarto trimestre, também cai a coleta de impostos. Esses dois fatores somados rebaixam a arrecadação fiscal. Os municípios, em sua grande maioria (mais de 80%), dependem praticamente do repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que perde muito com a queda na arrecadação do IPI e do IR. Ficam assim em situação calamitosa, exigindo recursos do governo federal. O mesmo acontece com os estados menos desenvolvidos com o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Enquanto isso, o Ministério do Planejamento anuncia cortes drásticos no orçamento, da ordem de R\$ 21 bilhões, que vão atingir o funcionalismo público e particularmente as áreas sociais que já têm recursos ínfimos.

Para fazer frente à demanda por recursos, o governo, ao invés de aplicar mecanis-



### Renúncias Tributárias concedidas desde o início da crise

Ato Legal	Data	Renúncia Tributária	Valor (R\$ milhões)	Período referente ao valor da renúncia
MP 449	08/12/2008	Novo Ruffa (inserido pelo reator da MP 449)	14.400,00	12 meses
Decreto 6.887/08	11/12/2008	Isenção de IPI sobre veículos	1.080,00	3 meses
MP 450	30/03/2009	Desoneração da COFINS incidentes sobre motocicletas	851,85	2009-2013
MP 450	30/03/2009	Dedutibilidade de gastos com automação de cartões (RFPI)	37,15	2009-2013
MP 450	30/03/2009	Alteração das regras do Regime Especial de Tributação (para a construção civil)	1.035,00	2009-2013
Decreto 6.808/09	30/03/2009	Isenção de IPI sobre veículos	1.080,00	3 meses
Decreto 6.809/09	30/03/2009	Redução de IPI sobre materiais de construção	257,00	2009
	30/03/2009	Redução de IRPJ de empresa na área da Sotam	30,00	2009
<b>TOTAL</b>				<b>18.588,00</b>

mos que estanquem o sangramento de recursos com juros e amortizações da dívida, edita mais duas medidas provisórias liberando a emissão de títulos públicos a qualquer hora e lugar – inclusive para fazer caixa para o BNDES emprestar a juros subsidiados. Para entender, o governo emite títulos pagando 11,25% de juros (na taxa Selic) e empresta recebendo de acordo com a TJLP, a taxa de juros de longo prazo, de valor muito menor. Com isso, cresce a dívida pública, paga-se mais juros e retroalimenta-se o sistema.

Mesmo com toda essa pressão, a mentalidade liberal prefere cortar nos gastos sociais associando-os à falta de recursos para investimentos,

O pagamento da dívida pública, cingidamente, continua intocável. (quadro na página anterior)

### A CPI e a pressão dos movimentos populares

A instalação imediata da CPI da Dívida Pública será um poderoso instrumento de esclarecimento, denúncia e propostas para superar esse modelo perverso. Ganhando centralidade política com a evidência que não se pode continuar com esse escoamento de recursos internos e a exportação líquida de capital, vai ser possível desmistificar tabus como a necessidade de uma auditoria da dívida, como prevê a Constituição Federal no Arti-

go 26 do Ato das Disposições Transitórias. O funcionamento da CPI vai mostrar, por outro lado, quanta ilegalidade foi cometida e quem são os responsáveis por tamanha iniquidade contra o povo brasileiro. Mais do que isso, vai ser fácil demonstrar que benefícios haveria para o nosso povo com os trilhões de reais que foram parar nas mãos da especulação financeira e dos bancos.

A CPI vem no trilho do plebiscito feito nas ruas no ano 2000 pelos movimentos sociais, igrejas, MST e partidos de esquerda, em que quase 6 milhões de brasileiros se pronunciaram e mais de 90% apoiaram a suspensão do pagamento da dívida. Essa movimentação ajudou a politizar esse debate nas ruas, escolas, sindicatos, associações. Esperamos que o funcionamento da CPI, com a pressão dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil, seja um gancho para mobilizações que transformem em conquista dos trabalhadores e do povo brasileiro o enfrentamento da questão da dívida pública. A auditoria da dívida externa do Equador é um exemplo de como um país pode exercer sua soberania e como esse debate se tornou central no país, com total apoio dos movimentos populares. É hora de o Brasil fazer o mesmo.

Ivan Valente – deputado federal PSOL – SP





## EXTRATOS PARA CONTRIBUIR COM A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO DE FORMAÇÃO POLÍTICA NO PSOL

Eduardo Alves

**U**ivemos um período histórico adverso para os setores críticos de esquerda ou socialistas. A deflagração da crise no capitalismo dentro de uma profunda e metabólica crise do capital abre vaga para uma possível recuperação socialista, mas também aproxima mais a condição de barbárie. O embate da saída da crise, o confronto de projetos e os rumos da disputa hegemônica podem ampliar problemas sociais e políticos de toda ordem. Nesse caso, o nível médio de consciência é submetido a uma tensão ainda maior de recuo. Mas é possível, se houver projeto e políticas acertadas, superar o momento com alternativas que unifique e qualifique os setores sociais em contradição com o capital. Para tanto, a necessidade de uma inteligência crítica em partidos de esquerda sofre uma forte demanda e recoloca para o PSOL, com intensidade, o desafio de pensar a formação dos seus militantes.

Construir conhecimento, em um mundo de alienação superior e com condições políticas ab-

---

**Construir  
conhecimento, em um  
mundo de alienação  
superior e com  
condições políticas  
absolutamente  
desfavoráveis para  
os setores sociais em  
oposição ao capital,  
é um exercício difícil.**

---

solutamente desfavoráveis para os setores sociais em oposição ao capital é um exercício difícil. Os obstáculos teóricos e práticos se multiplicam ainda mais em períodos de ampliação do descrédito e de aparência equivocada de um possível triunfo do capital. É evidente que a crise aberta no último período, cujos contornos atuais começaram a se explici-

tar em 2007 (tanto pelos teóricos orgânicos do capital quanto pelos teóricos orgânicos dos setores em oposição), joga por terra o triunfo ideologicamente anunciado. Hoje, o fim da história, em críticas ou fundamentalismos, não passa de um quadro apagado em paredes moladas. Mas o impacto sofrido pelas esquerdas, com a derrota do chamado socialismo real e com outras derrotas (como, por exemplo, a que ocorreu no Brasil com o PT e o Governo Lula), ainda são feridas abertas para as lutas (tanto do ponto de vista da ação política quanto na formulação dos projetos).

O PSOL tem o desafio de se firmar como um partido socialista democrático, que consiga se apresentar como síntese dos diversos movimentos corporativos e por liberdade, que existem no século XXI. Para além de um programa que costure, universalize e apresente alternativas estratégicas com base histórica para o atual padrão de acumulação do capital, precisa ainda ser reconhecido pelos milhões de brasileiros que vivem em oposição



ao capital é pela militância dos movimentos sociais existentes. É certo que esse desafio não será alcançado tão-somente via um trabalho de formação específico, mesmo o mais qualificado que articule algum grau de pesquisa e com estudos continuados. Será sim alcançado pela ação política do partido, ou seja: a prática para alterar profundamente a realidade na qual vivemos e a apresentação de um programa que articule a ação tática na conjuntura com a estratégia da luta socialista (o tão falado e pouco formulado programa da revolução). Mas atenção: a criação de uma inteligência partidária permanente que prepare seus militantes para o exercício da prática e da teoria é uma das exigências fundamentais para esse fim.

A máxima traduzida na frase "quem sabe mais, luta melhor" é correta e precisa ser incorporada no próprio programa do Partido. Não se trata, portanto, de separar o "como fazer" do "o que fazer"; trata-se sim de unificar método e conteúdo que devem ser necessariamente complementares. O método não é simplesmente o "como" produzir um determinado conteúdo. A própria formulação do conteúdo aponta e exige, necessariamente, a atualização do método, pois, nele é agregado o pensamento produzido por uma inteligência coletiva. Não se trata aqui de defender uma possível inteligência superior do partido sobre outros agentes sociais coletivos de

---

**está colocado o desafio  
de construir uma  
escola permanente  
de formação que  
possa provocar o  
conjunto da militância  
a pensar e repensar  
a ação política de  
transformação no nosso  
tempo com a referência  
crítica do pensamento  
historicamente  
acumulado**

---

transformação da sociedade. Mas sim que a formulação, sistematização e a síntese teórica sejam reconhecidas como parte da prática coletiva implementada pelo partido em sua totalidade. É nesse sentido que está colocado o desafio de construir uma escola permanente de formação que possa provocar o conjunto da militância a pensar e repensar a ação política de transformação no nosso tempo com a referência crítica do pensamento historicamente acumulado. Essa iniciativa é um dos elementos determinantes para os rumos do próprio

PSOL e para produzir uma cultura de estudo e interlocução permanentes que seja parte intrínseca da prática partidária. Essa é, sem dúvidas, uma das ações permanentes que contribuirão para a construção de um partido mais eficaz na luta política, democratizante e com instrumentos que possam tensionar a alienação à qual todo o ser humano está submetido.

Para isso é fundamental a compreensão de alguns corolários fundamentais. Não há separação entre essência e aparência. O que se vê é parte do mais profundo. O que não está óbvio é construído pelo acesso ao conhecimento acumulado mergulhado no ácido da crítica. Não se olha por dentro daquilo que não está pronto e o processo de construção depende, necessariamente, da aparente apresentação das realidades. Totalidades não são junções de partes e muito menos descobertas de dados supostamente já existentes muitas vezes divulgados como autônomos aos conflitos humanos ou sociais. Não há autonomia, toda informação é construída e não existe nada dado; o conhecimento não é um objeto a ser colhido na realidade. Da ideologia à natureza, da existência à negação, da apresentação à totalidade existem processos racionais que são construídos pelas mentes humanas e estas, por sua vez, estão sempre em conflitos, disputas, tensões e motivadas por interesses similares, distintos ou anta-



gônicos. Dessa tensão são produzidos conhecimentos também antagônicos, distintos ou similares sobre realidades sociais. Trata-se sim de lidar a alienação em sua forma mais profunda e em sua condição superior; ou seja, a alienação que é produzida nas relações sociais do capital.

Tais elementos só podem ser assim compreendidos caso se parta da seguinte compreensão exposta por Marx no método da economia política: "O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também, da intuição e da representação... o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado". Tal visão é profundamente distinta de qualquer compreensão que sublimar o real ou mesmo o imponha como um dado que aos homens cabe apenas conhecer. Tal concreto, tal realidade é necessariamente construída buscando romper com qualquer tipo de "representação caótica do todo".

A construção da realidade histórica, escrita ou falada, por meio de documentos políticos, trabalhos teóricos, pan-

---

**"O concreto é concreto  
porque é a síntese de  
muitas determinações,  
isto é, unidade do  
diverso." Marx**

---

fletos agitadores para divulgação de ideologias (ou utopias) de transformação, discursos em assembleias e ações de massas – assim como processos eleitorais ou lutas sociais diversas – só pode ser feita por meio da mente humana. O que se pretende aqui é convencer os militantes do PSOL, intelectuais próximos, ativistas sociais com projetos políticos similares de que a força de um trabalho organizado, coerente, unificado, plural, com diversidade no campo socialista e diversidade temática de lutas e questões colocadas pela necessidade e pelo desejo de homens e mulheres contra as amarras do capital pode e deve ser prioridade do Partido. A essa ação organizada, coordenada pelo PSOL – ainda que com as limitações do patamar atual da sua construção –, chamamos de um sistema nacional e integrado de formação contínua: um modelo que pesquise, pense a realidade, apresente pistas de superação e provoque a construção ininterrupta do conhecimento historicamente acumulado: uma escola nacional de formação.

É necessária uma ação que preserve ao máximo o Partido num todo das tendências do capitalismo, principalmente na fase de desagregação na qual vivemos, assim como se deve também apontar para produções positivas que indiquem alternativas, caminhos e soluções para disputar hegemonia. Uma ação pensada com esse fôlego não pode separar teoria da prática; nem formal nem ideologicamente. Mas é necessário ter rigor analítico para não se cair em equívocos, pois, enquanto teoria e prática são indivisíveis, conhecimento e ação não. O átomo era divisível antes mesmo que tal conhecimento fosse construído na humanidade. A construção desse conhecimento alterou não apenas todo o corpo teórico existente, mas a própria construção desse conhecimento só foi possível por uma transição já em curso de alteração da teoria; a prática com relação à natureza, em todos os aspectos, foi assim também alterada. Pois é isso, superações teóricas possuem transições, rupturas, superações que alteram, para além do conhecimento, o próprio fazer, a própria ação e relação com seres e coisas.

Pois bem, ações políticas, por mais revolucionárias que possam parecer, podem ser reprodução pura de ideologias alienadas e no lugar de acumular podem nos deixar ainda mais distantes de uma objetividade de transformação. Por isso uma



escola de formação se faz na relação continuada com o conjunto da militância da franja à direção. Todos e todas aprendem, todas e todos ensinam, da base social à direção máxima do partido está colocado o desafio do diálogo e da aprendizagem. Não se trata aqui de uma demagogia com uma combinação de palavras aparentemente democráticas; é a adoção de uma das máximas de Rosa Luxemburgo em 1914: "não estamos perdidos e venceremos, se não tivermos desaprendido a aprender". O fazer da teoria deve ser pensado como a própria teoria de construção de um novo fazer coletivo. Isso se agrega em conhecimento sobre a realidade social, brasileira ou do mundo, mas também a ação de transformação da realidade na qual se vive.

Assim como em 14 do século passado, hoje também é uma época de crise para os projetos socialistas democráticos e revolucionários. É necessário uma profunda autocrítica sobre os erros do passado e das lutas mais atuais no Brasil. É fundamental que se tenha uma compreensão de que essa reflexão deva ser feita com a participação mais expressiva possível e apontando questões que hoje possam orientar o conjunto das ações contra a ordem. O contexto atual que articula governos populares ou anti-imperialistas na América Latina, crise da etapa atual de acumulação e de seu regime, falência dos pressupostos neoli-

---

**"não estamos perdidos  
e venceremos, se não  
tivermos desaprendido  
a aprender" Rosa  
Luxemburgo**

---

berais e crise endêmica do capital, pode ser pensado com base em um balanço histórico, mas com o objetivo de apontar alternativas para o presente, o futuro próximo e a estratégia socialista. Essa necessidade histórica, colocada no momento com contundência, deve ser combinada racionalmente com o desejo do PSOL de se firmar como uma alternativa de transformação política geral. A conquista do espaço do Partido com o reconhecimento da sua capacidade de compor visões totais (não totalitárias) e universais (não neutras) são elementos que exigem uma clara concepção dos atores sociais históricos.

Para além da classe trabalhadora stricto sensu, agregamos ao ponto de apoio de uma formação crítica e socialista para o século XXI toda a base social em contradição com o capital que não compoem um setor reacionário da sociedade, ou seja, defendam ou mantenham relações de exploração de modos de produção anteriores. Evidente que tal posicionamento não guarda ne-

nhum sentimento ou conteúdo autoritário sobre comunidades e povos que foram massacrados pelas modos sequenciais de exploração, inclusive pelos diversos padrões de acumulação de cada modo existente. Um projeto socialista democrático deve saber dialogar com as diferentes nacionalidades e culturas sem uma imposição de qualquer tipo de relação humana. A disputa dos socialistas é com o capital, com suas formas de expressão, com seus padrões de acumulação, com a classe fundamental (a burguesia), com seus intelectuais orgânicos (os capitalistas) e com os governos e políticos profissionais que constroem e sustentam condições institucionais e jurídicas para manutenção da ordem. A base social do capital é, sem dúvida, a inimiga estratégica em todas as suas dimensões. E essa base não é todo o setor de explorados, marginalizados, subempregados, desempregados, pedintes, moradores de favelas, trabalhadores rurais sem terra, intelectuais assalariados, setores especializados de livre iniciativa, empresários de porte pequeno ou médio, jovens ou quaisquer outros setores que estejam em oposição social à ordem, ao capital e aos governos capitalistas (mesmo que ainda não estejam em oposição ideológica ou política e, muitas vezes, se coloquem como parte de sustentação da própria ordem).

Identificar as bases sociais não nos leva diretamente à iden-



tificação dos movimentos e dos setores políticos que são aliados. Leva-nos a pensar o conjunto social que sustenta, dialoga, constrói e pode se construir como sujeito na luta socialista. Uma luta ainda mais complexa com o desenvolvimento da tecnologia que cria, entre outras coisas, limites e extensões jamais pensados no passado para a comunicação e o transporte; com a profissionalização e a divisão cada vez maior das especialidades nos aparelhos de estado; com os limites cada vez mais tênues entre o público e o privado; com a ampliação do acesso ao consumo voltado para satisfação cada vez mais pessoal e individualista; com a sedução das formas, da moda, dos modelos de corpo e das infinitas formas prazerosas de transposição momentânea e aparente da realidade. Tudo do "novo mundo" avançou em relação ao "mundo velho", inclusive com doenças jamais vistas e soluções da medicina jamais imaginadas. Homens e mulheres, cada vez mais doentes, com acesso à tecnologia que cada vez mais prolonga a existência humana no mundo atual. E tudo isso é para uma parcela pequena da humanidade usufruir enquanto uma enorme parcela só possa desejar e padecer. A relação do desejo, da arte, do lúdico e daquilo que nossos camaradas do MST chamam de mística, são elementos fundamentais para o conteúdo de uma nova formação. Como já antes dito nesse texto, não se

---

**Não será a formação política e continuada que mudará o mundo, mas não haverá transformação radical da ordem sem ela.**

---

trata de formas apenas, toda a forma é mais ou menos composições de conteúdos existentes, totais ou parciais.

Obviamente, tal compreensão força o partido a uma articulação e diálogo permanente com esses sujeitos coletivos que são os movimentos e as diversas entidades (ou agremiações) que disputam bandeiras sociais e econômicas na sociedade. As várias partes precisam ser costuradas, mas mais que isso, precisam ser superadas. Esse exercício não será feito por um partido de "medalhões" que, acima de uma montanha imaginária, pensem ter a "visão para além do alcance". Essa visão não existe e tal lógica acabará levando ao fracasso decorrente da mais profunda alienação não reconhecida como tal. Lixar a alienação nas condições da relação do capital é experimentar hoje práticas de poder e de convivência que superem o que de comum predomina na ordem vigente. O relacionamento demo-

crático, respeitoso, combinado, aberto e sincero com os agentes em luta é uma das condições para isso. Tal relação deve nutrir o conhecimento, apontar aparências, construir conteúdos e forjar práticas unificadas. Isso pode permitir ao partido alcançar uma estatura social e política ainda inexistente. O que determinará isso será a prática, a ação política na transformação da realidade, na qual a formação possui um papel importante. Não será a formação política e continuada que mudará o mundo, mas não haverá transformação radical da ordem sem ela. E para isso, o que está em movimento na realidade é sujeito e objeto do trabalho formativo.

Pensar na formação de socialistas é pensar na totalidade das relações de homens e mulheres que vivem o seu tempo e buscam construir um tempo que ainda não existe para além do desejo. Confirmar as possibilidades históricas é uma necessidade, explicada pelo conhecimento sobre o passado, pela construção da realidade no presente e pela indicação de um futuro que guarda nenhuma inexorabilidade. A necessidade de análises que articulem as parcialidades em formas de totalidade, que combinem a teoria com a prática, que busquem objetividades decoradas pelo peso de uma ideologia transformadora, é um desafio que não pode ser propriedade de nenhum indivíduo em parti-



cular. Esse nosso concreto pensado ou racionalismo aplicado, de Marx a Bachelard, só pode ser fundido na compreensão de que as transformações virão pelas massas ou não passarão de alternâncias constantes de poderes ou governos de uma mesma ordem. Negar o que existe, com toda a força, sem perder dimensão da realidade, das condições de acúmulo, da subjetividade construída por tempos, tradições, civilizações, culturas e individualidades que se articulam do nascer ao morrer com tudo isso, é um grande desafio para um partido que se coloca a estratégia do socialismo com liberdade.

Isso mesmo: socialismo com liberdade. Não adianta dizer que isso é uma redundância, um pleonasma, ou qualquer outro substantivo que advenha com a mesma finalidade. O mundo conheceu e conhece até hoje regimes e governos que reivindicaram para si o modo de produção socialista. Não cabe aqui falar de cada um deles. Não cabe analisar as diferenças ou semelhanças que existem entre a extinta URSS, os muros quebrados da Alemanha Oriental, o cerco forçado na pobre Cuba, a cultura imposta de uma China pintada em vermelho, as fortes crenças de uma antiga Nicarágua ou mesmo os discursos anti-imperialistas dos governos de esquerda na América Latina. Cabe sim registrar o apoio crítico para todas as ações con-

---

**Não apenas a barbárie  
ronda como um  
fantasma de carne e  
vida o nosso mundo; o  
mundo está cada vez  
mais próximo de sua  
própria extinção.**

---

tra o capital e a generosa capacidade de apontar as práticas conservadoras, autoritárias e que reproduziram relações sociais de opressão ou exploração, mais ou menos veladas. A questão é que os militantes de um partido socialista precisam conhecer e construir suas histórias sobre o conjunto das lutas da humanidade pela libertação, antes e depois da fundação do capitalismo em toda sua predominância no mundo.

O mundo de hoje, multipolar, imperialista, é predominantemente e radicalmente capitalista ao ponto de produzir com velocidade uma grande quantidade de forças destrutivas que se voltam contra sua própria existência como tal. Mas nada indica que as consequências das abundantes forças destrutivas sejam necessariamente pela construção de uma ordem – seja qual for – socialista. Não apenas a barbárie ronda como um fantasma de

carne e vida o nosso mundo; o mundo está cada vez mais próximo de sua própria extinção. Nesse caso o ecossocialismo não poderia ser um elemento secundário em uma formação libertária do século XXI, mas um dos principais conteúdos de uma grade curricular que orientasse a construção do conhecimento de todo o partido.

Uma formação partidária deve sim pensar o partido em suas próprias relações internas. Mas em hipótese alguma deve imaginar que tais conexões sejam possíveis sem as conexões mais totais das relações com a classe trabalhadora ou a base social em oposição (ou contradição) ao capital, que são os pontos de apoio do partido. A tendência à burocratização, as disputas no interior da esquerda por um número restrito de militantes, a insanidade de anúncios radicais com pouco (ou nenhuma) base objetiva ou mesmo a adaptação pelo imediato se ampliaram. Vivemos em tempos com mais espaços para autocontemplações do que para a formulação de críticas e autocríticas profundas. O PSOL, ainda amarga a inexistência de uma bandeira que seja reivindicada por sua militância com o orgulho necessário para o engajamento em sua construção. Não se trata de um orgulho obtuso, sectário e fechado, mas sim de um orgulho crítico, aberto, transformador e progressivo. Não são visões idealistas que sustentam



programas de mudanças, mas as visões idealistas são superadas quando há condições históricas, sociais e políticas para tais superações. As visões idealistas, em vários momentos, são tão necessárias quanto a objetividade do conhecimento histórico. Mas isso ocorre desde que se busque tal objetividade de conhecimento da formação social na qual se vive, se luta e que se pretende transformar.

Uma das máximas de Marx serve para nos lembrar da importância da compreensão do tempo histórico e da formação social objetiva: "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada". Do 18 Brumário para esse texto nos serve compreender que homens e mulheres pensam seu tempo sob circunstâncias do tempo em que vivem e fazem suas histórias

---

***"Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado." Marx***

---

com base no acúmulo que constroem. Não se forja acúmulo de forças para as transformações, tais acúmulos são construídos, em teoria e prática desde a formulação até a ação. Qualquer divisão de teoria e prática separando a formulação da ação revolucionária seria um equívoco da mais profunda alienação ao não apontar a liberdade mais profunda que é a superação do capital e de todas as relações de opressão criadas ou aprofundadas pela nova ordem.

As formas de luta, desde o legado sindical de uma esquerda economicista, passando pelas etapas da história de lutas e academias do marxismo ocidental, até as formas de luta por liberdade que acumulam con-

teúdos da mais radical democracia dos direitos humanos, das mulheres, dos homossexuais, das religiosidades, do legado ecossocialista, das lutas indígenas, das históricas ações de "sem terra" de todo o mundo devem compor um conteúdo diversificado, atual e crítico para o conjunto dos sujeitos, muito mais amplo que os militantes do partido. Claro que isso só é possível em um partido com militantes, com núcleos, com relações de poder que superem as formas representativas das mais modernas democracias republicanas. Não há sistema de formação continuada, crítico, coletivo, libertário, sem a conexão de toda a estrutura partidária e da sua relação com o sujeito da revolução, que é muito maior que qualquer partido: trata-se da classe e da base social. A sistematização disso, no partido, é desde já a criação de uma escola, um núcleo que provoque e organize o trabalho, com criações de grades curriculares plurais e democráticas que possam contribuir com a progressividade do acesso ao conhecimento historicamente acumulado para a superação em conhecimentos que se agreguem aos já existentes. Isso só será possível se a formação for uma prática política partidária a começar nas direções.

---

**Eduardo Alves** – cientista social, membro da direção nacional do PSOL e da coordenação do mandato Marcelo Freixo (deputado estadual do PSOL - RJ).



## **SOCIALISMO E LIBERDADE**

Ano I | Nº 1 | Maio de 2000

ISSN 1964-4700

Uma publicação

da Fundação Lauro Campos

Av. Rio Branco 185/1825 Centro

Rio de Janeiro RJ CEP 20040-007

Tel. (21) 2215-2491

### **Edição**

Milton Temer

Sergio Granja

**Jornalista responsável**

Milton Temer (MTb 26134/70)

### **Design**

Fernando Braga

### **Produção**

Silvia Mundstock

### **Impressão**

Gráfica Enfoce

**Tiragem 2000**

## **DIRETORIA DA FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS**

### **Presidente de honra**

Cráida Palocera de Andrade Campos

### **DIRETORIA EXECUTIVA**

#### **Diretor Presidente**

Milton Temer

#### **Diretor Técnico**

Martiniano Cavalcante

#### **Diretor Administrativo-Financeiro**

Mário Aguiar

### **CONSELHO DE CURADORES**

#### **Presidente**

Roberto Bobaina

#### **Vice-presidente**

José Enrique Morales Botta

#### **Membros titulares**

Heloísa Helena

Antônio Carlos de Andrade

Enza Regina Greber Gathelin

Breno de Souza Rocha

Patrícia Castelo Uchoa

#### **Membros suplentes**

Guaruro Vasconcelos Souza

Alain Guimarães Rainho

Antônio Jacinto Filho

### **CONSELHO FISCAL**

#### **Presidente**

Tânia Lucia Belo do Nascimento

#### **Membros titulares**

Alexandre Varela

Israel Linhares Franco

#### **Membros suplentes**

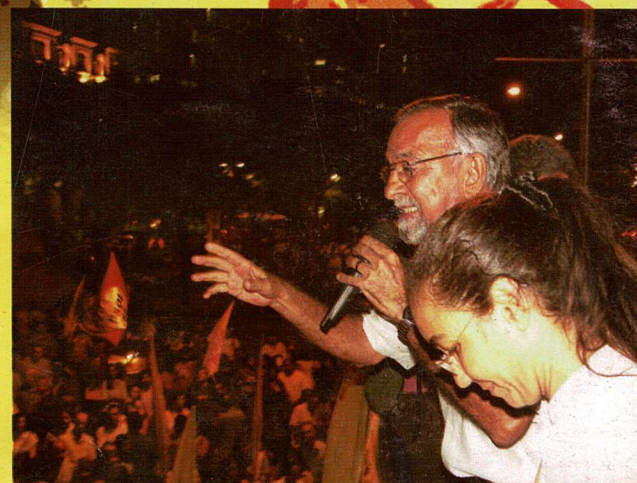
Jaqueline Teresa Aguiar

Maurício Alves Santana









**O** ato contra a crise e a corrupção, promovido pela Fundação Lauro Campos e pelo PSOL, levou à Cinelândia, no centro do Rio, cerca de 1.500 companheiras e companheiros. Um ato político resgatando a história de tantas lutas já realizadas na "praça do povo". Além dos muitos militantes com centenas de bandeiras e faixas, nosso ato contou com as presenças da presidente nacional do PSOL Heloísa Helena e do Deleagdo Protógenes Queiroz, além dos vereadores Ricardo (Maceió), Reginaldo (Sete Lagoas), Fernanda (Porto Alegre), Elias Vaz (Goiânia), Renatinho (Niterói) e Eliomar Coelho (Rio de Janeiro), de Milton Temer, presidente da Fundação Lauro Campos, do deputado estadual Marcelo Freixo (RJ), dos deputados federais Ivan Valente (SP), Luciana Genro (RS) e Chico Alencar (RJ). Outra presença de destaque foi a do companheiro João Capiberibe (pre-

sidente do PSB/AP), um lutador das lutas do povo. Participaram também o deputado estadual Paulo Ramos (PDT/RJ), Cyro Garcia (presidente do PSTU/RJ), o companheiro Mancha, de São José dos Campos, representando a Conlutas, a companheira Dadora, representando a Intersindical, Janira Rocha, do Sindsprev/RJ, representando o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) e Marcelo Durão, representando o Movimento dos Sem Terra (MST).



[www.socialismo.org.br](http://www.socialismo.org.br)